



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CONTRATO Nº 20/2022

CONTRATO TRE-RO Nº 20/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. [0002845-11.2021.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRONICO N. 19/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 35/2022

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA E. R. P. DE OLIVEIRA COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, PARA ATUAÇÃO NOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DO ESTADO DE RONDÔNIA, PARA SUPORTE ÀS ELEIÇÕES GERAIS DE 2022, POR PERÍODO DETERMINADO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO TRE-RO.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-901, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG e CPF (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **E. R. P. DE OLIVEIRA COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 10.927.661/0001-10, com sede na Rua Santos Dumont, n. 1709 - Térreo, Bairro: Pedrinhas, CEP.: 76.801-462, Município de Porto Velho, Estado do Rondônia, Telefone(s): (69) 3043-0017 / 3043-0018, 98114-6083/ 069-99292-5695 / (69) 99270-2727, E-mail(s): erpdeoliveira2019@gmail.com e wapdeoliveira@hotmail.com, neste ato representada pelo senhor **ANTONIO BEZERRA DE ALBUQUERQUE FILHO**, brasileiro,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

empresário, portador da Cédula de Identidade RG e CPF (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por força do presente instrumento e em conformidade com: o Edital de Licitação respectivo e seus Anexos; o Ato de Autorização da Licitação constante no DESPACHO Nº 651 / 2022 - PRES/DG/GABDG, de 31/05/2022 (evento [0837159](#)); e o Termo de Homologação da Licitação constante no DESPACHO Nº 877 / 2022 - PRES/DG/GABDG, de 11/07/2022 (evento [0856976](#)), bem como nas demais normas indicadas na Cláusula “DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL” deste instrumento, têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de apoio administrativo, para suporte às Eleições Gerais de 2022 nos Cartórios Eleitorais do Estado de Rondônia, por período determinado, via ativação de postos, conforme tabela abaixo:

QUANTITATIVOS DE POSTOS					
LOTE / DESCRIÇÃO	ITEM DA ARP	POSTO DE TRABALHO	CÓDIGO CBO	QUANTIDADE ESTIMADA DE POSTOS	LOCALIDADE
ÚNICO Serviço de Apoio Administrativo	1	Auxiliar Administrativo	4110-05	29	Zonas Eleitorais da capital e do interior
		Supervisor Administrativo	4101-05	1	Sede TRE- RO capital



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TOTAL GERAL DE POSTOS	30	
-----------------------	----	--

Subcláusula Primeira – Por meio da assinatura deste Contrato, a empresa CONTRATADA declara que possui representante legal na cidade de Porto Velho/RO, local da sede da Administração do TRE-RO, onde ficará a gestão do contrato.

Subcláusula Segunda - A CONTRATADA deverá observar, entre outros, os critérios de sustentabilidade ambiental atualmente definidos para esta contratação, conforme detalhado no item 2, III, do Termo de Referência correspondente.

Subcláusula Terceira – No Anexo I deste instrumento consta reproduzido o Guia de Fiscalização Técnica e Administrativa (Anexo VI do Termo de Referência respectivo).

Subcláusula Quarta – As planilhas de custos apresentadas na proposta licitante vencedora, ora CONTRATADA, estão juntadas no evento n. [0855711](#) do Processo Administrativo respectivo.

Subcláusula Quinta – A execução completa do contrato só acontecerá quando a CONTRATADA comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada.

Subcláusula Sexta – Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, inclusive no Termo de Referência (TR) respectivo, e na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame, assim como seus anexos e documentações técnicas.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA SEGUNDA – A execução do objeto desta contratação será de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, realizada via modalidade de pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por lote.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

(Artigo 57, *caput* e seu §3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – Este Contrato terá sua vigência iniciada na data de sua assinatura no Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO e o Termo final em 04/01/2023, compreendendo o período total de execução dos serviços acrescido de 02 (dois) meses, para os procedimentos de encerramento do contrato, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93 e no Anexo IX da IN 05/2017.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – O valor total estimado deste contrato é de **R\$ 625.491,49** (seiscentos e vinte e cinco mil quatrocentos e noventa e um reais e quarenta e nove centavos), para o período de vigência desta contratação, conforme proposta da CONTRATADA e conforme a seguir resumida:

VALOR ESTIMADO DO CONTATO (R\$)						
POSTO	QUANTIDADE DE POSTOS	QUANTIDADE DE MESES	PERÍODO DE EXECUÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	
Aux. Adm	29	2 meses e 18 dias	17/08/2022 a 04/11/2022	R\$ 6.566,71	R\$ 190.434,59	
Supervisor Administrativo	1	2 meses e 18 dias	17/08/2022 a 04/11/2022	R\$ 5.862,14	R\$ 5.862,14	
VALOR TOTAL DOS POSTOS DE TRABALHO				R\$ 510.371,49		



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VALOR ESTIMADO COM HORAS EXTRAS PARA OS 30 POSTOS DE TRABALHO	R\$ 65.620,00
VALOR ESTIMADO COM DESLOCAMENTOS (DIÁRIAS E PASSAGENS) PARA OS 30 POSTOS	R\$ 49.500,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	R\$ 625.491,49

Fonte: Informação n. 115/2022/ SEAP - Seção de Administração Predial (evento [0860123](#) do Processo SEI respectivo).

Subcláusula Primeira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, relativos a esta contratação como, por exemplo, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais e trabalhistas, seguros, treinamentos, lucro e todos os outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato, conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Segunda As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, no Fonte: 0100000000 e Natureza da Despesa: 33.90.37, conforme Notas de Empenho n. 2022NE000415, n. 2022NE000416 e n. 2022NE000417, datadas de 18/07/2022, a serem reforçadas durante a vigência desta contratação, caso necessário.

Subcláusula Terceira – Os detalhamentos quanto à formação do custo (incluindo dos postos de trabalho, das horas extras, do auxílio transporte e vale alimentação, dos uniformes e crachá, etc.), ao orçamento e ao valor estimado, assim como os esclarecimentos adicionais, constam no item 4 do Termo de Referência respectivo.

Subcláusula Quarta - Quanto a repactuação, revisão, reequilíbrio e outros tipos de alterações contratuais, deverá ser observado o que consta na Cláusula “DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL” deste instrumento.

DA GARANTIA CONTRATUAL

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA QUINTA – Para assegurar a plena execução deste contrato, com fundamento nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a futura Contratada obriga-se a apresentar **GARANTIA CONTRATUAL**, na modalidade de caução em dinheiro, seguro garantia ou fiança, no valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor total estimado deste Contrato**, a qual deverá ter prazo de validade de 03 (três) meses após o término do período de execução contratual, devendo ser observados os seguintes requisitos:

- a) a CONTRATADA deverá apresentar a garantia no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante, contado da assinatura deste contrato;
- b) a inobservância do prazo fixado acima para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07 (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);
- c) o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no prazo estipulado na alínea “a” autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei 8.666/1993;
- d) a garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo quantitativo do contrato;
 - e) a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
 - e.1) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
 - e.2) prejuízos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - e.3) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
 - e.4) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber;
- f) a modalidade de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na alínea “e”, observada a legislação que rege a matéria.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

g) a garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE;

h) o garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;

i) a garantia será considerada extinta nos seguintes casos:

i.1) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

i.2) com o término da vigência do contrato, observado o prazo de 3 (três) meses estabelecido no caput, que poderá, independentemente de sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

j) o CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria; e

k) a garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa contratada pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração, obrigando-se a contratada a, com a assinatura do contrato, autorizar a retenção da garantia pelo CONTRATANTE.

DA ABERTURA DE CONTA VINCULADA BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO (RESOLUÇÃO CNJ 169/2013)

CLÁUSULA SEXTA – De acordo com a Resolução CNJ n. 169, de 31/01/2013, atualizada pela Resolução CNJ 183, de 24/10/2014, e, no que couber, a IN 05/2017 do MPDGG e considerando, ainda a Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas oriundas do contrato de prestação de serviços, com previsão de mão de obra residente nas dependências do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO, fica estabelecido que:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – O TRE-RO fará o provisionamento de encargos trabalhistas para o pagamento das férias, abono de férias (1/3 constitucional) 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, incidências dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, abono de férias (1/3 constitucional) e 13º salário sobre os encargos retidos, que serão deduzidos do pagamento do valor mensal do contrato e depositados exclusivamente em banco público oficial.

II – Os depósitos serão realizados pelo TRE-RO em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - aberta no nome da contratada junto à Agência PAB da Justiça Federal da Caixa Econômica Federal em Porto Velho/RO ou no Banco do Brasil S/A, em agência a ser definida, neste município, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do TRE-RO.

III – Os depósitos serão efetuados sem prejuízo da retenção, na fonte, da tributação sujeita a alíquotas específicas previstas na legislação própria.

IV - O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes rubricas com provisões previstas para o período da contratação: férias, abonos de férias (1/3 constitucional), 13º salário, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS (INSS, SESI/SESC/SENAI/SENAC/INCRA/SALÁRIO EDUCAÇÃO/FGTS/RAT+FAT/SEBRAE, ETC) sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, conforme **exemplificado** na tabela a seguir:

PERCENTUAIS PARA CONTINGENCIAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS	
RUBRICAS	%
13º SALÁRIO	8,33%
FÉRIAS E ABONO DE FÉRIAS (1/3 constitucional)	11,10%
MULTA DO FGTS POR DISPENSA SEM JUSTA CAUSA	5%
SUB-TOTAL	24,43%
INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS SOBRE	Pode variar de 7,39%, 7,60% e 7,82%, dependendo do grau de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

FÉRIAS, 1/3 SALÁRIO (*)	CONSTITUCIONAL E 13°	risco da empresa contrata (RAT X SAT)
TOTAL		Pode variar de 31,82%, 32,03% e 32,25% dependendo do grau de risco da empresa contratada

(*) Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) e 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente de trabalho, previstas no inciso II do art. 22 da Lei 8.212, de 24/07/1991.

V - Os valores provisionados serão obtidos pela aplicação dos percentuais e valores constantes da proposta.

VI – A assinatura do contrato de prestação de serviços entre o TRE-RO e a empresa vencedora do certame será sucedida dos seguintes atos:

a) o TRE-RO fará a solicitação de abertura de conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação- no nome da empresa contratada;

b) assinatura, pela empresa contratada, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da notificação do Tribunal, dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – e de termos específico da instituição financeira oficial que permita ao Tribunal ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Tribunal.

VII – Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro escolhido no termo de cooperação técnica firmado entre o TRE-RO e o Banco, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

VIII – Os valores referentes às rubricas mencionadas no inciso IV serão retidos do pagamento mensal à empresa contratada, desde que a prestação dos serviços ocorra nas dependências de órgão jurisdicionado ao CNJ, independentemente da unidade de medida contratada, ou seja, posto de trabalho, homem/hora/produtividade, entrega de produto específico, ordem de serviço etc.

IX – A empresa contratada poderá solicitar autorização do Tribunal para:

1. resgatar da contra-corrente vinculada – bloqueada para movimentação -, os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias que estejam contempladas nas rubricas do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inciso I, desde que comprovado tratar-se dos empregados alocados pela empresa contratada para prestação dos serviços contratados.

2. movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação-, diretamente para a conta-corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no inciso IV.

X – Para resgatar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – conforme previstos no inciso anterior, letra “a”, a empresa contratada, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar à unidade competente do Tribunal os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no inciso IV.

XI – O Tribunal, por meio do setor competente, expedirá, após a confirmação do pagamento das verbas trabalhistas retidas, autorização para o resgate de valores, encaminhando a referida autorização ao banco, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela contratada.

XII – Eventuais despesas para abertura e manutenção da conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação - serão suportadas na taxa de administração/custo indiretos constante na proposta comercial da empresa, caso haja cobrança de tarifas bancárias.

DA DISTRIBUIÇÃO E QUANTITATIVOS DE POSTOS ESTIMADOS PARA ATIVAÇÃO INICIAL

CLÁUSULA SÉTIMA – Na tabela a seguir constam a distribuição inicial dos quantitativos de postos contratados:

DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS ENTRE AS SEDES DOS CARTÓRIOS/ZONAS ELEITORAIS				
MUNICÍPIOS SEDES DAS ZONAS ELEITORAIS	ZONA	QTD E POSTOS	PERÍODO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	DATA ESTIMADA DE ATIVAÇÃO DE POSTOS - PERÍODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS/CON TRATO
GUAJARÁ MIRIM	1ª.	1	02 MESES E	17/08/2022 - DE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

JI-PARANÁ	3ª.	1	18 DIAS	17/08/2022 A 04/11/2022
	30ª.	1		
VILHENA	4ª.	1		
COSTA MARQUES	5ª.	1		
ARIQUEMES	7ª.	1		
	25ª.	1		
	26ª.	1		
COLORADO DO OESTE	8ª.	1		
PIMENTA BUENO	9ª.	1		
JARU	10ª.	1		
	27ª.	1		
CACOAL	11ª.	1		
ESPIGÃO DO OESTE	12ª.	1		
OURO PRETO DO OESTE	13ª.	1		
	28ª.	1		
ROLIM DE MOURA	15ª.	1		
	29ª.	1		
CEREJEIRAS	16ª.	1		
ALTA FLORESTA DO OESTE	17ª.	1		
ALVORADA DO OESTE	18ª.	1		
SANTA LUZIA	19ª.	1		
MACHADINHO DO OESTE	32ª.	1		
BURITIS	34ª.	1		
SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	35ª.	1		
PORTO VELHO	2ª.	1	02 MESES E 18 DIAS	17/08/2022 - DE 17/08/2022 A 04/11/2022
	6ª.	1		
	20ª.	1		
	21ª.	1		
TOTAL DOS POSTOS	AUX. ADMINISTRATIVO (ZE)	29		
	SUPERVISOR	1	02 MESES E 18 DIAS	17/08/2022 - DE 17/08/2022 A 04/11/2022

DA CLASSIFICAÇÃO DOS POSTOS DE SERVIÇO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA OITAVA – Os postos de serviço serão constituídos por mão de obra classificada por categoria profissional estabelecida na Classificação Brasileira de Ocupações (Brasil. Classificação Brasileira de Ocupações: CBO - 2010 - 3a ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010) e pela Cláusula Terceira da Convenção Coletiva de Trabalho do ano de 2022 do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Terceirização em Geral e Prestação de Serviços do Estado de Rondônia (SINTELPS) e Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Pública e Locação de Mão-de-obra do Estado de Rondônia (SEAC/RO), que estará vigente no período da execução do contrato, conforme segue:

1. AUXILIAR ADMINISTRATIVO:

CÓDIGO CBO 4110-05 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executam serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atendem fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços; tratam de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos. Atuam na concessão de microcrédito a microempresários, atendendo clientes em campo e nas agências, prospectando clientes nas comunidades.

PISO DA CATEGORIA: R\$ 3.216,34 (três mil, duzentos e dezesseis reais e trinta e quatro centavos) de acordo com a CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO de 2022.

2. SUPERVISOR ADMINISTRATIVO:

CÓDIGO CBO 4101-05 – SUPERVISOR ADMINISTRATIVO.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: *As atividades do supervisor serão administrativas e se resumem na intermediação e controle das atividades dos demais postos no recebimento, acompanhamento e cumprimento das ordens de serviço emitidas pelo TRE-RO, além de acompanhar os registros e controles para fim de faturamento dos serviços de natureza ordinária e da tomada de providências quando da necessidade de realização de trabalhos extraordinários ou nos casos em que exigir deslocamento dos AUXILIARES ADMINISTRATIVOS.*

PISO DA CATEGORIA: R\$ 2.491,84 (dois mil, quatrocentos e noventa e um reais e oitenta e quatro centavos), de acordo com a CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2023.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DAS ATRIBUIÇÕES DOS POSTOS DE TRABALHO

CLÁUSULA NONA – Quanto às atribuições dos postos de trabalho, deverá ser observado o que segue:

1. Atribuições do posto de AUXILIAR ADMINISTRATIVO:

- Apoio na recepção e distribuição de documentos, materiais e bens;
- Apoio na conferência, armazenamento e registro dos materiais e bens;
- Elaborar e alimentar planilhas;
- Zelar pela conservação, organização, embalagem e qualidade dos materiais e bens;
- Apoiar a execução da logística de armazenagem e distribuição de materiais e bens;
- Apoiar a movimentação e transporte de material dos Cartórios Eleitorais, incluindo as Urnas Eletrônicas;
- Zelar pela higiene, limpeza, conservação e boa utilização dos equipamentos e instrumentos utilizados sob sua responsabilidade;
- Prestar apoio aos eventos de preparação das eleições;
- Apoio na organização, entrega e recepção de materiais das mesas receptoras de votação;
- Apoio na vistoria em locais de votação;
- Apoio na organização em locais de votação;
- Prestar apoio às seções eleitorais no dia da eleição;
- Prestar apoio na transmissão dos resultados da eleição;
- Apoio nas atividades administrativas dos cartórios eleitorais;
- Prestar outros serviços correlatos, dentro das atribuições contidas no CBO, mediante solicitação e orientação do TRE-RO.

2. Atribuições do posto de SUPERVISOR ADMINISTRATIVO:

- Acompanhar a assiduidade e o desempenho da equipe;
- Providenciar, junto a empresa contratada, a imediata substituição dos postos de trabalhos descobertos;
- Atender às solicitações da Contratante relativas à disponibilização e o remanejamento dos postos de trabalho;
- Definir escala de trabalho, escala de horas extras e escala de viagens, quando necessário;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- Solucionar eventuais ausências, problemas e conflitos de competência da contratada, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços
- Fazer a distribuição dos uniformes fornecidos pela Contratada e fiscalizar sua correta utilização;
- Reportar-se, quando houver necessidade, ao fiscal ou representante da Administração e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.
- Representar a empresa no que se refere à execução do objeto do contrato relativa à parte de pessoal.
- Prestar outros serviços correlatos, dentro das atribuições contidas no CBO, mediante solicitação e orientação do TRE-RO.

DOS UNIFORMES

CLÁUSULA DÉCIMA – A empresa CONTRATADA deverá fornecer, sem qualquer custo aos funcionários prestadores de serviço, uniformes e seus complementos, conforme constituição das peças a seguir, vedada a distribuição de uniformes usados:

UNIFORMES: AUXILIAR ADMINISTRATIVO E SUPERVISOR	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
CAMISA GOLA POLO, de qualidade superior, em malha fria, com bolso, manga curta, serigrafia com as frases exigidas no TR.	02 unidades
CRACHA FUNCIONAL: PVC EXTRACARD, com 0,75mm de espessura, formato padrão 54x86mm, com alça para presilha e presilha de metal, pré-impresso com os elementos definidos no TR.	01 unidade

Subcláusula única – Também, quanto aos uniformes, deverá ser observado o que segue:

a) NOTAS SOBRE OS UNIFORMES:

1. As camisetas dos empregados deverão trazer o nome da empresa contratada gravada na parte frontal e a frase “**A serviço da Justiça Eleitoral**” na parte de trás;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. O uniforme deverá ser entregue no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar do início efetivo da prestação dos serviços;
3. Os uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação do contratante, devendo a contratada submeter amostra do modelo, cor e qualidade do tecido, sendo que poderá ser solicitada a substituição dos elementos que não corresponderem às especificações anteriormente indicadas; e
4. O uniforme deverá ser entregue mediante recibo, em relação nominal, cuja cópia deverá ser entregue ao contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da entrega, sendo que o custo do uniforme não poderá ser repassado ao ocupante do posto de trabalho.

b) NOTAS SOBRE O CRACHÁ:

1. Toda a mão de obra contratada deverá fazer uso de crachás para identificação pessoal desde o primeiro dia de execução dos serviços; e
2. Além de foto e dados de identificação o crachá deve conter um identificador da empresa e a frase **“A serviço da Justiça Eleitoral”**.

c) REGRAS DE VETIMENTAS NO LOCAL DE TRABALHO:

1. A contratada apenas exigirá o uso obrigatório da camisa personalizada da empresa e do crachá funcional;
2. Os empregados deverão trajar calças jeans ou social, sapato ou tênis apropriados ao uso; e
3. Não será permitido o uso de bermudas e sandálias.

DA JORNADA DE TRABALHO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Quanto à jornada de trabalho, a carga horária será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, sendo 8 (oito) horas de segunda-feira a sexta-feira, com intervalo intrajornada de 2 (duas) hora para almoço/descanso e de 4 (quatro) horas aos sábados, nos cartórios eleitorais e na sede do TRE-RO, conforme segue:

JORNADA DE TRABALHO		
POSTO	2ª a 6ª FEIRA – 8 horas (intervalo 2 h)	SÁBADO - 4h
Auxiliar Administrativo	08:00h às 12:00h – 14:00h às 18:00h	08:00h às 12:00h
Supervisor	08:00h às 12:00h – 14:00h às 18:00h	08:00h às



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Administrativo	12:00h
----------------	--------

Subcláusula Primeira – Nos termos da cláusula vigésima sexta da Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2023 das categorias correlatas, a jornada de trabalho inicial será de 8 (oito) horas por dia, de segunda a sexta-feira, totalizando 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Subcláusula Segunda – Os horários de trabalho dos profissionais poderão ser alterados, a critério da Administração, obedecendo-se à carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e à legislação trabalhista.

Subcláusula Terceira – O regime de descanso intrajornada é definido pelo Art. 71 da CLT, conforme segue:

Art. 71 - Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas.

Subcláusula Quarta – Em caso de necessidade, respeitada a legislação trabalhista, a contratante poderá requerer a prestação de serviços extraordinários, que poderão ser realizados em dias úteis, sábados, domingos e feriados.

Subcláusula Quinta – Na ocorrência de greve da categoria, a contratada obriga-se à prestação dos serviços, por meio de esquema de emergência.

Subcláusula Sexta – Horas extras serão contabilizadas somente depois de cumprida a jornada de 44(quarenta e quatro) horas semanais de serviço ordinário.

Subcláusula Sétima – Quando houver transferência de datas de feriados por meio de portaria emitida pelo TRE-RO, os postos de trabalho deverão seguir o que for determinado pelo órgão, prestando os serviços no dia de funcionamento do órgão e usufruindo o feriado na data transferida pela



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

portaria, sendo que situações dessa natureza serão comunicadas à CONTRATADA.

Subcláusula Oitava – A jornada de 4 (quatro) horas de sábado poderá ser diluída ao longo da semana (de segunda a sexta-feira), de modo a não haver necessidade de labor aos sábados, atendendo assim as eventuais peculiaridades de cada Cartório Eleitoral.

**DO DESLOCAMENTO PARA TRABALHO FORA DA SEDE DOS
CARTÓRIOS ELEITORAIS - DAS DIÁRIAS E PASSAGENS**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O contratante poderá determinar, caso seja necessário, deslocamento da mão de obra terceirizada para realização de atividades fora da Sede dos cartório eleitorais (outros municípios, distritos, área rural etc), ocasião em que a CONTRATADA deverá fornecer o bilhete de passagem rodoviária intermunicipal, se for o caso, e adiantar a quantia de R\$ 300,00 (trezentos reais) por dia de deslocamento, para fins de refeição, transporte no local de execução dos serviços e hospedagem (pernoite), mediante recibo de depósito na conta bancária do funcionário. Quando o deslocamento for realizado em veículo do TRE-RO, não haverá a necessidade de fornecimento de bilhete de passagem rodoviária, situação que será informada à contratada quando da solicitação de deslocamento.

Subcláusula Primeira - O valor da diária de R\$ 300,00 (trezentos reais) está fixado em razão do estabelecido pela Cláusula 14ª da Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2023 do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Terceirização em Geral e Prestação de Serviços do Estado de Rondônia – SINTELPES/RO e do Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Pública e Locação de mão-de-obra do Estado de Rondônia – SEAC-RO.

Subcláusula Segunda - As solicitações de pagamento de diárias serão feitas à empresa contratada via e-mail, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, contendo as seguintes informações mínimas: nome do empregado, data da saída, data do retorno, localidades, quantidade de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

diárias, valor da diária, valor total a ser pago. O pagamento dos valores das diárias deverá ser feito via depósito em conta bancária do empregado, em até 1 (um) dia antes da data inicial do deslocamento.

Subcláusula Terceira - As despesas relativas às diárias e aos bilhetes de passagens serão repassadas à contratada por meio de reembolso. Para tanto, para ressarcimento de tais despesas, a contratada deverá apresentar à contratante fatura/nota de reembolso separada da nota fiscal de prestação de serviços, juntamente com bilhetes de passagens utilizados (quando for o caso) e os comprovantes de pagamento das diárias em nome do funcionário que as recebeu. Não haverá necessidade de apresentação de comprovação das despesas efetuadas pelo funcionário durante seu deslocamento, sendo que a quantidade de diárias efetivamente utilizada será aferida pelos bilhetes de passagens ou, quando o deslocamento for feito em veículo do TRE-RO, a aferição, se necessária, será por meio de ateste/certificação pelos chefes de cartórios que solicitaram o deslocamento/fiscais da execução do contrato.

Subcláusula Quarta - Todos os valores pagos à mão de obra pela contratada a título de diárias e passagens serão integralmente reembolsados pelo contratante.

Subcláusula Quarta - O adiantamento das diárias será realizado pelo critério de DIÁRIA INTEIRA ou MEIA-DIÁRIA, nos termos da solicitação efetuada pelo contratante e de acordo com as regras apresentadas a seguir:

1. **DIÁRIA INTEIRA:** nos dias em que ocorrer pernoite fora da sede. O retorno ocorrerá somente após pernoite e em localidade diferente da sede do cartório eleitoral;
2. **MEIA DIÁRIA:** para os deslocamentos que não ensejarem pernoite e para os dias de retorno ao município sede do cartório eleitoral.

DAS HORAS EXTRAS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Havendo necessidade, o pessoal vinculado ao contrato de prestação de serviços objeto deste instrumento será convocado a trabalhar em regime extraordinário, para atender as demandas advindas do pleito eleitoral.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Primeira – As despesas relativas às horas extras deverão ser apresentadas em faturas separadas (individualizadas para cada operação).

Subcláusula Segunda – O cálculo estimativo com horas extras teve como base as seguintes rubricas da planilha de custo e formação de preços: Valor da Remuneração do posto de trabalho, Encargos Sociais (GPS, FGTS e Outras Contribuições) e Custo Indiretos, Lucro e Tributos.

DO PAGAMENTO

(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O pagamento do objeto do presente Contrato será efetuado mensalmente, após apresentação de Nota Fiscal/Fatura mensal pela contratada, mediante Ordem Bancária, em moeda corrente nacional, através do Banco do Brasil S/A, até o 10º (décimo) dia útil contado da data em que for devidamente atestada pelo fiscal do contrato a Nota Fiscal/Fatura discriminando os serviços executados, observado o que segue:

I – Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93;

II – Desobriga-se o CONTRATANTE a efetuar o pagamento sem atestação e emissão de Nota Técnica pelo fiscal designado pelo CONTRATANTE para acompanhamento e fiscalização dos serviços e manifestação do gestor de contratos do TRE-RO ou apresentada em desacordo com os valores constantes de sua proposta de preços, ou que contenham rasuras ou erros materiais;

III - A CONTRATADA deverá apresentar junto com a Nota Fiscal dos serviços, os seguintes comprovantes:

1. Do pagamento da remuneração, das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), do benefício de vale alimentação e de quaisquer obrigações trabalhistas, correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, quando se tratar de mão de obra diretamente envolvida na execução dos serviços na contratação de serviços continuados;

2. Do pagamento antecipado do vale-transporte pelos funcionários OPTANTES, de acordo com o art. 1º da Lei n. 7.418/85 e a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

vigente Convenção coletiva SINTELPES/RO X SEAC/RO, bem como cópia dos comprovantes de pagamento;

3. Da regularidade fiscal, constatada através de consulta "*on-line*" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93;

4. Do pagamento de eventuais tributos relativos à contratação, cuja obrigação de retenção não seja do CONTRATANTE.

IV - O CONTRATANTE fará as retenções tributárias legais cabíveis, relativas à prestação dos serviços;

V - O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejarão a retenção do pagamento até sua regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

VI - Havendo pendência de liquidação de obrigações financeiras imposta à contratada em virtude de penalidade ou inadimplência, o valor de tal obrigação será retido no ato do pagamento da Nota Fiscal/Fatura mensal;

Subcláusula Primeira - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá estar em situação de plena regularidade junto ao INSS, FGTS, FAZENDA FEDERAL e JUSTIÇA DO TRABALHO.

Subcláusula Segunda – Caso o CONTRATANTE identifique algum erro, divergência ou pendência que impeça o pagamento, notificará a CONTRATADA para a devida regularização, sendo que o prazo para pagamento será contado a partir da regularização do erro, pendência ou divergência identificados.

Subcláusula Terceira - Verificada a irregular situação fiscal da CONTRATADA, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para regularizar sua situação, dando-lhe o prazo que entender necessário para a regularização, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas caso persista, de forma injustificada, a irregularidade apresentada;

Subcláusula Quarta - Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento poderá ser realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão n. 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012).

Subcláusula Quinta - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Subcláusula Sexta - O pagamento, se houver eventual repactuação, revisão ou reequilíbrio, far-se-á por meio de dois tipos de faturas, sendo uma principal, correspondente aos preços iniciais, e outra suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido.

Subcláusula Sétima - O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada neste instrumento contratual.

Subcláusula Oitava - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365}$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Subcláusula Nona - A compensação financeira prevista no parágrafo anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

Subcláusula Décima - Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que decidirá acerca da eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(Artigo 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – No TRE-RO, gestão e a fiscalização administrativa deste contrato serão exercidas pelo titular da Seção de Administração Predial – SEAP, e auxiliadas por servidores lotados na referida Seção, e a fiscalização técnica e setorial do contrato (execução do objeto) será exercida por cada chefia de cartório onde será alocado cada posto de serviço, com responsabilidades relacionadas aos seus respectivos postos, sob os seguintes aspectos:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços “in loco”;
- b) apontar as faltas cometidas pela contratada, informando à gestão do contrato, para providências de correção;
- c) acompanhar a assiduidade, a pontualidade, a utilização de uniformes, crachás e equipamentos de segurança por parte do profissional colocado à disposição pela CONTRATADA;
- d) informar de imediato ao gestor do contrato a ocorrência de ausência/falta do ocupante do posto de trabalho;
- e) avaliar o desempenho do posto de trabalho, relatando formalmente à gestão do contrato eventual necessidade de substituição;
- f) emitir relatórios mensais informando sobre a prestação dos serviços e as ocorrências do período, bem como qualquer outro documento de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fiscalização, para serem enviados ao gestor do contrato, para análise, providências e juntada ao processo;

g) impedir a ocorrência de desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, não permitindo a utilização destes em atividades não relacionadas com as previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual foi colocado à disposição pela CONTRATADA;

h) impedir a utilização da mão de obra para executar favores pessoais por parte de qualquer servidor;

i) cuidar para que a jornada de trabalho dos ocupantes dos postos de trabalhos seja cumprida conforme estipulado em contrato, não permitindo sobrejornadas não previstas;

j) apontar com antecedência a necessidade de trabalho extraordinário, nas situações permitidas, informando ao gestor, os quantitativos;

k) acompanhar o controlar o quantitativo de horas extras nas situações previstas na letra “i”; e

l) nas necessidades de deslocamentos da mão de obra contratada, solicitar com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis à gestão contratual, para as providências devidas junto à empresa contratada.

Subcláusula Primeira – Nos afastamentos dos titulares, as funções de gestão e de fiscalização deste contrato serão exercidas por seus respectivos substitutos.

Subcláusula Segunda – A fiscalização do Contrato obedecerá ao Guia de Fiscalização (Anexo VIII-B da IN 05), constante do Anexo VI do Termo de Referência, e as demais normas aplicáveis a este instrumento.

Subcláusula Terceira – A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – O CONTRATANTE, além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e anexos e neste Contrato, obriga-se a:

1. Autorizar a CONTRATADA, após a assinatura do contrato, o início da prestação dos serviços abrangidos pelo objeto do contrato;
2. Exigir o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
3. Orientar a CONTRATADA acerca da correta execução dos serviços contratados e autorizar o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho;
4. Dar conhecimento à CONTRATADA acerca das normas estabelecidas para carga e descarga de materiais, horário de trabalho e demais condições exigidas;
5. Disponibilizar instalações sanitárias, vestiários com armários/guarda-roupas;
6. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
7. Rejeitar, caso inadequados ou irregulares, os serviços prestados pela CONTRATADA;
8. Notificar a CONTRATADA, na ocorrência da situação prevista no inciso anterior, para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as regras deste contrato;
9. Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;
10. Notificar a CONTRATADA acerca de eventual conduta inconveniente de seus empregados quando da execução dos serviços ou na ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
11. Manter atualizados os documentos próprios dos registros de serviços que tenham sido realizados pela CONTRATADA;
12. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
13. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após verificada a regularidade da nota fiscal/fatura de acordo com as condições, documentações, preços, prazos estabelecidos neste contrato e nas demais regras a ele aplicadas;
14. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA, conforme legislação vigente;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15. Avaliar a CONTRATADA por critérios objetivos, sempre que necessário, sendo que as avaliações serão encaminhadas à CONTRATADA para análise e adequações necessárias quanto à prestação dos serviços;
16. Fiscalizar mensalmente o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, podendo tal fiscalização ser por amostragem;
17. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública;
18. Comunicar-se com a CONTRATADA preferencialmente por escrito;
19. Controlar a execução financeira da contratação, dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos;
20. Analisar e se manifestar sobre eventuais pedidos de prorrogação de prazo quanto ao objeto contratado.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, IV, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – A CONTRATADA, além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e anexos e neste Contrato, obriga-se a:

1. Nomear um representante legal (preposto) para, durante o período de vigência contratual, representá-lo na execução do contrato no município de Porto Velho, local da gestão do contrato, ou no município indicado para a execução dos serviços;

- a) O prazo para apresentação do Representante Legal ao Gestor do contrato é de, no máximo, 2 (dois) dias, contados da assinatura do contrato; e
- b) O representante nomeado, quando da apresentação ao Gestor do Contrato, deve apresentar documentos idôneos comprobatórios do poder de representação.

2. Manter-se, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do Pregão, comprometendo-se a comunicar ao contratante qualquer alteração superveniente impeditiva de manutenção dessas condições e a apresentar os comprovantes de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

regularidade junto ao FGTS, ao INSS, à Fazenda Pública Federal e à Justiça do Trabalho, sempre que solicitado;

3. Utilizar, sob sua inteira responsabilidade, toda a competente e indispensável mão de obra, devidamente habilitada e treinada, para execução dos serviços contratados, da qual assumirá o cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e todas as outras previstas nas normas legais pertinentes, observando que:

a) A inadimplência da CONTRATADA com relação a estes encargos não transfere à Administração a responsabilidade por seus pagamentos nem poderá onerar o objeto do contrato.

4. Proceder ao atendimento emergencial do CONTRATANTE (horas extras), em caso de necessidade, respeitada a legislação trabalhista. Na ocorrência de greve da categoria, a CONTRATADA obriga-se à prestação dos serviços, por meio de esquema de emergência;

5. Ressarcir e/ou repor, de imediato, o bem físico eventualmente danificado, destruído ou desaparecido no processo de prestação de serviços, ou valores decorrentes de utilização indevida ou particular de serviços/equipamentos disponíveis nesta Justiça Eleitoral, responsabilizando-se pelos prejuízos à CONTRATANTE, bem como de Terceiros prejudicados, independente da comprovação de ação ou omissão por parte da CONTRATADA;

6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os defeitos ou incorreções resultantes da má qualidade da execução dos serviços e/ou dos materiais empregados. A correção de eventuais irregularidades não impedirá a aplicação das sanções previstas na legislação vigente;

7. Responder por todos os ônus decorrentes da execução dos serviços como taxas, impostos e seguros;

8. Responder por quaisquer prejuízos eventuais causados por seus empregados e prepostos, quando em missão de serviços por força das obrigações assumidas ou, mesmo que indevidamente, em razão do contrato;

9. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do CONTRATANTE;

10. Comunicar à Administração do CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

11. Apresentar, mensalmente e sempre que solicitada pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamento de salários e benefícios dos empregados e o recolhimento de encargos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12. Permitir ao CONTRATANTE o acesso ao controle diário de frequência e às carteiras profissionais dos empregados alocados à execução do serviço contratado;

13. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço para verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;

14. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do objeto do contrato;

15. Selecionar e treinar adequadamente os empregados alocados na prestação dos serviços, observando a comprovação dos atestados de boa conduta e de idoneidade moral;

16. Manter seus empregados sob as normas disciplinares do CONTRATANTE, substituindo, no prazo máxima de 24 (vinte e quatro) horas, após notificação, qualquer deles considerados inconvenientes pelo CONTRATANTE, observando que:

a) No caso de falta ao serviço, a CONTRATADA deverá substituir os funcionários faltosos até o limite de 1 (uma) hora, a contar do início do expediente do posto ou do início da ausência, independentemente de notificação do CONTRATANTE.

17. Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

18. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependências do CONTRATANTE;

19. Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

20. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;

21. Manter preposto no município de Porto Velho, local da Gestão do contrato, ou no local de execução dos serviços, investido por meio de procuração devidamente registrada em cartório, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

22. Creditar os salários em conta bancária dos empregados, em agências localizadas no município de execução dos serviços ou, na impossibilidade, em agências bancárias do município mais próximo;
23. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho;
24. Fornecer os uniformes nas condições e qualidades exigidas pelo edital da licitação;
25. Não subcontratar, subempreitar, ceder ou transferir total ou parcialmente os serviços objeto desta licitação;
26. Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência – após a assinatura deste contrato - de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;
27. Cumprir, no prazo estipulado na notificação expedida pelo fiscal ou gestor do contrato todas as determinações do contratante, especialmente, quando se tratarem de adimplemento de obrigação prevista neste instrumento, sob pena de aplicação de penalidades;
28. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes, observado o que segue:
 - a) Os limites de alteração à contratação serão considerados de forma isolada, ou seja, tomando-se o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos, sempre calculados sobre o valor original deste instrumento, sem que haja compensação entre eles, conforme reiteradas decisões do TCU (Acórdãos 1.981/2009, 749/2010, 906/2012 e 517/2012 – Plenário);
29. Emitir nota fiscal mensalmente e apresentá-la ao CONTRATANTE, nos termos e prazos pactuados;
30. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;
31. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

Subcláusula única - É expressamente vedado à CONTRATADA:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;

II – a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, durante a vigência deste contrato; e

III - apresentar, para ocupar postos de trabalhos, inclusive em caso de substituições eventuais, pessoas sem o vínculo empregatício formal determinado pela legislação trabalhista.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93 e Artigo 7º da Lei 10.520/02)

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico respectivo e seus anexos, neste Contrato e nos documentos a este vinculados, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis 10.520/02 e 8.666/93 e neste instrumento.

Subcláusula Primeira – Além das demais sanções decorrentes do certame licitatório, o descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura do contrato, sujeita a CONTRATADA à multa moratória, consoante o art. 86 da Lei n. 8666/93, na forma seguinte:

I - Quanto à interrupção na prestação dos serviços:

a) Primeira interrupção injustificada de até 6 (seis) horas na execução dos serviços contratados, multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) sobre o valor do contrato;

b) Segunda interrupção injustificada de até 6 (seis) horas na execução dos serviços contratados, multa de 0,6% (zero vírgula seis por cento) sobre o valor do contrato;

c) Terceira interrupção injustificada na execução dos serviços contratados, multa de 0,9% (zero vírgula nove por cento) sobre o valor do contrato;

d) Interrupção superior a 6 (seis) horas ou quarta interrupção injustificada na execução dos serviços contratados caracterizará a inexecução do contrato.

II - Quanto ao cumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) Primeiro descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 1% (um por cento) sobre o valor mensal do contrato no momento da determinação;
- b) Segundo descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 2% (dois por cento) sobre o valor mensal do contrato no momento da determinação;
- c) Terceiro descumprimento injustificado será considerada inexecução da obrigação, caracterizando-se inexecução parcial do contrato.

Subcláusula Segunda - Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

I - advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor das obrigações inadimplidas, tendo como teto o valor total estimado do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;

III - suspensão temporária para participação em licitações com a administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

V - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 5 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei n. 10520/02).

Subcláusula Terceira - Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/02 e do artigo e do artigo 49 do Decreto 10.024/2019, garantido o direito do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contraditório e da ampla defesa, sujeitar-se-á à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 5 (cinco) anos e, sendo o caso, será descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, a CONTRATADA que:

- a) Quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta não assinar o contrato ou não apresentar situação regular, nos termos do edital;
- b) Deixar de entregar documentação exigida no edital;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Não mantiver a proposta;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Fizer declaração falsa; e
- g) Cometer fraude fiscal.

Subcláusula Quarta – A Administração contratante poderá deixar de declarar a inexecução do contrato, quando:

- a) A infração tenha sido provocada por lapso do contratado e não gerar nenhum benefício, nem prejuízo ao contratante;
- b) A CONTRATADA tenha incorrido em equívoco na compreensão das regras do contrato claramente demonstrada em processo administrativo;
- c) A CONTRATADA tenha adotado voluntariamente providências suficientes para reparar a tempo os efeitos danosos da infração.

Subcláusula Quinta - A Administração contratante declarará a inexecução total do contrato quando:

- a) A prática infracional tenha criado risco ou consequência danosa à saúde das pessoas submetidas aos serviços;
- b) A CONTRATADA tenha deixado, tendo conhecimento do ato lesivo, de tomar providências para atenuar ou evitar suas consequências danosas;
- c) A CONTRATADA seja reincidente, definida esta como a reiteração de conduta faltosa, num lapso de 60 (sessenta) dias após regular notificação.

Subcláusula Sexta - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Subcláusula Sétima – As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Subcláusula Oitava - Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida no termo de referência, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n 8666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

Subcláusula Nona - O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário).

Subcláusula Décima - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

Subcláusula Décima Primeira - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Segunda – Se o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Terceira - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Quarta - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Décima Quinta - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Décima Sexta - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Sétima - As multas e demais sanções previstas não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE e a terceiros;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Oitava - As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

Subcláusula Décima Nona - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Vigésima - O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, bem como as regras contidas na Lei nº 8.666/1993 e na Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, ou qualquer normativo que venha a substituí-las, sendo que, da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008/TRE-RO.

DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS

(Resolução TSE 23.234/2010)

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Para o presente contrato foi estabelecido o Acordo de Nível de Serviços nos seguintes termos:

1. Definição: Acordo de Nível de Serviços – ANS é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço, o cumprimento das obrigações contratuais, e respectivas adequações de pagamento.

2. Objetivo a atingir: prestação do serviço em elevados níveis de qualidade, considerando a execução do objeto bem como o cumprimento das obrigações contratuais por parte da contratada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. Forma de avaliação: definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de penalidades. A cada situação será obtido um índice de desconto, a ser multiplicado pelo valor mensal correspondente (da atividade ou do contrato), obtendo-se assim o valor a ser faturado para o período de referência.

4. Apuração: a apuração será feita mensalmente, tanto por meio de registros de ocorrências quanto por conferência de documentos relacionados à questões trabalhistas. Ao final de cada período de apuração, o fiscal do contrato informará à contratada as ocorrências, recomendando, se for o caso, adoção de medidas saneadoras.

5. Sanções: Desconto, no valor mensal da fatura, de acordo com o índice de desempenho atingindo

6 – Infrações: situações a cuja ocorrência é atribuída um Grau para apuração do Índice de Desempenho.

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

INDICADOR DE QUALIDADE

GARANTIR SERVIÇOS ADEQUADOS EM RELAÇÃO À ROTINA DE EXECUÇÃO ESTABELECIDADA E CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

ITEM	DESCRIÇÃO DO INDICADOR
Instrumento de medição	<p>Cálculo do Índice de Desempenho Mensal:</p> <p>1 – INSUFICIENTE – Acima de:</p> <ul style="list-style-type: none">- 03 (três) ocorrências Grau 03 no mês OU- 06 (seis) ocorrências Grau 02 no mês OU- 08 (oito) ocorrências de Grau 01 no mês <p>2 – REGULAR – Entre:</p> <ul style="list-style-type: none">- 01 (uma) e 03 (duas) ocorrências Grau 03 no mês OU- 03 (três) e 06 (sete) ocorrências Grau 02 no mês OU- 04 (quatro) e 08 (oito) ocorrências Grau 01 no mês <p>3 – BOM – Até:</p> <ul style="list-style-type: none">- 02 (duas) ocorrências Grau 02 no mês OU- 04 (quatro) ocorrências Grau 01 no mês.
Forma de	Registro das Ocorrências e constatações de descumprimentos

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

acompanhamento	contratuais Grau de medição: - Grau 03 – grave - Grau 02 – média - Grau 01 - leve
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo	Apuração mensal da quantidade de ocorrências por grau para determinação do Índice de Desempenho. Cálculo de Fator de Conversão conforme índice de desempenho: Se índice de desempenho for “Bom”, Fator de Conversão = 1 Se índice de desempenho for “Regular”, Fator de Conversão = 0,98 Se índice de desempenho for “Insuficiente”, Fator de Conversão = 0,96 O valor mensal a ser pago será o resultado da multiplicação do valor mensal do contrato pelo fator de conversão: Valor a ser pago (R\$) = Valor da nota fiscal X Fator de Conversão Limites: $0,96 \leq \text{Fator de Conversão} \leq 1$
Início de Vigência	Data de início da prestação dos serviços.
Faixas de ajuste no pagamento	Valor a ser pago (R\$) = Valor da nota fiscal X Fator de Conversão
Sanções	Glosa da fatura, sem prejuízo do correspondente desconto na fatura mensal dos valores correspondentes a cada infração quando se tratar de custos informados na planilha de formação de preços e das demais sanções estabelecidas no contrato para o descumprimento da obrigação.
OBSERVAÇÕES	
<ul style="list-style-type: none">- As ocorrências verificadas, passíveis de solução, serão notificadas à Contratada, com prazo estipulado para solução das falhas, quando for o caso;- As ocorrências poderão ser verificadas e constatadas quando da análise da documentação apresentada como anexo da Nota Fiscal de Prestação de Serviços (folha de ponto, contra-cheques, comprovantes de pagamento de salários, etc).	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- Cada ocorrência será classificada por grau de acordo com a tabela abaixo.
- Para apuração do Índice de Desempenho Mensal, será considerado um período de 30 (trinta) dias consecutivos. Ao final de cada período de 30 (trinta) dias, iniciará novo período para apuração do Índice de Desempenho daquele mês.

TABELA DE INFRAÇÕES:

ITEM	Infração	GRAU	Incidência
01	Retirar empregados ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE.	2	Por ocorrência
02	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá, salvo em casos excepcionais, autorizado pela CONTRATANTE.	1	Por empregado e por ocorrência
03	Permitir a presença de funcionário que não tenha sido previamente apresentado à CONTRATANTE.	1	Por empregado e por ocorrência
04	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados.	1	Por empregado e por dia
05	Fornecer informação falsa de serviço ou substituir material/equipamento licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
06	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	3	Por dia
07	Recusar-se a executar serviço determinado pela CONTRATANTE, sem motivo justificado ou determinação formal.	2	Por ocorrência
08	Utilizar as dependência da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	3	Por ocorrência



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

09	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	2	Por ocorrência
10	Utilizar as dependência da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato	2	Por ocorrência
11	Permitir situações que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequência letais	3	Por ocorrência
12	Retirar das dependências da CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do fiscal do contrato.	1	Por item e por ocorrência
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
13	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	2	Por empregado e por dia
14	Cumprir determinação da CONTRATANTE para controle de acesso de seus funcionários.	2	Por empregado e por dia
15	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições	2	Por empregado e por dia
16	Entregar conjunto completo de uniforme aos empregados nos prazos definidos em contrato ou não submetê-lo à aprovação do Fiscal do contrato ou não documentar a entrega	1	Por empregado e por dia de atraso
17	Fornecer Equipamentos de Proteção Individual – EPI aos seus funcionários e de exigir sua utilização na forma da legislação vigente	3	Por empregado e por dia de indisponibilidade
18	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela	2	Por ocorrência

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	FISCALIZAÇÃO		
19	Reparar, corrigir e substituir, às suas expensas, no total ou em partes, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, danos, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução;	2	Por ocorrência
20	Substituir empregados faltosos até o limite de 2 (duas) hora após o início do expediente definido	1	Por ocorrência e por empregado
21	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, auxílio alimentação, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer encargos trabalhistas diretos e/ou indiretos relacionados à execução do contrato nas datas legais.	3	Por mês de ocorrência do não pagamento de qualquer obrigação
22	Efetuar o pagamento de diárias e o fornecimento de bilhetes de passagens para os deslocamentos que se fizerem necessários e devidamente solicitados pela Contratante com a antecedência mínima de 1 (um) dia da data do deslocamento.	3	Por ocorrência
22	Manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade local de prestação de serviços.	2	Por ocorrência e por dia
23	Entregar, ou entregar com atraso, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e demais documentos ou quaisquer esclarecimentos indispensáveis à fiscalização do Contrato.	2	Por ocorrência e por dia
24	Apresentar as notas fiscais mensais, dentro do prazo definido em contrato, sem justificativa aceita pelo gestor do contrato.	1	Por ocorrência
25	Atender normas do Ministério do Trabalho sobre saúde, higiene e segurança do trabalho	3	Por ocorrência apontada



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

26	Cumprir quaisquer obrigações constantes no edital e seus anexos, não previstas nesta tabela.	2	Por ocorrência
----	----------------------------------------------------------------------------------------------	---	----------------

Subcláusula única – Como a contratação objeto deste instrumento não requer emissão de Ordem de Serviços para a execução das atividades, este Acordo de Nível de Serviços não refletirá necessariamente a qualidade da **execução do objeto do contrato**, mas demonstrará o desempenho da CONTRATADA no que se refere ao cumprimento das obrigações contratuais.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA VIGÉSIMA – O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos e multas que resultarem da paralisação dos serviços e às demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

Subcláusula Primeira - A rescisão contratual poderá ser:

I. Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;

II. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência da Administração; e

III. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE-RO.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 65, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável a requisições já efetuadas e serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Carta-Contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste Contrato para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quinta – Havendo alteração unilateral deste Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

DA REPACTUAÇÃO

(Decreto Federal 9.507/2018)

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Quanto à repactuação, deverá ser observado o que segue:

Subcláusula Primeira – O orçamento considerado para a apresentação das propostas, tem como data-base o mês de janeiro/2022, data da convenção coletiva SINTELPES/RO X SEAC/RO. Dessa forma, nos termos do inciso X, do Art. 53 e seguintes da IN 05/2017 do MPDG e do Acórdão TCU 1563/04 – Plenário, a futura contratada poderá solicitar a primeira repactuação do valor do contrato 01 (um) ano após essa data-base, ou seja, janeiro de 2023, desde que já fixado o índice de reajuste por acordo, convenção ou dissídio coletivo.

Subcláusula Segunda – As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

Subcláusula Terceira – Quando da solicitação da repactuação, poderá ser solicitado reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais, que serão calculados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, sendo que:

a) o primeiro reajuste abrangerá o índice do período compreendido entre o mês da apresentação da proposta e mês anterior a que se refere a repactuação solicitada;

b) os subsequentes obedecerão à regra da anualidade, que será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último.

Subcláusula Quarta - A repactuação de qualquer dos componentes da Planilha de Custos e Formação de Preços somente poderá ser efetuada mediante demonstração analítica de variação dos custos, devidamente comprovada, conforme preceitua o Art. 12º do Decreto 9.507/2018.

Subcláusula Quinta A empresa CONTRATADA para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o art. 24, inciso XI da Lei nº 8.666, de 1993.

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

(Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018)

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - Os dados digitais envolvidos na presente contratação e suas aplicações estão sujeitos ao cumprimento da LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como às suas atualizações e regulamentações.

A. Todas as partes envolvidas direta ou indiretamente nesta contratação, seus conselheiros, sócios, diretores, prepostos, funcionários, representados ou terceiros contratados, em comunhão de esforços, se comprometerão a prestar e tomar os serviços ora contratados de acordo com a LGPD.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

B. As partes em questão, na qualidade de Agentes de Tratamento, adotarão todas as medidas necessárias para que as operações realizadas durante a prestação dos serviços contratados respeitem as diretrizes estipuladas pela LGPD, bem como os seus seguintes princípios: da finalidade; adequação; necessidade; livre acesso; qualidade dos dados; transparência; segurança; prevenção; responsabilização; e, prestação de contas.

C. Será assegurado aos titulares dos dados pessoais que, em decorrência do contrato ora instrumentalizado, tenham seus dados tratados pelas partes contratantes, os seguintes direitos:

1. Confirmação da existência do tratamento e acesso aos Dados Pessoais;
2. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
3. Portabilidade dos seus dados pessoais a outro prestador de serviços ou produtos;
4. Eliminação dos Dados Pessoais de sua titularidade, ressalvadas as hipóteses de guarda para cumprimento de obrigação legal ou regulatória; e,
5. A revogação do consentimento para o Tratamento dos Dados Pessoais.

D. No intuito de garantir ao titular os direitos referidos acima, as Partes se comprometem a:

1. Manter total discrição e sigilo relativos às informações uma da outra recebidas e produzidas no decorrer da execução dos serviços ora contratados, comprometendo-se a não as divulgar, nem as fornecer a terceiros que não estejam descritos neste Contrato ou em seus anexos;
2. Tratar os dados pessoais dos titulares de acordo com os termos previstos na legislação, comprometendo-se a recolher, registrar, organizar, consultar ou transmitir tais dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento expresso e inequívoco;
3. Tratar os dados pessoais de modo compatível com as finalidades para as quais tais dados tenham sido fornecidos;
4. Conservar os dados pessoais apenas durante o período necessário à execução dos serviços contratados e/ou para atingir a finalidade pretendida, garantindo-se ao seu titular a respectiva confidencialidade;
5. Implementar as medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito;
6. Em caso de quebra ou suspeita de quebra de segurança que venha a expor, ou poder expor, ilicitamente os dados pessoais tratados, as Partes deverão imprimir seus melhores esforços para tomar todas as medidas cabíveis para investigar e resolver o ocorrido;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7. Garantir o exercício, pelos titulares dos dados pessoais, dos seus respectivos direitos;

8. Assegurar que os seus respectivos colaboradores ou os seus prestadores de serviços externos por si contratados e que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumprem as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares.

II. Ficam ambas as partes sujeitas às legislações vigentes na data da assinatura deste Contrato, bem como em caso de atualizações futuras;

III. Se, em decorrência de uma ordem judicial ou administrativa emanada por Autoridade Competente, qualquer uma das Partes for obrigada a fornecer quaisquer dados pessoais transmitidos pela contraparte, o respectivo Controlador deverá ser notificado a respeito dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

IV. As Partes comprometem-se por si, seus sócios, colaboradores e prestadores de serviços a adotar todas as medidas necessárias para garantir que os dados pessoais transmitidos pelo respectivo Controlador não sejam utilizados indevidamente, tampouco sejam alvo de apropriação indébita, roubo ou divulgação a pessoas não autorizadas, de forma que tais medidas devem garantir no mínimo:

1. A destruição dos dados pessoais transmitidos a pedido do Controlador e/ou do respectivo titular;
2. A destruição de todo dado pessoal e/ou informação excedente para as finalidades pretendidas, desatualizada ou errônea;
3. Registro atualizado do tratamento dos dados pessoais transmitidos pelo Controlador;
4. Registro acerca de qualquer situação que possa vir a pôr em risco os dados pessoais objeto de tratamento, o qual deverá ser apresentado ao respectivo Controlador em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas;
5. A transferência definitiva dos dados objeto de tratamento, por parte do Controlador, para repositório de sua exclusiva escolha, sem a elaboração de qualquer tipo de cópia ou backup.

V. As Partes assumem a responsabilidade de assegurar e garantir ao respectivo Controlador que todos os seus funcionários e/ou prestadores de serviços que irão ou poderão ter acesso aos dados pessoais transmitidos pelo Controlador têm a obrigação formalizada documentalmente de não tratar tais dados em desacordo com as disposições constantes neste instrumento, garantindo-se ao Controlador o seu pleno e fiel cumprimento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VI. Caso qualquer uma das Partes, sem incorrer em culpa, venha a ser responsabilizada judicial ou administrativamente por eventuais falhas no tratamento dos dados pessoais realizado pela contraparte, lhe será assegurado o direito de regresso por conta dos prejuízos que experimentar, sendo possível ainda buscar indenização suplementar perante o Poder Judiciário.

VII. Os responsáveis diretos pela segurança dos dados disposta nesta Cláusula, serão:

1. Pela CONTRATADA, o signatário deste contrato, o qual poderá ser futuramente alterado; e
2. Pelo CONTRATANTE, o servidor designado pela Administração do TRE-RO.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – Esta contratação fundamenta-se no artigo 4º, XXII, da Lei 10.520/2002 e no art. 4º-A, inciso II, da Resolução CNJ nº 23.234/2010-TSE, e à execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto no Edital de Pregão Eletrônico respectivo e seus Anexos, nas Leis 8.666/1993, 10.520/2002 e 13.709/2018, nos Decretos Federais 3555/2000, 9507/2018, 9.488/2018 e 10.024/2019, na Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, na Resolução TSE 23.702/2022, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e na Instrução Normativa TRE-RO 004/2008, e, de forma subsidiária, nas Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), 13.709/2018 (Proteção de Dados), nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, assim como nas demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.

Subcláusula única – Não se aplicam ao objeto do presente instrumento o inciso X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

INFORMAÇÕES DIVERSAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – No Termo de Referência vinculado ao presente Contrato constam os seguintes anexos, entre outros:

Anexo I – Modelo de Proposta;

Anexo II – Convenção Coletiva de Trabalho SINTELPES/RO X SEAC RO 2022/2023;

Anexo III – Resolução TSE 23.234/2010;

Anexo IV – Resolução CNJ 169/2013;

Anexo V – Modelo Declaração de Contratos Firmados;

Anexo VI – Guia de Fiscalização Técnica e Administrativa;

Anexo VII – Modelo de Planilhas de Custos; e

Anexo IX – IN 05/2017 Atualizada.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLAÚSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste Contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lida e achada conforme, foi



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 19 de julho de 2022.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	ANTONIO BEZERRA DE ALBUQUERQUE FILHO Pela CONTRATADA
Aldací Souza Mota Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga Testemunha

**ANEXO I AO CONTRATO TRE-RO Nº 20/2022 (REPRODUÇÃO DO
ANEXO VI DO TERMO DE REFERÊNCIA RESPECTIVO)**

**GUIA DE FISCALIZAÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA
(ANEXO VIII-B DA IN 05/2017)**

DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

1. A fiscalização administrativa, realizada nos contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
2. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais, nas contratações com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:
 - 2.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):
 - a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e
- a.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços.
- b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):
 - b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
 - b.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
 - b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
 - b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- c) entrega, quando solicitado pela Administração, de quaisquer dos seguintes documentos:
 - c.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;
 - c.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;
 - c.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
 - c.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale- alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
 - c.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

d.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

d.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

d.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

d.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

2.2. No caso de cooperativas:

a) recolhimento da contribuição previdenciária do INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado;

b) recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da Cooperativa;

c) comprovante de distribuição de sobras e produção;

d) comprovante da aplicação do Fundo Assistência Técnica Educacional e Social (Fates);

e) comprovante da aplicação em Fundo de reserva;

f) comprovação de criação do fundo para pagamento do 13º salário e férias;
e

g) eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.

2.3. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

3. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados na **alínea “a” do subitem 2.1 acima** deverão ser apresentados.

4. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas elencados nos **subitens 2.1, 2.2 e 2.3 acima** poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

5. A Administração deverá analisar a documentação solicitada na **alínea “d” do subitem 2.1 acima** no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

7. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

8. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

8.1. A Administração poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

8.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

10. Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa deverá observar, ainda, as seguintes diretrizes:

10.1. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

a) No momento em que a prestação de serviços é iniciada, deve ser elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo. Ela conterá informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços no órgão ou entidade, divididos por contrato, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) A fiscalização das Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) será feita por amostragem. Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados devem ser conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela empresa e pelo empregado. Devem ser observadas, com especial atenção, a data de início do contrato de trabalho, a função exercida, a remuneração (corretamente discriminada em salário-base, adicionais e gratificações), além de demais eventuais alterações dos contratos de trabalho.

c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo.

d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT).

e) Devem ser consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para as empresas terceirizadas (por exemplo, se os empregados têm direito a auxílio-alimentação gratuito).

f) Deve ser verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho, cuja presença levará ao pagamento dos respectivos adicionais aos empregados. Tais condições obrigam a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação, devidamente autenticada:

g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;

g.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

d.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

10.2. Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura)

a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.
- d) Exigir, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. Fiscalização diária

- a) Devem ser evitadas ordens diretas da Administração dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.
- b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva do empregador.
- c) Conferir por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

10.4. Fiscalização procedimental

- a) Observar a data-base da categoria prevista na CCT. Os reajustes dos empregados devem ser obrigatoriamente concedidos pela empresa no dia e percentual previstos, devendo ser verificada pelo gestor do contrato a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.
- b) Certificar de que a empresa observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados.

Certificar de que a empresa respeita a estabilidade provisória de seus empregados (cipeiro, gestante, e estabilidade acidentária).

10.5. Fiscalização por amostragem

- a) A Administração deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) A Administração deverá solicitar, por amostragem, aos empregados terceirizados os extratos da conta do FGTS, os quais devem ser entregues à Administração.
- c) O objetivo é que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano (sem que isso signifique que a análise não possa ser realizada mais de uma vez em um mesmo empregado), garantindo assim o “efeito surpresa” e o benefício da expectativa do controle.
- d) A contratada deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela Administração, por amostragem, quaisquer dos seguintes documentos:
- d.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;
- d.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;
- d.3. cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e
- d.4) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale- alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 19/07/2022, às 16:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO BEZERRA DE ALBUQUERQUE FILHO, Usuário Externo**, em 20/07/2022, às 10:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 20/07/2022, às 10:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 20/07/2022, às 10:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0861887** e o código CRC **21155A33**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5/2022 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP

1. INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 3º, incisos I a III, da Lei n. 10.520/02, no artigo 8º, II, do Decreto Federal n. 10.024/2019 e nos artigos 6º, inciso IX e 7º, inciso I da Lei nº 8.666/93, elaborou-se o presente Termo de Referência para contratação de serviços comuns de Apoio Administrativo.

Na elaboração, observa-se, **NO QUE APLICÁVEL**, as regras e diretrizes para contratação de bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral através da Resolução TSE nº 23.234/2010, utilizando-se subsidiariamente, também **NO QUE APLICÁVEL**, a Instrução Normativa n. 05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, doravante chamada apenas de IN 05/2017 - e suas alterações - naquilo que não contrarie o disposto na referida Resolução do TSE e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.

Tem por finalidade definir as diretrizes orientadora gerais para possibilitar aos interessados a definição do preço para apresentação de proposta em certame licitatório que objetiva a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo, para atuação nos cartórios eleitorais do estado de Rondônia, para suporte às Eleições de 2020, por período determinado, conforme especificações, termos e condições aqui estabelecidas.

2. JUSTIFICATIVA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O TRE-RO conta com um quadro de servidores bastante enxuto e muitas vezes insuficiente para atender a todas as demandas e operações ordinárias decorrentes de um pleito eleitoral. E não há viabilidade de atender a todos os Cartórios Eleitorais somente com os servidores disponíveis. Restou, então, a alternativa de contratação dos serviços de apoio administrativo, com perspectiva de ativação de 29 (vinte e nove) postos de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, para prestar apoio às intensas atividades de preparação, organização e realização de eleições, inerentes às Zonas e Cartórios Eleitorais. Além dos 29 postos citados, haverá também a ativação de 01 (um) posto de SUPERVISOR ADMINISTRATIVO, que supervisionará administrativamente todos os postos de trabalho.

Tal solução encontra-se amparada na Resolução TSE 23.234/2010, de 25 de março de 2010, atualizada pela Resolução 23.518/2017 TSE, conforme transcrito abaixo, com grifos nossos:

Art. 4º-A. Também poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do tribunal eleitoral, especialmente:
I - atividades de apoio administrativo ao alistamento eleitoral e à revisão eleitoral;

II - em ano eleitoral, as atividades de apoio administrativo à organização dos pleitos.

De outro lado, deve ser ressaltado que o objeto atende às condições necessárias para contratação desse tipo de atividade, enquadrando-se nas hipóteses estabelecidas no art. 5º. I, “a” e “b” e II, da Resolução 23.234/2010-TSE:

Art. 5º É vedada a contratação de atividades que:

I - sejam inerentes às especialidades constantes do Quadro de Pessoal do respectivo Tribunal, salvo expressa disposição legal em contrário, nas seguintes situações:

a) quando se tratar de cargo extinto ou em extinção no âmbito do quadro de pessoal;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) quando se tratar de serviço de natureza temporária, devidamente justificado, com indicação dos prazos de início, de etapas de execução, de conclusão, de entrega do objeto, de observação e de recebimento definitivo.

II - constitutam a missão institucional do Tribunal, ressalvados os serviços de natureza temporária nos termos do inciso I, alínea b, deste artigo

Como se verifica, a presente contratação enquadra-se perfeitamente na hipótese da Res. 23.234/2010-TSE, art. 4ª-A, II, uma vez que visa atender à necessidade específica deste Órgão, no que concerne às atividades advindas de uma Eleição Geral, cujos prazos de início e fim dos trabalhos serão delimitados por força de dispositivos legais da Justiça Eleitoral, atendendo ao requisito da temporalidade da prestação dos serviços, com prazo de início e término previamente definidos, sem possibilidade de se protrair além do tempo determinado.

II – HARMONIZAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRE-RO

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a contratação de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas aos serviços que se pretende contratar, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

Além disso, o objeto deste Termo de Referência consta do Plano Anual das Contratações para 2022, aprovado pela PORTARIA Nº 147 2021 (SEI [0002711-81.2021.6.22.8000](#), evento [0727578](#)). Também está inserida no Planejamento Estratégico do órgão, haja vista tratar-se de contratações para pleito eleitoral e vem ao encontro dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS estabelecidos no PLANO ESTRATÉGICO 2021- 2026 deste órgão, a saber:

- Garantir a adequada priorização dos gastos e investimento;
- Otimizar a execução orçamentária e financeira
- Otimizar a gestão de custos e redução do desperdício;
- Garantir agilidade e qualidade nas contratações
- Aprimorar a qualidade de vida no trabalho
- Aprimorar o atendimento ao eleitor e jurisdicionado
- Realizar a Justiça



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- Garantir um Poder Judiciário efetivo e ágil na garantia dos direitos e que contribua para a pacificação social e desenvolvimento do país

III – CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

De acordo com A **Resolução CNJ n. 400/2021**, os órgãos do Poder Judiciário devem ter uma Unidade de Sustentabilidade e uma Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável, a fim de realizar a gestão do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS).

Neste Tribunal, a referida comissão foi instituída através da Portaria TRE-RO n. 240/2021

Após consulta ao referido Plano de Logística Sustentável verificou-se que não há ações e estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável diretamente associadas à contratação de apoio administrativo.

Contudo, foi localizada a **ação de conscientização por meio de capacitações e palestras a servidores em sustentabilidade e responsabilidade social** que, de acordo com a programação da unidade competente, deverá ser estendida aos empregados terceirizados que serão contratados.

Além disso, exigiu-se da futura contratada, como medida sustentável para a contratação pretendida, a obrigação de fornecimento de toda documentação relacionada à execução contratual em meio digital, sempre que possível.

IV – NATUREZA DOS SERVIÇOS: não são de natureza contínua, haja vista a sua temporalidade, demonstrada adiante.

V – FORMA DE CONTRATAÇÃO/ENQUADRAMENTO DOS SERVIÇOS – Os serviços serão contratados por meio de regular processo licitatório; por serem definidos como COMUNS deverão ser contratados através da modalidade pregão, na forma eletrônica (Art. 1º, § 1º, Decreto 10.024/2019).

VI - UNIDADE DE MEDIDA - Para as contratações aqui propostas serão utilizados Postos de Trabalho, com as devidas justificativas mais adiante.

VII – ORDEM DE SERVIÇO – DESNECESSIDADE

A resolução TSE 23.234/2010 define Ordem de Serviço como o documento utilizado pela Administração para a solicitação, o acompanhamento e o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

controle de tarefas relativas à execução dos contratos. Já a IN 05/2017, em seu Anexo I, define Ordem de Serviço como o documento utilizado pela Administração para a solicitação, acompanhamento e controle de tarefas relativas à execução dos contratos de prestação de serviços, especialmente os de tecnologia de informação, que deverá estabelecer quantidades estimativas, prazos e custos da atividade a ser executada, e possibilitar a verificação da conformidade do serviço executado com o solicitado.

Dessa forma, entende-se como **PREJUDICADA** a adoção de Ordem de Serviço com esses contornos para o controle das tarefas relativas à execução dos contratos de prestação dos serviços aqui definidos. O próprio contrato, com a indicação da data de início e fim da execução, será o instrumento autorizativo para o início da execução. O contrato, com seus anexos, contemplará:

- a) A definição e especificação dos serviços a serem realizados;
- b) Custos da prestação do serviço, com a respectiva metodologia utilizada para a quantificação do valor;
- c) A avaliação da qualidade dos serviços realizados e as justificativas do avaliador;
- d) A identificação dos responsáveis pela avaliação da qualidade e pelo ateste dos serviços realizados, os quais não terão nenhum vínculo com a empresa contratada.

VIII– METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DOS SERVIÇOS

A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

- I** – Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação da qualidade demandada;
- II** - Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- III** - A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados, quando for o caso;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - A adequação dos serviços prestados à possível rotina de execução estabelecida;

V - O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

VI - A satisfação do público usuário.

3. DO OBJETO

3.1 DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Formação de registro de preços com vista a eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo, concernente na eventual ativação de até 58 (cinquenta e oito) postos de AUXILIAR ADMINISTRATIVO e 01 (um) posto de SUPERVISOR ADMINISTRATIVO, conforme tabela a seguir:

TABELA 1: QUANTITATIVOS DE POSTOS E PERÍODOS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS						
LOT E	DESCRIÇ ão DO LOTE	ITE M	POSTO DE TRABALH O	CÓDIG O CBO	QUANTIDA DE ESTIMADA DE POSTOS	LOCALIDA DE
ÚNIC O	Serviço de Apoio Administrativo	1	Auxiliar Administrativo	4110-05	58	Zonas Eleitorais da capital e do interior
		3	Supervisor Administrativo	4101-05	1	Sede TRE/RO capital
TOTAL GERAL DE POSTOS					59	

3.1.2 DISTRIBUIÇÃO E QUANTITATIVOS DE POSTOS ESTIMADOS PARA ATIVAÇÃO INICIAL:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS ENTRE AS SEDES DOS CARTÓRIOS/ZONAS ELEITORAIS

MUNICÍPIOS SEDES DAS ZONAS ELEITORAIS	ZONA	QTDE POSTO S	PERÍODO DE PRESTAÇÃ O DE SERVIÇOS	DATA ESTIMADA DE ATIVAÇÃO DE POSTOS - PERÍODO DE EXECUÇÃ O DOS SERVIÇOS
GUAJARÁ MIRIM	1ª.	1	02 MESES E 18 DIAS	17/08/2022 - DE 17/08/2022 A 04/11/2022
JI-PARANÁ	3ª.	1		
	30ª.	1		
VILHENA	4ª.	1		
COSTA MARQUES	5ª.	1		
ARIQUEMES	7ª.	1		
	25ª.	1		
	26ª.	1		
COLORADO DO OESTE	8ª.	1		
PIMENTA BUENO	9ª.	1		
JARU	10ª.	1		
	27ª.	1		
CACOAL	11ª.	1		
ESPIGÃO DO OESTE	12ª.	1		
OURO PRETO DO OESTE	13ª.	1		
	28ª.	1		
ROLIM DE MOURA	15ª.	1		
	29ª.	1		
CEREJEIRAS	16ª.	1		

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ALTA FLORESTA DO OESTE	17 ^a .	1		
ALVORADA DO OESTE	18 ^a .	1		
SANTA LUZIA	19 ^a .	1		
MACHADINHO DO OESTE	32 ^a .	1		
BURITIS	34 ^a .	1		
SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	35 ^a .	1		
PORTO VELHO	2 ^a .	1	02 MESES E 18 DIAS	17/08/2022 - DE 17/08/2022 A 04/11/2022
	6 ^a .	1		
	20 ^a .	1		
	21 ^a .	1		
TOTAL DOS POSTOS	AUX. ADMINISTRATIVO (ZE)	29		
	SUPERVISOR	1	02 MESES E 18 DIAS	17/08/2022 - DE 17/08/2022 A 04/11/2022

3.1.2.1 - O período de execução contratual foi estimado para abranger o 1º e o 2º turno das Eleições Gerais de 2022.

3.2 DOS PROFISSIONAIS DEMANDADOS:

Os postos de serviço serão constituídos por mão de obra classificada por categoria profissional estabelecida na Classificação Brasileira de Ocupações (Brasil. Classificação Brasileira de Ocupações: CBO - 2010 - 3a ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010) e pela Cláusula Terceira da Convenção Coletiva de Trabalho do ano de 2022 do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Terceirização em Geral e Prestação de Serviços do Estado de Rondônia (SINTELPS) e Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Pública e Locação de Mão-de-obra do Estado de Rondônia (SEAC/RO), que estará vigente no período da execução do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.2.1 AUXILIAR ADMINISTRATIVO:

CÓDIGO CBO 4110-05 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executam serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atendem fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços; tratam de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos. Atuam na concessão de microcrédito a microempresários, atendendo clientes em campo e nas agências, prospectando clientes nas comunidades.

PISO DA CATEGORIA: R\$ 3.216,34 (três mil, duzentos e dezesseis reais e trinta e quatro centavos) de acordo com a CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO de 2022.

3.2.2 SUPERVISOR ADMINISTRATIVO:

CÓDIGO CBO 4101-05 – SUPERVISOR ADMINISTRATIVO.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: *As atividades do supervisor serão administrativas e se resumem na intermediação e controle das atividades dos demais postos no recebimento, acompanhamento e cumprimento das ordens de serviço emitidas pelo TRE-RO, além de acompanhar os registros e controles para fim de faturamento dos serviços de natureza ordinária e da tomada de providências quando da necessidade de realização de trabalhos extraordinários ou nos casos em que exigir deslocamento dos AUXILIARES ADMINISTRATIVOS.*

PISO DA CATEGORIA: R\$ 2.491,84 (dois mil, quatrocentos e noventa e um reais e oitenta e quatro centavos), de acordo com a CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2023.

NOTA DE ESCLARECIMENTO ACERCA DA REMUNERAÇÃO DO SUPERVISOR: A Convenção Coletiva de Trabalho – CCT 2022/2023, celebrada entre o SINTELPS/RO e o SEAC/RO, com vigência no período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2023, assim dispõe:

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS NÍVEIS E FUNÇÕES NÃO PREVISTAS E SIMILARES



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

“Nos casos de funções que tenham níveis, a cada nível, serão acrescidos 10% do salário base daquela função. Na hipótese de contratantes solicitarem profissionais não previstos nesta convenção, sem a informação do salário, será adotado o salário mais compatível, caso seja semelhante a atividade requerida. A compatibilidade será averiguada através de pesquisa junto ao Ministério do Trabalho/CBO.

(...)

Parágrafo Quarto: O salário de Encarregado, Fiscal, Supervisor responsável por área não relacionada a limpeza e conservação e sem definição Salarial pelo Contratante, deverá ser de no mínimo o estipulado na tabela acima acrescentado de gratificação de 10% do maior salário das ocupações por este supervisionadas.” (grifo nosso).

Assim sendo, aplica-se o disposto no **Parágrafo quarto da Cláusula Sétima** da CCT/2022 que trata do salário de Encarregado, Fiscal, Supervisor responsável por área não relacionada à limpeza e conservação e sem definição salarial pelo Contratante.

Valor do salário do supervisor da área de limpeza: R\$ 2.491,84

Valor do salário da categoria a ser supervisionada (Aux. Administrativo): R\$ 3.216,34

10% (dez por cento) do valor do salário da categoria a ser supervisionada: R\$ 321,63

Valor da remuneração do Supervisor: R\$ 2.491,84 + R\$ 321,63 = R\$ 2.813,47

3.3. ATRIBUIÇÕES DOS POSTOS DE TRABALHO

3.3.1. Atribuições do posto de AUXILIAR ADMINISTRATIVO:

- Apoio na recepção e distribuição de documentos, materiais e bens;
- Apoio na conferência, armazenamento e registro dos materiais e bens;
- Elaborar e alimentar planilhas;
- Zelar pela conservação, organização, embalagem e qualidade dos materiais e bens;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- Apoiar a execução da logística de armazenagem e distribuição de materiais e bens;
- Apoiar a movimentação e transporte de material dos Cartórios Eleitorais, incluindo as Urnas Eletrônicas;
- Zelar pela higiene, limpeza, conservação e boa utilização dos equipamentos e instrumentos utilizados sob sua responsabilidade;
- Prestar apoio aos eventos de preparação das eleições;
- Apoio na organização, entrega e recepção de materiais das mesas receptoras de votação;
- Apoio na vistoria em locais de votação;
- Apoio na organização em locais de votação;
- Prestar apoio às seções eleitorais no dia da eleição;
- Prestar apoio na transmissão dos resultados da eleição;
- Apoio nas atividades administrativas dos cartórios eleitorais;
- Prestar outros serviços correlatos, dentro das atribuições contidas no CBO, mediante solicitação e orientação do TRE-RO.

3.3.2. Atribuições do posto de SUPERVISOR ADMINISTRATIVO:

- Acompanhar a assiduidade e o desempenho da equipe;
- Providenciar, junto a empresa contratada, a imediata substituição dos postos de trabalhos descobertos;
- Atender às solicitações da Contratante relativas à disponibilização e o remanejamento dos postos de trabalho;
- Definir escala de trabalho, escala de horas extras e escala de viagens, quando necessário;
- Solucionar eventuais ausências, problemas e conflitos de competência da contratada, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços
- Fazer a distribuição dos uniformes fornecidos pela Contratada e fiscalizar sua correta utilização;
- Reportar-se, quando houver necessidade, ao fiscal ou representante da Administração e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.
- Representar a empresa no que se refere à execução do objeto do contrato relativa à parte de pessoal.
- Prestar outros serviços correlatos, dentro das atribuições contidas no CBO, mediante solicitação e orientação do TRE-RO.

3.4. REQUISITOS MÍNIMOS DOS PROFISSIONAIS a serem disponibilizados pela empresa fornecedora da mão-de-obra, para



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

utilização nos postos de trabalho de Auxiliar Administrativo e Supervisor:

- possuir idade mínima de 18 anos;
- possuir aptidão física e mental para o exercício de suas atribuições;
- deter conhecimentos básicos de informática, especialmente no que concerne à utilização de aplicativos para escritório (br office, Word, excel, internet etc.);
- facilidade de comunicação e de aprendizagem;
- possuir autodomínio e cordialidade no tratamento e atendimento ao público;
- possuir, no mínimo, o Ensino Médio completo (2º Grau completo);
- disponibilidade para realização de eventuais viagens a serviço, dentro do Estado de Rondônia;
- não ser filiado a partido político e nem exercer atividade político-partidária no período da contratação;
- não ser companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros de direção partidária ou candidato;
- não ser companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento e de membros, juízes e promotores vinculados à Justiça Eleitoral;
- possuir bons antecedentes;

3.5. – JORNADA DE TRABALHO:

3.5.1 A carga horária será de 44 horas semanais, sendo 8 horas de segunda-feira a sexta-feira, com intervalo intrajornada de 2 (duas) hora para almoço/descanso e 4 horas aos sábados, nos cartórios eleitorais e na sede do TRE-RO.

3.5.2. Nos termos do parágrafo primeiro da cláusula 26ª da Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2023 das categorias correlatas, a jornada de trabalho será de 8h por dia, de segunda a sexta-feira, totalizando 44 horas semanais.

TABELA 3 - JORNADA DE TRABALHO

POSTO	2ª a 6ª FEIRA – 8 horas (intervalo	SÁBADO - 4h
	2 h)	
Auxiliar Administrativo	08:00h às 12:00h – 14:00h às	08:00h às



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	18:00h	12:00h
Supervisor	08:00h às 12:00h – 14:00h às	08:00h às
Administrativo	18:00h	12:00h

3.5.3. Os horários de trabalho dos profissionais poderão ser alterados, a critério da Administração, obedecendo-se à carga horária de 44 horas semanais e à legislação trabalhista.

3.5.4. O regime de descanso intrajornada é definido pelo Art. 71 da CLT:

Art. 71 - Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas.

3.5.5. Em caso de necessidade, respeitada a legislação trabalhista, a contratante poderá requerer a prestação de serviços extraordinários, que poderão ser realizados em dias úteis, sábados, domingos e feriados.

3.5.6. Na ocorrência de greve da categoria, a contratada obriga-se à prestação dos serviços, por meio de esquema de emergência.

3.5.7. Horas extras serão contabilizadas somente depois de cumprida a jornada de 44 horas semanais de serviço ordinário.

3.5.8. Quando houver transferência de datas de feriados por meio de portaria emitida pelo TRE/RO, os postos de trabalho deverão seguir o que for determinado pelo órgão, prestando os serviços no dia de funcionamento do órgão e usufruindo o feriado na data transferida pela portaria. Situações dessa natureza serão comunicadas à contratada.

3.5.9. A jornada de 4 horas de sábado poderá ser diluída ao longo da semana (de segunda a sexta-feira), de modo a não haver necessidade de labor aos sábados, atendendo assim a eventuais peculiaridades de cada cartório eleitoral.

3.6 – DO DESLOCAMENTO PARA TRABALHO FORA DA SEDE DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS - DAS DIÁRIAS E PASSAGENS

3.6.1. O contratante poderá determinar, caso seja necessário, deslocamento da mão de obra terceirizada para realização de atividades fora da Sede dos cartórios eleitorais (outros municípios, distritos, área rural etc), ocasião em que a CONTRATADA deverá fornecer o bilhete de passagem rodoviária



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

intermunicipal, se for o caso, e adiantar a quantia de **R\$ 300,00 (trezentos reais)** por dia de deslocamento, para fins de refeição, transporte no local de execução dos serviços e hospedagem (pernoite), mediante recibo de depósito na conta bancária do funcionário. Quando o deslocamento for realizado em veículo deste Tribunal, não haverá a necessidade de fornecimento de bilhete de passagem rodoviária, situação que será informada à contratada quando da solicitação de deslocamento.

3.6.2 - O valor da diária de R\$ 300,00 (trezentos reais) está fixado em razão do estabelecido pela Cláusula 14ª da Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2023 do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Terceirização em Geral e Prestação de Serviços do Estado de Rondônia – SINTELPES/RO e do Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Pública e Locação de mão-de-obra do Estado de Rondônia – SEAC-RO.

3.6.3 - As solicitações de pagamento de diárias serão feitas à empresa contratada via e-mail, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, contendo as seguintes informações mínimas: nome do empregado, data da saída, data do retorno, localidades, quantidade de diárias, valor da diária, valor total a ser pago. O pagamento dos valores das diárias deverá ser feito via depósito em conta bancária do empregado, em até 1 dia antes da data inicial do deslocamento.

3.6.4 - As despesas relativas às diárias e aos bilhetes de passagens serão repassadas à contratada por meio de reembolso. Para tanto, para ressarcimento de tais despesas, a contratada deverá apresentar à contratante fatura/nota de reembolso separada da nota fiscal de prestação de serviços, juntamente com bilhetes de passagens utilizados (quando for o caso) e os comprovantes de pagamento das diárias em nome do funcionário que as recebeu. Não haverá necessidade de apresentação de comprovação das despesas efetuadas pelo funcionário durante seu deslocamento, sendo que a quantidade de diárias efetivamente utilizada será aferida pelos bilhetes de passagens ou, quando o deslocamento for feito em veículo do Tribunal, a aferição, se necessária, será por meio de ateste/certificação pelos chefes de cartórios que solicitaram o deslocamento/fiscais da execução do contrato.

3.6.5 - Os valores relativos a passagens e diárias serão estimados pela Administração, e considerados custos fixos na proposta do licitante, optando-se pelo ressarcimento das despesas à contratada, em razão dos deslocamentos efetivos, pois:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a. os valores das passagens rodoviárias intermunicipais e das diárias estão previamente tarifados/estipulados na CCT, impossibilitando disputa de preços;
- b. mesmo que houvesse competição nessa rubrica, os valores previstos com deslocamentos são considerados mínimos em relação ao montante total dos serviços que se pretende contratar.

3.6.6 – Todos os valores pagos à mão de obra pela contratada a título de diárias e passagens serão integralmente reembolsados pelo contratante.

3.6.7 - O adiantamento das diárias será realizado pelo critério de DIÁRIA INTEIRA ou MEIA-DIÁRIA, nos termos da solicitação efetuada pelo contratante e de acordo com as regras apresentadas a seguir:

1. **DIÁRIA INTEIRA:** nos dias em que ocorrer pernoite fora da sede. O retorno ocorrerá somente após pernoite e em localidade diferente da sede do cartório eleitoral;
2. **MEIA DIÁRIA:** para os deslocamentos que não ensejarem pernoite e para os dias de retorno ao município sede do cartório eleitoral.

3.7. UNIFORMES - A empresa contratada deverá fornecer, sem qualquer custo aos funcionários prestadores de serviço, uniformes e seus complementos, conforme a seguir, vedada a distribuição de uniformes usados, e deverão ser constituídos das seguintes peças, conforme tabela abaixo:

TABELA 4 - UNIFORMES: AUXILIAR ADMINISTRATIVO E SUPERVISOR	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
CAMISA GOLA POLO, de qualidade superior, em malha fria, com bolso, manga curta, serigrafia com as frases exigidas neste TR.	02 unidades
CRACHA FUNCIONAL: PVC EXTRACARD, com 0,75mm de espessura, formato padrão 54x86mm, com alça para presilha e presilha de metal, pré-impreso com os elementos definidos neste TR.	01 unidade

3.7.1. NOTAS SOBRE OS UNIFORMES:

1. As camisas deverão trazer o nome da empresa contratada gravada na parte frontal e a frase **“A serviço da Justiça Eleitoral”** na parte de trás.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. O uniforme (camisas e crachá) deverá ser entregue no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, a contar do início efetivo da prestação dos serviços.
3. As camisas estarão sujeitas à prévia aprovação do contratante, devendo a contratada submeter amostra do modelo, cor e qualidade do tecido. Poderá ser solicitada a substituição dos elementos que não corresponderem às especificações anteriormente indicadas.
4. O uniforme deverá ser entregue mediante recibo, em relação nominal, cuja cópia deverá ser entregue ao contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da entrega. O custo do uniforme não poderá ser repassado ao ocupante do posto de trabalho.

3.7.2. NOTAS SOBRE O CRACHÁ:

1. Toda a mão de obra contratada deverá fazer uso de crachás para identificação pessoal;
2. Além de foto e dados de identificação o crachá deve conter um identificador da empresa e a frase **“A serviço da Justiça Eleitoral”**.

3.7.3. REGRAS DE VESTIMENTAS NO LOCAL DE TRABALHO:

1. A contratada apenas exigirá o uso obrigatório da camisa personalizada da empresa e do crachá funcional.
2. Os empregados deverão trajar calças jeans ou social, sapato ou tênis apropriados ao uso.
3. Em situações de restrições de ordem religiosa, poderá ser utilizada saia jeans ou social ao invés de calça.
4. Não será permitido o uso de bermudas e sandálias.

3.8. DA OPÇÃO PELA CONTRATAÇÃO DE POSTOS DE SERVIÇOS PARA O ADEQUADO ATENDIMENTO DA DEMANDA:

3.8.1. Estabelece o art. 8º, da Resolução nº 23.234/2010-TSE:

Art. 8º Na contratação de serviços deverá ser adotada unidade de medida que permita a mensuração dos resultados para o pagamento à contratada, e que elimine a possibilidade de remunerar as empresas com base na quantidade de horas de serviço ou em postos de trabalho.

3.8.2. O tema também é tratado pela IN 05/2017:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d.1.2. excepcionalmente poderá ser adotado critério de remuneração da contratada por postos de trabalho, devendo ser definido o método de cálculo para quantidades e tipos de postos necessários à contratação;

d.1.3. na adoção da unidade de medida por postos de trabalho ou horas de serviço, admite-se a flexibilização da execução da atividade ao longo do horário de expediente, vedando-se a realização de horas extras ou pagamento de adicionais não previstos nem estimados originariamente no ato convocatório.

3.8.3. O item 3.3.1 deste Termo de Referência versa que as atribuições do AUXILIAR ADMINISTRATIVO compreendem às rotinas de apoio necessário aos servidores dos Cartórios Eleitorais, conforme orientações e procedimentos determinados por este Tribunal em um ambiente que exigirá soluções e tomadas de decisões rápidas quando da ocorrência de eventualidades nos procedimentos e cerimônias que precedem o pleito eleitoral, não permitindo que se aloque tempo baseado em abertura de ordens de serviço e prévia análise para aceite da demanda.

3.8.4. Ante o exposto, verifica-se a impossibilidade de se adotar unidade de medida de serviços para o pagamento à contratada sem que se cause prejuízo à dinâmica exigida no pleito eleitoral em face do formato adotado pela Justiça Eleitoral Brasileira.

3.8.5. Por outro lado, o dimensionamento dos postos necessários para o atendimento da demanda dos cartórios eleitorais foi formatado em consonância com a necessidade iminente e exposta no quadro apresentado no item 3.1.2 deste TR, com justificativa no item 3.8.

3.8.6. Por fim, deve-se registrar que a contratação de postos de serviços, embora não indicada como regra, é medida acolhida pelo **Tribunal de Contas da União**, que sensível às especificidades das diversas contratações, admite-a em situações justificadas.

Súmula 269 do TCU, de 2012:

Nas contratações para a prestação de serviços de tecnologia da informação, a remuneração deve estar vinculada a resultados ou ao atendimento de níveis de serviço, admitindo-se o pagamento por hora trabalhada ou por posto de serviço somente quando as características do objeto não o permitirem, hipótese em que a excepcionalidade deve estar prévia e adequadamente



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

justificada nos respectivos processos administrativos. (Fundamento Legal: Constituição Federal, art. 37, caput; Decreto nº 2.271/97, art. 3º, § 1º).

3.9. DA DELIMITAÇÃO DOS QUANTITATIVOS DE POSTOS DE TRABALHO:

3.9.1. A estimativa do número de postos necessários para o atendimento da demanda teve como parâmetro principal a experiência decorrente dos pleitos anteriores, notadamente do ano de 2020, além de ter sido observado o orçamento disponível para atendimento das Eleições Gerais de 2022.

3.9.2. Assim sendo, a estimativa mínima de 1 (um) posto de trabalho em cada zona eleitoral, que atenderá a municípios e localidades/distritos distintos, é o número mínimo necessário para atender tal finalidade.

3.10. DO AGRUPAMENTO DO SERVIÇO EM LOTE ÚNICO

3.10.1. A distribuição dos postos de trabalhos foi dimensionada em relação aos locais de prestação de serviço, ou seja, por municípios. No entanto, verifica-se a unicidade dos serviços a serem prestados, sendo necessária a mesma gestão por uma única prestadora de serviço. Além disso, as quantidades estimadas de postos por cada localidade são reduzidas, podendo levar ao desinteresse dos licitantes se considerados os itens de forma individual (postos por municípios). Diante desse quadro, a formação de lote único proporcionará a Administração um ganho de escala, uma vez que essa alternativa certamente será atrativa aos licitantes, que poderão ofertar melhores preços na garantia de que os postos de serviços que compõem o lote serão fornecidos por uma única contratada. Tal diretiva vai ao encontro de entendimentos do TCU, ao proferir o Acórdão TCU nº 861/2013 – Plenário. Nesse julgado, a Relatora Ministra Ana Arraes sustentou os seguintes argumentos para o agrupamento de itens em lotes:

“(...) lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação: fornecimento, vida útil do móvel e garantias dos produtos”. E mais: “O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública.”

3.10.2. Como visto, o próprio TCU reconhece que o agrupamento de itens que possuem idêntica natureza é perfeitamente justificável quando se busca promover a eficiência da gestão dos contratos administrativos no setor



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

público, hipótese perfeitamente aplicável na contratação pretendida por este Regional. De fato, o agrupamento em lote único aumentará a eficiência administrativa do órgão contratante, pois reduzirá o número de contratados e, conseqüentemente, racionaliza e reduz o custo administrativo para o gerenciamento dos contratos.

3.10.3. Observa-se também que o agrupamento dos itens não prejudicará a ampla concorrência do certame. Isso porque os serviços que integram o lote não são distintos, na verdade, são idênticos. Dessa forma, uma empresa da Capital ou do interior – ou mesmo de outro Estado – que pode ofertar propostas para um item, também pode ofertar para o lote que possui idênticos serviços.

3.10.4. Esse quadro fornece, em resumo, as seguintes justificativas para o agrupamento proposto:

1. idêntica natureza dos serviços;
2. o agrupamento trará competitividade potencial ao certame, na medida que torna a competição atrativa em relação ao pequeno número de postos previstos para cada município que receberá os profissionais;
3. racionalidade na gestão pela possibilidade de reduzir o número de empresas contratadas, sem prejuízo à competitividade do certame. Nesse sentido, verifica-se que o agrupamento encontra-se de acordo com as diretrizes definidas pelo Acórdão TCU nº 861/2013-Plenário.

4 – DA FORMAÇÃO DO CUSTO, DO ORÇAMENTO DETALHADO E DO VALOR ESTIMADO

4.1. DA OBTENÇÃO DOS VALORES MÁXIMOS PRATICADOS

Em razão do objeto a ser contratado ser muito peculiar ao já contratado pela Justiça Eleitoral para as Eleições Gerais de 2018 e Eleições Municipais de 2020, além de ser personalizado à necessidade de cada Tribunal, como por exemplo o curto período de tempo e a diversidade de locais a serem atendidos, esse não pode ser cotejável com outros órgãos. Assim, a formação dos **preços de mão-de-obra** foi estimada a partir dos componentes estabelecidos na Instrução Normativa nº 05/2017, dos valores de salários base e benefícios constantes da Convenção Coletiva de 2022 do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Terceirização em Geral e Prestação de Serviços do Estado de Rondônia – SINTELPES/RO e do Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Pública e Locação de mão-de-obra do Estado de Rondônia – SEAC-RO, neste ato denominada CCT 2022, conforme será



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

demonstrado ao longo deste item. As rubricas de valores variáveis foram estimadas tomando como base o contrato de Apoio Administrativo atualmente em vigor, firmado com a empresa Limpar Limpeza e Conservação Ltda, PSEI 000751-95.2018.6.22.8000.

POSTO DE TRABALHO	QTD	VALOR MÁXIMO DO POSTO
Auxiliar Administrativo	58	R\$ 7.074,72
Supervisor	58	R\$ 6.307,16

4.2. CUSTO ESTIMADO COM HORAS EXTRAS

4.2.1. Havendo necessidade, o pessoal vinculado ao contrato de prestação de serviços objeto deste Termo de Referência, será convocado a trabalhar em regime extraordinário, para atender as demandas advindas do pleito eleitoral, considerando a realização de 2 turnos da eleição. O custo estimado das horas extras para o período de execução contratual está demonstrado nas planilhas a seguir:

4.2.1.1 – PARA TODOS OS POSTOS

AUXILIAR ADMINISTRATIVO				
TIPO DE HE	QTD ESTIMADA POR POSTO	CUSTO UNIT	Nº POSTOS	VALOR TOTAL (QUANT X CUSTO UNIT X Nº POSTOS)
Dias úteis/Sábados	24	R\$35,81	58	R\$49.847,58
Domingos/Feriados	28	R\$47,75	58	R\$77.540,69
TOTAL				R\$127.388,27
SUPERVISOR ADMINISTRATIVO				
TIPO DE HE	QTD ESTIMADA POR POSTO	CUSTO UNIT	Nº POSTOS	VALOR TOTAL (QUANT X CUSTO UNIT X Nº POSTOS)
Dias úteis/Sábados	24	R\$31,33	1	R\$752,01
Domingos/Feriados	28	R\$41,78	1	R\$1.169,79
TOTAL				R\$ 1.924,80



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CUSTO TOTAL ESTIMADO COM HORAS EXTRAS (VALORES ARREDONDADOS)	R\$ 129.310,00
CUSTO MÉDIO DE HORA EXTRA POR POSTO	R\$ 2.191,70

4.2.1.2 – PARA OS POSTOS A SEREM INICIALMENTE CONTRATADOS CONFORME CRONOGRAMA

AUXILIAR ADMINISTRATIVO				
TIPO DE HE	QTD ESTIMADA POR POSTO	CUSTO UNIT	Nº POSTOS	VALOR TOTAL (QUANT X CUSTO UNIT X Nº POSTOS)
Dias úteis/Sábados	24	R\$35,81	29	R\$24.932,79
Domingos/Feriados	28	R\$47,75	29	R\$38.770,34
TOTAL				R\$63.694,13
SUPERVISOR ADMINISTRATIVO				
TIPO DE HE	QTD ESTIMADA POR POSTO	CUSTO UNIT	Nº POSTOS	VALOR TOTAL (QUANT X CUSTO UNIT X Nº POSTOS)
Dias úteis/Sábados	24	R\$31,33	1	R\$752,01
Domingos/Feriados	28	R\$41,78	1	R\$1.169,79
TOTAL				R\$ 1.924,80
CUSTO TOTAL ESTIMADO COM HORAS EXTRAS (VALOR ARREDONDADO)				R\$ 65.620,00

4.2.2. As despesas relativas às horas extras deverão ser apresentadas em faturas separadas, distintas do faturamento mensal dos serviços.

4.2.3. O cálculo estimativo com horas extras teve como base as seguintes rubricas da planilha de custo e formação de preços: Valor da Remuneração do posto de trabalho, Encargos Sociais (GPS, FGTS e Outras Contribuições) e Custo Indiretos, Lucro e Tributos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.3 - CUSTO ESTIMADO COM DESLOCAMENTO (DIÁRIAS E PASSAGENS)

4.3.1 – Foram estimados os seguintes quantitativos e valores de diárias para cada zona eleitoral, considerando a realização da eleição em 2 turnos:

- Para a 20ª Zona Eleitoral de Porto Velho – (1 zona eleitoral X 10 diárias para cada posto)

- Para as demais zonas eleitorais da capital e do interior – (28 zonas eleitorais X 05 diárias cada posto);

4.3.1.1 – PARA TODOS OS POSTOS

Total de diárias: 300 diárias

Valor estimado de diárias: $300 \times R\$ 300,00 = R\$ 90.000,00$

Valor estimado de passagens: R\$ 9.000,00

Valor total estimado deslocamento: R\$ 99.000,00

Custo médio de deslocamento por posto: R\$ 1.706,90

4.3.1.2 – PARA OS POSTOS A SEREM INICIALMENTE CONTRATADOS CONFORME CRONOGRAMA

Total de diárias: 150 diárias

Valor estimado de diárias: $150 \times R\$ 300,00 = R\$ 45.000,00$

Valor estimado de passagens: R\$ 4.500,00

Valor total estimado deslocamento: R\$ 49.500,00

4.4. DA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS (PLANILHA DE CUSTOS)

4.4.1. JUSTIFICATIVAS DOS CUSTOS: A formação dos preços de mão de obra foi estimada a partir dos componentes estabelecidos na IN 05/2017 e dos valores de salários base e benefícios constantes da Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2023.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.4.2. Os valores dos Uniformes e crachá, que deverão ser fornecidos pela contratada, foram estimados tomando-se por base pesquisa realizada no Banco de Preços, juntada a este Termo de Referência.

4.4.3. O orçamento considerado para a apresentação das propostas tem como data-base o mês de **janeiro/2022**, já considerando a Convenção Coletiva de Trabalho vigente (CCT 2022/2023).

4.5 – ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS

4.5.1. Tendo em vista as peculiaridades da contratação, apresentam-se os esclarecimentos referentes às planilhas estimativas, os quais **deverão ser observados pelas empresas licitantes** quando da elaboração de suas propostas de preços:

4.5.2. Para a elaboração das Planilhas de Custos e Formação de Preços dos postos, foi considerado o piso salarial estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2023 do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Terceirização em Geral e Prestação de Serviços do Estado de Rondônia – SINTELPES/RO e do Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Pública e Locação de mão de obra do Estado de Rondônia – SEAC-RO, representante da categoria dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços ora terceirizados, no Estado de Rondônia.

4.5.3. As licitantes deverão apresentar as Planilhas de Custos e Formação de Preços com base em convenção coletiva de trabalho, ou outra norma coletiva mais benéfica, aplicável à categoria envolvida na contratação à qual a licitante esteja obrigada.

4.5.4. Nas repactuações do contrato, somente serão considerados os itens previstos nas respectivas planilhas.

4.5.5. Os salários a serem pagos serão aqueles apresentados na proposta da licitante vencedora, e não poderão ser inferiores aos estimados neste Edital, nem inferiores aos da norma coletiva a que a licitante estiver obrigada, devendo ser utilizado o salário mais benéfico ao trabalhador.

4.5.6. As planilhas de custos e formação de preços deverão ser individualizadas por tipo de posto, no entanto, a proposta para contratação terá que ser consolidada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.5.7. Caso a proposta da licitante apresente salário inferior ao estabelecido neste Edital ou ao da norma coletiva a que estiver obrigada, dentre os dois o mais benéfico ao trabalhador, o Pregoeiro fixará prazo para ajuste da proposta.

4.5.8. O não atendimento à solicitação do Pregoeiro no prazo fixado, ou a recusa em fazê-lo, implica a desclassificação da proposta.

4.5.9. O ajuste da proposta não poderá implicar aumento do seu valor global.

4.5.10. Também será desclassificada a proposta que, após as diligências, não corrigir ou justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro.

4.5.11. O LDI (Lucros e Despesas Indiretas) constante das planilhas de composição de custos e formação de preços engloba o lucro e as despesas administrativas e operacionais (Acórdão 2.369/2011-TCU-Plenário).

4.5.12. O orçamento dos custos dos serviços foi estimado levando-se em consideração empresas optantes pelo Lucro Presumido. No entanto, o licitante deverá elaborar sua proposta e, por conseguinte, suas planilhas, com base no regime de tributação ao qual estará submetido durante a execução do contrato. Em caso de lucro real, deverá indicar as alíquotas efetivas aplicada à sua empresa, com comprovação documental.

4.5.13. Os custos não renováveis da planilha de custos serão excluídos em caso de prorrogação contratual.

4.5.14. Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, **o licitante Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional**, que, por ventura venha a ser contratado, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, **em decorrência de sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação** em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, art. 30, inciso II e art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações. Assim:

- O licitante optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratado, após a assinatura do contrato, no prazo de 60 (sessenta) dias, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação a opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do art. 430 da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;

- Caso o licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, o próprio Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.
- A vedação de realizar cessão ou locação de mão de obra de que trata a observação 3 não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, conforme dispõe o art. 18, § 5º-H da mesma Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

4.5.15.O licitante deve preencher a rubrica RAT/FAP da planilha de custo com o valor do RAT de sua atividade preponderante e de seu FAP, a serem comprovados no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação de GFIP ou outro documento apto a fazê-lo.

TABELA 5 - DEMONSTRATIVO DOS SALÁRIOS DAS CATEGORIAS QUE SE PRETENDE CONTRATATAR

Função	Salário	Convenção	Coletiva
	2019 SINTELPES/RO (R\$)		
Posto de Auxiliar Administrativo	R\$ 3.216,34		
Posto de Supervisor Administrativo	R\$ 2.491,84		

TABELA 6 - DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS DE MÃO-DE-OBRA

COMPONENTE	% sobre o Salário/Valor	BASE LEGAL E DE CÁLCULO.
Módulo 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
REMUNERAÇÃO	100 %	É o salário base percebido pelo profissional em contrapartida pelos serviços prestados mais os adicionais cabíveis, tais como hora

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		extra, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, adicional de tempo de serviço, adicional de risco de vida e demais que se fizerem necessários.
Salário Base	100,00%	Convenção Coletiva 2022/2023 – Cláusula Terceira
Módulo 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MESAIS E DIÁRIOS		
Sub-módulo 2.1 – 13º salário, férias e adicional de férias		
13º Salário	8,330%	Art. 1º, Lei 4.749/65. Salário (100%) /12 meses = 8,33% (não varia)
Férias	8,330%	CF de 1988, Art. 7º, inciso XVII; CLT Artigo 129 e 130
Adicional de Férias	2,770%	CF de 1988, Art. 7ª, inciso VIII
Sub-módulo 2.2 – Encargos Previdenciários		
GPS, FGTS e outras contribuições		
INSS	20,000%	Art. 22, inciso I da Lei 8.212/91 – não varia
Salário Educação	2,500%	Art. 3º inciso I Decreto 87.043/82– não varia
SAT (RATX FAP)	3,000%	Decreto 3.048/1999, Anexo V e Decreto 6.957/2009 - pode variar
SESC ou Sesi	1,500%	Art. 3º Lei 8036/90 – não varia
SENAI ou SENAC	1,000%	Decreto 2.318/86 – não varia
SEBRAE	0,600%	Art. 8º Lei 8029/90 e 8154 de 28/12/1990– não varia
INCRA	0,200%	Lei 7787 de 30/06/89 e DL 1146/70 – não varia
FGTS	8,000%	Art. 15 Lei 8030/90 art. 7º inciso III CF/88 – não varia
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		
Benefícios Mensais e Diários		
Vale Transporte	Varia	Convenção Coletiva 2022/2022– Cláusula 15ª (Valor de dois vales x dias trabalhados) – (salário base x 6%) – varia conforme salário base de cada posto e quantidade de dias trabalhado no mês. Para os postos de Aux. Administrativo, 6% do valor do salário é maior que o custo,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		dando um resultado negativo. Por tal motivo, o valor foi zerado.
Auxílio Alimentação	Fixo	Convenção Coletiva 2022/2023 – Cláusula 14 ^a
Auxílio creche	Varia	Convenção Coletiva 2022/2023 – Cláusula 17 ^a – Para a contratação pretendida, com prazo de execução contratual de 2 meses e 18 dias, o custo estimado foi zero, pela impossibilidade de ocorrência nos moldes preceituados na aludida cláusula.
Seguro de vida	Varia	Convenção Coletiva 2022/2023 – Cláusula 18 ^a
Auxílio filho excepcional	Varia	Convenção Coletiva 2022/2023 – Cláusula 19 ^a

Módulo 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO

Provisão para Rescisão

Aviso Prévio Indenizado	0,510%	Art. 7º, XXI, CF/88 e Art. 477, 487 e §§ da CLT (índice pode variar conforme cálculo de risco assumido pela empresa). Para o percentual estimado foi considerado o mesmo índice do contrato de apoio administrativo vigente neste Tribunal (PSEI 0000751-95.2018.6.22.8000)
Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		Percentual do FGTS (8%) aplicado sobre o aviso prévio indenizado. Memória de cálculo: aplicação do percentual de 8% de FGTS sobre o valor do Aviso Prévio Indenizado. O índice encontrado é aplicado sobre o valor da remuneração.
Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,020%	Lei 8.036, Art. 18, §1º, Lei Complementar n. 110/2001 (Art. 1º).
Aviso Prévio Trabalhado	0,000%	Considerando que a execução inicial está estimado para no máximo 2 meses e 18 dias, não deverá haver aviso prévio trabalhado, pois o empregado terá prazo determinado de contrato.
Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso	0,000%	Como não haverá Aviso Prévio Trabalhado, também não haverá multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Prévio Trabalhado		Trabalhado
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
Sub-módulo 4.1 - Ausências Legais		
Substituto na cobertura de Férias	0,000%	Considerando que a execução inicial está estimada para no máximo 2 meses e 18 dias, não haverá substituição devido ao evento férias
Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,660%	Art. 131 inciso I e Art. 473 inciso I ao 9 da CLT (índice pode variar conforme cálculo de risco assumido pela empresa). Para o percentual estimado foi considerado o mesmo índice do contrato de apoio administrativo vigente neste Tribunal (PSEI 0000751-95.2018.6.22.8000)
Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,030%	Art. 7º, XIX, CF/88 e 10, § 1º, da ADCT (índice pode variar conforme cálculo de risco assumido pela empresa). Para o percentual estimado foi considerado o mesmo índice do contrato de apoio administrativo vigente neste Tribunal (PSEI 0000751-95.2018.6.22.8000)
Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,000%	Considerando que a execução inicial está estimada para no máximo 2 meses e 18 dias, não deverá haver incidência de Afastamento por licença maternidade no período.
Substituto na cobertura de ausência por doença	1,430%	Art. 59 e §§ da Lei n. 8.213/91 (índice pode variar conforme cálculo de risco assumido pela empresa). Para o percentual estimado foi considerado o mesmo índice do contrato de apoio administrativo vigente neste Tribunal (PSEI 0000751-95.2018.6.22.8000)
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS		
Uniformes e Crachá	Variável	Convenção Coletiva 2022/2022 - Cláusula 30ª
MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS		
Custos Indiretos	2,880%	São os gastos da contratada com sua estrutura administrativa, organizacional e gerenciamento de seus contratos (percentual pode variar conforme cálculo de risco assumido pela empresa). Para o percentual



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		estimado foi considerado o mesmo índice do contrato de apoio administrativo vigente neste Tribunal (PSEI 0000751-95.2018.6.22.8000).
Lucro	6,34%	É o ganho decorrente da exploração da atividade econômica, calculado mediante incidência percentual sobre a remuneração, benefícios mensais e diários, insumos diversos, encargos sociais e trabalhista e custos indiretos (percentual pode variar conforme cálculo de risco assumido pela empresa). Para o percentual estimado foi considerado o mesmo índice do contrato de apoio administrativo vigente neste Tribunal (PSEI 0000751-95.2018.6.22.8000).
Tributos	8,650%	Estimado com base no lucro presumido.
PIS	0,650%	Art. 30 c/c Art. 31 da Lei 10.833.
COFINS	3,000%	Art. 30 c/c Art. 31 da Lei 10.833.
ISS	5,000%	Para o município de Porto Velho e demais municípios de Rondônia a alíquota é de 5%.

4.5. DEMONSTRATIVO DE CUSTO DO AUXÍLIO TRANSPORTE E VALE ALIMENTAÇÃO

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DO VALE TRANSPORTE/REEMBOLSO TRANSPORTE			
POSTO DE TRABALHO	DE VALOR MENSAL R\$	DESCONTO 6% SALÁRIO	CUSTO R\$
Auxiliar Administrativo	178,00	192,98	-34,38 (custo real 0,00)
Supervisor Administrativo	178,00	149,51	28,69

Obs: Para o período da execução do contrato foi estimado uma média de 22 VT mês, já considerando jornada nos dois domingos de eleição.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DO VALE ALIMENTAÇÃO			
POSTO DE TRABALHO	DE VALOR MENSAL	DESCONTO 0,99%	CUSTO R\$



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	R\$		
Auxiliar Administrativo	R\$ 500,00	R\$ 4,95	R\$ 495,05
Supervisor Administrativo			

4.6. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO UNITÁRIA DE CUSTO DO ITEM UNIFORME

4.6.1. Valores dos insumos diversos - Módulo 5 da planilha de custo e formação de preços – UNIFORMES: Pesquisa realizada no Banco de Preços

ESTIMATIVA DE CUSTO UNIFORME			
DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	MÉDIO	QTDE VALOR
CAMISA GOLA POLO	R\$ 39,98	2	R\$ 79,96
CRACHA FUNCIONAL	R\$ 15,50	1	R\$ 15,50
Custo Médio Uniforme/Crachá			R\$ 73,94
FUNÇÃO	QTDE	CUSTO UNIFORME	VALOR TOTAL
Auxiliar Administrativo	58	R\$ 73,94	R\$ 4.288,52
Supervisor	1		R\$ 73,94
Custo Total			R\$ 4.362,46

4.7. DO VALOR TOTAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO

4.7.1. Estima-se para esta contratação o valor de R\$ 1.311.576,39 (um milhão, trezentos e onze mil, quinhentos e setenta e seis reais e trinta e nove centavos), da seguinte forma:

- a) Valor total dos postos: R\$ 1.083.266,39
- b) Estimativa de valor para horas extras: R\$ 129.310,00
- c) Estimativa de valor para deslocamento (diárias e passagens): R\$ 99.000,00

TABELA 7 - DEMONSTRATIVO DO VALOR ESTIMADO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS - TODO OS POSTOS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

POSTO DE TRABALHO	QUANT. POSTOS	VALOR UNITÁRIO (*)	VALOR MENSAL	PERÍODO DE EXECUÇÃO	VALOR TOTAL
Aux. Administrativo	58	R\$7.074,72	R\$410.333,76	02 MESES E 18 DIAS	R\$ 1.066.867,78
Supervisor	1	R\$6.307,16	R\$6.307,16	02 MESES E 18 DIAS	R\$ 16.398,62
1 - SUB-TOTAL VALOR POSTOS (*)	59		R\$416.640,92		R\$ 1.083.266,39
2 - ESTIMATIVA DE HORAS EXTRAS PARA OS 59 POSTOS (Valor arredondado)			R\$	129.310,00	
3 - ESTIMATIVA DE DESLOCAMENTO (DIÁRIAS E PASSAGENS) PARA TODOS OS POSTOS			R\$	99.000,00	
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (**)			R\$ 1.311.576,39		

(*) valor máximo dos postos de trabalho aceito pela Administração

(**) valor máximo total aceito pela administração, sendo que os valores dos itens 2 e 3 são fixos e invariáveis.

TABELA 8 - DEMONSTRATIVO DO VALOR ESTIMADO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS POSTOS A SEREM INICIALMENTE ATIVADOS EM 17/08/2022, CONF. ITEM 7.5.1 DESTE TR

POSTO DE TRABALHO	QUANT. POSTOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	PERÍODO DE EXECUÇÃO	VALOR TOTAL
Aux. Administrativo	29	R\$7.074,72	R\$205.166,88	02 MESES E 18 DIAS	R\$ 533.433,89
Supervisor	1	R\$6.307,16	R\$6.307,16	02 MESES E 18 DIAS	R\$ 16.398,62
SUB-TOTAL	30		R\$211.474,04		R\$ 549.832,5

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

					0
ESTIMATIVA DE HORAS EXTRAS PARA OS 30 POSTOS					R\$ 65.618,93
ESTIMATIVA DE DESLOCAMENTO (DIÁRIAS E PASSAGENS)					R\$ 49.500,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO					R\$ 664.951,43

4.7.5. PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DO POSTO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO**AUXILIAR ADMINISTRATIVO**

DADOS GERAIS		
A	Data de apresentação da proposta	
B	Município/UF	Porto Velho
C	Ano do Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	2022
D	Tipo de serviço	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
E	Unidade de medida	Posto de Trabalho
F	Quantidade a contratar	58
G	Nº de meses de execução contratual	2 meses e 18 dias
ANEXO III-A - MÃO-DE-OBRA		
MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL		
Unidade de medida - tipos e quantidades		
1	Tipo de serviço	Quantidade
	Apoio Administrativo - Auxiliar Administrativo	58
Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	4110-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 3.216,34
4	Categoria profissional vinculada à execução contratual	Trabalhador nas Empresas de Terceirização
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/22
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A	Salário Base (Cláusula 3 - CCT 2022)		3.216,34
TOTAL			R\$ 3.216,34
MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º salário	8,330%	267,92
B	Férias	8,330%	267,92
C	Adicional de Férias	2,777%	89,32
TOTAL		19,437%	625,16
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e Outras Contribuições			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Base de Cálculo de Valor
A	INSS	20,000%	3.841,50 768,30
B	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,500%	3.841,50 96,04
C	SAT	3,000%	3.841,50 115,25
D	SESC ou SESI	1,500%	3.841,50 57,62
E	SENAI ou SENAC	1,000%	3.841,50 38,42
F	SEBRAE	0,600%	3.841,50 23,05
G	INCRA	0,200%	3.841,50 7,68
H	FGTS	8,000%	3.841,50 307,32
TOTAL		36,800%	1.413,67
Nota: A base de cálculo é a soma da remuneração + sub-módulo 2.1			
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)
A	Transporte [(R\$ 4,05 x 2 x 22 dias) - (R\$2491,84 x 6%)] - Cláusula 16 CCT 2022		0,00
B	Auxílio Alimentação (R\$ 500,00) - (R\$500 x 0,99%) - Cláusula 15 da CCT 2022		495,05
C	Auxílio Creche (cláusula 17 da CCT 2022)		0,00
D	Seguro de vida (cláusula 18 da CCT 2022)		5,19
E	Auxílio ao Filho Excepcional (cláusula 19 da CCT 2022)		9,22
TOTAL			R\$ 509,46
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
2	Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor R\$
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		625,16

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		1.413,67
2.3	Benefícios Mensais e Diários		509,46
TOTAL			2.548,29
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,510%	16,40
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,041%	1,31
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,020%	0,66
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,000%	0,00
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,000%	0,00
E	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,000%	0,00
			18,37
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais			
4.1	Substituto nas ausências legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de férias	0,000%	0,00
B	Substituto na cobertura de ausências legais	0,660%	21,23
C	Substituto na cobertura de licença-paternidade	0,030%	0,96
D	Substituto na cobertura na ausência por acidente de trabalho	0,140%	4,50
E	Substituto na cobertura por afastamento de licença maternidade	0,000%	0,00
F	Substituto na cobertura de ausência por doença	1,430%	45,99
SUB-TOTAL			72,69
E	Incidência do Submódulo 2.2		26,75
TOTAL			99,44
Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada			
4.2	Substituto na Intra jornada	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de intervalo para repouso e alimentação		0,00
TOTAL			0,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTOS DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor R\$
4.1	Ausências Legais	99,44
4.2	Substituto na intrajornada	0,00
TOTAL		99,44

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes (2 camisas tipo polo)	39,98
B	Crachá (1 crachá)	7,25
TOTAL		47,23

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS

6	Custos Indiretos, Lucro e Tributo	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	2,88%	170,77
B	Lucro	6,34%	386,77
C	Tributos	8,65%	587,50
	C.1 - Tributos Federais (especificar)		
	PIS	0,65%	44,15
	COFINS	3,00%	203,76
	C.2 - Tributos Estaduais		
	C.3 - Tributos Municipais		
	ISS	5,00%	339,60
TOTAL			1.145,05

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	3.216,34
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.548,29
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	18,37
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	99,44
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	47,23
Subtotal (A + B + C + D+E)		5.929,67
F	Módulo 6 - Custos indiretos, lucro e tributos	1.145,05
Valor total por empregado		

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		7.074,72
Valor total por empregado X nº de empregados (58)		R\$ 410.333,76

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO**DADOS GERAIS**

A	Data de apresentação da proposta	
B	Município/UF	Porto Velho
C	Ano do Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	2022
D	Tipo de serviço	SUPERVISOR
E	Unidade de medida	Posto de Trabalho
F	Quantidade a contratar	1
G	Nº de meses de execução contratual	2 meses e 18 dias

ANEXO III-A - MÃO-DE-OBRA**MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL****Unidade de medida - tipos e quantidades**

1	Tipo de serviço	Quantidade
	Apoio Administrativo - Supervisor	1

Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra

2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	4101-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 2.491,84
4	Categoria profissional vinculada à execução contratual	Trabalhador nas Empresas de Terceirização
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/22

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base (Cláusula 3 - CCT 2022)	2.491,84
B	Gratificação 10% maior salário (Aux. Administrativo) - Cláusula 07, Parágrafo 4º, CCT 2019	321,63
TOTAL		R\$ 2.813,47

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias			
------------------------------------------------------------------	--	--	--

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)	
A	13º salário	8,330%	234,36	
B	Férias	8,330%	234,36	
C	Adicional de Férias	2,777%	78,13	
TOTAL		19,437%	546,85	
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e Outras Contribuições				
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Base de Cálculo	Valor
A	INSS	20,000%	3.360,33	672,07
B	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,500%	3.360,33	84,01
C	SAT	3,000%	3.360,33	100,81
D	SESC ou Sesi	1,500%	3.360,33	50,40
E	SENAI ou SENAC	1,000%	3.360,33	33,60
F	SEBRAE	0,600%	3.360,33	20,16
G	INCRA	0,200%	3.360,33	6,72
H	FGTS	8,000%	3.360,33	268,83
TOTAL		36,800%		1.236,60
Nota: A base de cálculo é a soma da remuneração + sub-módulo 2.1				
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários				
2.3	Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)	
A	Transporte [(R\$ 4,05 x 2 x 22 dias) - (R\$2491,84 x 6%)] - Cláusula 16 CCT 2022		28,69	
B	Auxílio Alimentação (R\$ 500,00) - (R\$500 x 0,99%) - Cláusula 15 da CCT 2022		495,05	
C	Auxílio Creche (cláusula 17 da CCT 2022)		0,00	
D	Seguro de vida (cláusula 18 da CCT 2022)		5,19	
E	Auxílio ao Filho Excepcional (clásula 19 da CCT 2022)		9,22	
TOTAL			R\$ 538,15	
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				
2	Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor R\$	
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		546,85	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		1.236,60	
2.3	Benefícios Mensais e Diários		538,15	
TOTAL			2.321,61	

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,510%	14,35
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,041%	1,15
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,020%	0,57
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,000%	0,00
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,000%	0,00
E	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,000%	0,00
			16,07
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais			
4.1	Substituto nas ausências legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de férias	0,000%	0,00
B	Substituto na cobertura de ausências legais	0,660%	18,57
C	Substituto na cobertura de licença-paternidade	0,030%	0,84
D	Substituto na cobertura na ausência por acidente de trabalho	0,140%	3,94
E	Substituto na cobertura por afastamento de licença maternidade	0,000%	0,00
F	Substituto na cobertura de ausência por doença	1,430%	40,23
SUB-TOTAL			63,58
E	Incidência do Submódulo 2.2		23,40
TOTAL			86,98
Submódulo 4.2 -Substituto na Intra jornada			
4.2	Substituto na Intra jornada	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de intervalo para repouso e alimentação		0,00
TOTAL			0,00
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTOS DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor R\$	
4.1	Ausências Legais	86,98	

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4,2	Substituto na intrajornada		0,00
TOTAL			86,98
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS			
5	Insumos Diversos		Valor (R\$)
A	Uniformes (2 camisas tipo polo)		39,98
B	Crachá (1 crachá)		7,25
TOTAL			47,23
MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS			
6	Custos Indiretos, Lucro e Tributo	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	2,88%	152,22
B	Lucro	6,34%	344,74
C	Tributos	8,65%	524,83
	C.1 - Tributos Federais (especificar)		
	PIS	0,65%	39,44
	COFINS	3,00%	182,02
	C.2 - Tributos Estaduais		
	C.3 - Tributos Municipais		
	ISS	5,00%	303,37
TOTAL			1.021,79
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração		2.813,47
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		2.321,61
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		16,07
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		86,98
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		47,23
Subtotal (A + B + C + D+E)			5.285,36
F	Módulo 6 - Custos indiretos, lucro e tributos		1.021,79
Valor total por empregado			6.307,16
Valor total por empregado X nº de postos (1)			6.307,16



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

A Programação orçamentária será informada no momento da contratação.

6. DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA E CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

6.1. ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS:

6.1.1. A planilha de custos e formação de preços deverá ser entregue e analisada no momento da aceitação do lance vencedor e poderá ser ajustada, quantas vezes for necessário, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação, desde que não haja majoração do preço proposto (Acórdão TCU nº 4621/2009 – 2ª Câmara).

6.1.2. A licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base no Código Brasileiro de Ocupações – CBO. Não há necessidade de juntar cópia, basta a indicação da fonte, com endereço eletrônico para obtenção do documento na rede mundial de computadores.

6.1.3. As propostas apresentadas pelas licitantes não poderão contrariar o disposto na Convenção Coletiva de 2022, devendo a empresa que incorrer na impropriedade proceder o devido ajuste dos valores apresentados de forma conflitante.

6.1.4. O preço máximo estabelecido para a aceitação das propostas está definido no item 4.1 deste TR.

6.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.2.1 - No julgamento de classificação e aceitação das propostas, será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, devendo o valor ofertado **representar o valor global da prestação dos serviços por 2 meses e 18 dias**, período estimado para a execução da contratação.

a) A licitante deverá observar que há VALORES FIXOS E INVARIÁVEIS na proposta, que referem-se a valores estimados para despesa com deslocamento (diárias e passagens) e horas extras. Assim sendo, apenas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

haverá competição em relação ao VALOR DOS POSTOS, o qual deverá compreender todos os custos para a prestação dos serviços, na forma definida neste TR;

b) O valor do futuro contrato compreenderá também as verbas estimadas para o pagamento dos deslocamentos (diárias e passagens) e horas extras eventualmente executados na vigência do contrato.

c) Apresentação da proposta de forma clara e objetiva, e que contenham, **sob pena de desclassificação**, todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, conforme MODELO DE PROPOSTA que consta no ANEXO I deste TR.

d) Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços finais superiores ao valor máximo estimado pela Administração;

6.2.2. Além do critério do preço, no julgamento de classificação e aceitação das propostas será verificado o atendimento aos seguintes requisitos e condições:

a) observação das regras expressas no instrumento convocatório e seus anexos, especialmente àquelas relativas aos prazos máximos de cumprimento de obrigações, às especificações técnicas e aos parâmetros mínimos de desempenho e qualidade estabelecidos;

b) isenção de vícios e observação de normas e leis aplicáveis ao objeto do certame, em especial aos dispositivos de Convenção Coletiva de Trabalho pertinente.

c) apresentação da proposta de forma clara e objetiva, que contenham todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando:

- c.1 - o preço unitário, mensal e o total para 2 meses e 18 dias, sendo que o cálculo dos 18 dias deverá ser o valor mensal dividido por trinta (trinta dias) e multiplicado por 18 (dezoito dias).
- c.2 – os custos decorrentes da execução contratual deverão ser demonstrados mediante o preenchimento de planilha de custos e formação de preços baseados no modelo apresentado neste TR;

d) a indicação dos sindicatos, acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que regem as categorias profissionais que executarão os serviços e as



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

respectivas datas-bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO);

e) preços ofertados refletindo corretamente os custos envolvidos na contratação, com salários e benefícios, encargos sociais, tributos e demais elementos componentes dos preços baseados em acordo ou convenção coletiva e em legislações vigentes.

f) A quantidade de pessoal que será alocada na execução contratual, conforme definido pela Administração;

g) compatibilidade do preço ofertado com o valor máximo fixado pela Administração e em consonância com aqueles praticados no mercado;

- g.1) ofertas com preços superiores àquele definido como máximo pela Administração poderão ser apreciadas na fase de negociação objetivando sua redução para valor igual ou inferior ao definido, sendo recusadas as propostas que, após serem submetidas à negociação, mantiverem seu preço acima desse valor máximo;
- g.2) no caso de verificação da compatibilidade ocorrer em decorrência de oferta de preço demasiadamente inferior àquele definido como máximo pela Administração e aos praticados pelo mercado, o Pregoeiro poderá solicitar à licitante a comprovação documental idônea da exeqüibilidade da proposta (exceto quando os preços referirem-se a materiais de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração) bem como, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, realizar as diligências que entender necessárias e suficientes para verificar a exeqüibilidade da proposta analisada, sendo considerados preços manifestamente inexecutáveis aqueles que não comprovarem ser suficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.
- g.3) a inexecutabilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, podendo a planilha ser ajustada, de modo que, atendidas as exigências legais, os custos referentes a outros componentes da planilha possam ser diminuídos para fim de cobertura do item inicialmente inexecutável, nos termos do Acórdão 4.621 – 2ª Câmara – TCU;
- g.4) será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exeqüibilidade da proposta quando a mesma apresentar preço final inferior a 30% da média dos preços ofertados para o item e a sua



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inexequibilidade não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não permitindo a sua imediata recusa.

h) apresentação da relação dos materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços, se for o caso, indicando o quantitativo e sua especificação.

6.2.3. No caso de realização de diligência de que trata a alínea “g.4” do item 6.3.2., para efeito de comprovação de sua exequibilidade da proposta, o Pregoeiro poderá adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- b) verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
- c) levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego e junto ao Ministério da Previdência Social;
- d) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- e) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- f) verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- g) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- h) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- i) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- j) estudos setoriais;
- k) consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- l) análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços; e
- m) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

6.2.3.1 - qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita, cabendo à Administração avaliar a pertinência das alegações.

6.3. A adjudicação ocorrerá pelo menor preço global ofertado para a totalidade dos serviços do lote único.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.4. REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA CONTRATAÇÃO:

Além do cumprimento cumulativo dos requisitos legais, conforme sistematizado no edital do certame, deverá ser observado:

6.4.1. Habilitação Técnica:

6.4.1.1 – Apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnico-Operacional, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante tenha executado contrato(s) com um mínimo de 20 (vinte) postos de prestação de serviços terceirizados com características compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, por período não inferior a 3 (três) anos.

6.4.1.2 – Será admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, porém não havendo obrigatoriedade de os 03 (três) anos serem ininterruptos.

6.4.1.3 - Será aceito o somatório de atestados que comprovem que a licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatível com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, sendo que os períodos concomitantes serão computados uma única vez.

6.4.1.4 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

6.4.1.5 - Os atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito privado deverão identificar e conter a assinatura do representante legal da emitente, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade durante o certame licitatório.

6.4.1.6 – A licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atualizado da contratante e local em que foram prestados os serviços.

6.4.2 - Habilitação Econômico-Financeira:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.4.2.1 – Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índice de Liquidez Geral – LG, Liquidez Corrente – LC, e Solvência Geral – SG superiores a 1 (um).

6.4.2.2 - Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social.

6.4.2.3 - comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta

6.4.2.4 - declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data da apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado por índices oficiais, observados os seguintes requisitos:

- a) a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, relativa ao último exercício social; e
- b) caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

6.4.2.5 - Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida no domicílio da pessoa jurídica, com data de expedição de, no máximo, até 45 (quarenta e cinco) dias anteriores à data em que o Pregoeiro solicitar a apresentação dos documentos de habilitação.

7 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DO CONTRATO, DA EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA

7.1. A presente solicitação deverá ser processada através do Sistema de Registro de Preços. Ao final do certame, depois de homologada a licitação, será lavrada Ata de Registro de Preços firmando o compromisso de contratação, conforme estabelecido pelo Decreto 7.892/2013.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.1.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

7.1.3. Em decorrência da Ata de Registro de Preços e havendo necessidade de contratação, nos termos do artigo 62 da Lei 8.666/93, será lavrado instrumento contratual para regular a relação entre a Administração Contratante e a Contratada.

7.1.4. A vigência do contrato terá seu Termo inicial na data de sua assinatura e Termo final em 19/12/2022, compreendendo o período total de execução dos serviços acrescido de 45 (quarenta e cinco dias), para os procedimentos de encerramento contratual.

7.2 – DA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

É conveniente para a Administração que o serviço ora solicitado possa ser adquirido de forma parcelada pelas seguintes razões:

I – A formação de registro de preços independe de indicação da dotação orçamentária (art. 7º, § 2º, do Decreto 7892/2013). Isso implica em dizer que a Administração não precisa esperar que se libere o orçamento da União para deflagrar o certame. A formação de registro de preços, de imediato, permite que as contratações ocorram com celeridade, tão logo haja a indicação da fonte orçamentária, resultando em eficiência nas atividades administrativas.

II – A formação de registro de preços permite a adequação à necessidade do Cartório Eleitoral, de modo que a contratação dos postos de serviços será feita em tempo hábil, de tal forma que não ocorra a contratação de todos os postos em parcela única, mas sim em conformidade com o cronograma determinado pela Administração do TRE-RO.

III – Por fim, o registro de preços contempla a sistemática da IRP (Intenção de Registro de Preços), permitindo a contratação para atendimento de mais de um órgão da Administração Pública, gerando economia de escala com o aumento do quantitativo a ser licitado.

Dadas as circunstâncias, entende-se pertinente a adoção do sistema de registro de preços, fundada no art. 3º e incisos, do Decreto 7.892/2013.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.3. DO REGISTRO DE “IRP” E DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES DO CERTAME

Em atenção ao disposto no art. 4º do Decreto 7.892/2013, a Equipe de Planejamento da Contratação manifestou-se favoravelmente ao registro de Intenção de Registro de Preços (IRP) por entender ser iniciativa salutar, que pode contribuir para o ganho em escala, caso haja interesse por outros órgãos integrantes do sistema SIASG.

Outrossim, durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50%(cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Ademais, para o procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto 7.892/2013, com as alterações promovidas pelo Decreto 9.488/2018 e na Instrução Normativa nº 04/2008 deste Tribunal.

7.4 – DO CONTRATO

I - Após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos, através de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI.

II - Após a realização do cadastro e liberação pela Seção de Contratos, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, nos Termos da minuta, adaptado à proposta vencedora, devendo realizar a **assinatura eletrônica** no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a solicitação da Seção de Contratos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - Havendo necessidade de contratação, a signatária da ARP será convocada para realizar a **assinatura eletrônica** do Contrato no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a solicitação da Seção de Contratos.

IV - Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Seção de Contratos remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela adjudicatária. **O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.**

V - No ato da assinatura do contrato a adjudicatária deverá:

a) comprovar a regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça. Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a adjudicatária deverá regularizar sua situação em até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência;

b) Comprovar que possui representante legal na cidade de Porto Velho/RO, local da sede da Administração do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, onde ficará a gestão do contrato.

VI - À relação contratual, além das disposições previstas no Edital de Pregão, aplicam-se as normas da Lei n. 10.520/2002 e Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/08 - ou outra norma do TRE-RO que venha a substituí-la ou alterá-la e, no que couber, as regras e diretrizes para contratação de bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral através da Resolução TSE n. 23.234/2010, utilizando-se subsidiariamente, também no que aplicável, a Instrução Normativa n. 05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - e suas alterações - naquilo que não contrarie o disposto na referida Resolução do TSE e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União e as regras gerais do Código Civil Brasileiro.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VII - Com a assinatura do contrato a adjudicatária fica obrigada a realizar o objeto da presente licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos no edital de Pregão e seus Anexos e na sua proposta, sob pena de aplicação das sanções legais, editalícias e contratuais.

VIII - Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais o edital de Pregão e seus Anexos e a proposta vencedora da Contratada, independentemente de transcrição.

IX - O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos de habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato (§ 2º do art. 48 do Decreto n. 10.024/2019), sujeitando-se também a adjudicatária à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor a ela adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

X - Considerando a natureza dos serviços descritos e as peculiaridades de sua execução, como condição para celebração do contrato, **o adjudicatário deverá comprovar** que possui representante legal no município no município de Porto Velho, onde será realizada a gestão do contrato, ou no local de prestação dos serviços especificados no presente Termo de Referência (Art. 68 da Lei 8.666/93);

XI - Se a licitante vencedora não cumprir o prazo estabelecido no **item I**, sem justificativa formalmente aceita pelo Excelentíssimo Presidente do TRE/RO ou se as certidões referidas no item **IV** não comprovarem situação de regularidade, os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, sujeitando-se o desistente as penalidades de multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado.

XII - A vigência do contrato terá seu Termo Inicial na data de sua assinatura e Termo Final em 19/12/2022, compreendendo o período total de execução dos serviços acrescido de 45 (quarenta e cinco dias), para os procedimentos de encerramento contratual.

7.5. CRONOGRAMA DE CONTRATAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.5.1. O objeto registrado na Ata de Registro de Preços não obriga a Administração à sua contratação.

Porém, em havendo contratação, será garantida, no primeiro contrato, a contratação mínima abaixo indicada no quadro, dentre todos os postos objeto da contratação:

DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS ENTRE AS SEDES DOS CARTÓRIOS/ZONAS ELEITORAIS				
MUNICÍPIOS SEDES DAS ZONAS ELEITORAIS	ZONA	QTDE POSTOS	PERÍODO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	DATA ESTIMADA DE ATIVAÇÃO DE POSTOS - PERÍODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
GUAJARÁ MIRIM	1ª.	1	02 MESES E 18 DIAS	17/08/2022 - DE 17/08/2022 A 04/11/2022
JI-PARANÁ	3ª.	1		
	30ª.	1		
VILHENA	4ª.	1		
COSTA MARQUES	5ª.	1		
ARIQUEMES	7ª.	1		
	25ª.	1		
	26ª.	1		
COLORADO DO OESTE	8ª.	1		
PIMENTA BUENO	9ª.	1		
JARU	10ª.	1		
	27ª.	1		
CACOAL	11ª.	1		
ESPIGÃO DO	12ª.	1		



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

OESTE				
OURO PRETO DO OESTE	13 ^a .	1		
	28 ^a .	1		
ROLIM DE MOURA	15 ^a .	1		
	29 ^a .	1		
CEREJEIRAS	16 ^a .	1		
ALTA FLORESTA DO OESTE	17 ^a .	1		
ALVORADA DO OESTE	18 ^a .	1		
SANTA LUZIA	19 ^a .	1		
MACHADINHO DO OESTE	32 ^a .	1		
BURITIS	34 ^a .	1		
SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	35 ^a .	1		
PORTO VELHO	2 ^a .	1	02 MESES E 18 DIAS	17/08/2022 - DE 17/08/2022 A 04/11/2022
	6 ^a .	1		
	20 ^a .	1		
	21 ^a .	1		
TOTAL DOS POSTOS	AUX. ADMINISTRATIVO (ZE)	29		
	SUPERVISOR	1	02 MESES E 18 DIAS	17/08/2022 - DE 17/08/2022 A 04/11/2022

7.5.1. As demais contratações ocorrerão de acordo com a necessidade da Administração, no tempo e número que se fizerem necessários à realização das atividades inerentes ao pleito de 2022.

8. REGRAS GERAIS E PERIODICIDADE PARA REPACTUAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - O contrato firmado com a licitante vencedora terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes e, no que couber, pelas regras do Código Civil Brasileiro.

II - Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais, este termo de referência, o edital de Pregão e seus Anexos e a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

III – Na ocorrência de prorrogação, à conveniência da Administração, será considerado o previsto no art. 57, II da Lei 8.666/93 e no Anexo IX da IN 05/2017.

IV - A futura contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As supressões acima desse limite dependem de acordo entre as partes.

V - a execução completa do contrato só acontecerá quando o contratado comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada.

VI - O orçamento considerado para a apresentação das propostas, tem como data-base o mês de janeiro/2022, data da convenção coletiva SINTELPES/RO X SEAC/RO. Dessa forma, nos termos do inciso X, do Art. 53 e seguintes da IN 05/2017 do MPDG e do Acórdão TCU 1563/04 – Plenário, a futura contratada poderá solicitar a primeira repactuação do valor do contrato 01 (um) ano após essa data-base, ou seja, janeiro de 2023, desde que já fixado o índice de reajuste por acordo, convenção ou dissídio coletivo.

VIII – As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação

IX – Quando da solicitação da repactuação, poderá ser solicitado reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais, que serão calculados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, sendo que:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. o primeiro reajuste abrangerá o índice do período compreendido entre o mês da apresentação da proposta e mês anterior a que se refere a repactuação solicitada;
2. os subsequentes obedecerão à regra da anualidade, que será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último.

X - A repactuação de qualquer dos componentes da Planilha de Custos e Formação de Preços somente poderá ser efetuada mediante **demonstração analítica de variação dos custos, devidamente comprovada, conforme preceitua o Art. 12º do Decreto 9.507/2018 .**

XI - A empresa contratada para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o art. 24, inciso XI da Lei nº 8.666, de 1993.

08. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

Para assegurar a plena execução do contrato, com fundamento nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a futura Contratada obriga-se a apresentar GARANTIA, na modalidade de caução em dinheiro, seguro garantia ou fiança, no valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor do Contrato**, a qual deverá ter prazo de validade de 03 (três) meses após o término do período de execução contratual, devendo ser observados os seguintes requisitos:

- a) a contratada deverá apresentar a garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante, contado da assinatura do contrato;
- b) a inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07 (sete centésimo por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);
- c) o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no prazo estipulado na alínea “a” autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei 8.666/1993.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- d) a garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo quantitativo do contrato.
- e) a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- f) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- g) prejuízos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- h) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;
- i) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber;
- j) a modalidade de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na alínea “e”, observada a legislação que rege a matéria.
- k) a garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;
- l) o garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada;
- m) a garantia será considerada extinta:
- n) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- o) com o término da vigência do contrato, observado o prazo de 3 meses estabelecido no caput, que poderá, independentemente de sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.
- p) o contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- q) a garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa contratada pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração, obrigando-se a contratada a, com a assinatura do contrato, autorizar a retenção da garantia pela contratante.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

09. DA ABERTURA DE CONTA VINCULADA BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO (RES. CNJ 169/2013)

De acordo com a **Resolução CNJ n. 169, de 31/01/2013, atualizada pela Resolução CNJ 183, de 24/10/2014 e 301, de 29/11/2019**, e, no que couber, a IN 05/2017 do MPDGG e considerando, ainda a **Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho**, para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas oriundas do contrato de prestação de serviços, com previsão de mão de obra residente nas dependências do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO, fica estabelecido que:

I – o TRE/RO fará o provisionamento de encargos trabalhistas para o pagamento das férias, abono de férias (1/3 constitucional) 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, incidências dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, abono de férias (1/3 constitucional) e 13º salário sobre os encargos retidos, que serão deduzidos do pagamento do valor mensal do contrato e depositados exclusivamente em banco público oficial.

II – Os depósitos serão realizados pelo TRE/RO em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - aberta no nome da contratada junto à Agência PAB da Justiça Federal da Caixa Econômica Federal em Porto Velho/RO ou no Banco do Brasil S/A, em agência a ser definida, neste município, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do TRE/RO.

III – Os depósitos serão efetuados sem prejuízo da retenção, na fonte, da tributação sujeita a alíquotas específicas previstas na legislação própria.

IV - O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes rubricas com provisões previstas para o período da contratação: férias, abonos de férias (1/3 constitucional), 13º salário, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS (INSS, SESI/SESC/SENAI/SENAC/INCRA/SALÁRIO EDUCAÇÃO/FGTS/RAT+FAT/SEBRAE, ETC) sobre férias, 1/3 constitucional e 13ª salário, conforme **exemplificado** na tabela a seguir:

PERCENTUAIS PARA CONTINGENCIAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS	
--------------------------------------------------------------------	--

RUBRICAS	%
-----------------	----------



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13º SALÁRIO	8,33%
FÉRIAS E ABONO DE FÉRIAS (1/3 constitucional)	11,10%
MULTA DO FGTS POR DISPENSA SEM JUSTA CAUSA	5%
SUB-TOTAL	24,43%
INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS SOBRE FÉRIAS, 1/3 CONSTITUCIONAL E 13º SALÁRIO (*)	Pode variar de 7,39%, 7,60% e 7,82%, dependendo do grau de risco da empresa contratada (RAT X SAT)
TOTAL	Pode variar de 31,82%, 32,03% e 32,25% dependendo do grau de risco da empresa contratada

(*) Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) e 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente de trabalho, previstas no inciso II do art. 22 da Lei 8.212, de 24/07/1991.

V - Os valores provisionados serão obtidos pela aplicação dos percentuais e valores constantes da proposta.

VI – A assinatura do contrato de prestação de serviços entre o TRE/RO e a empresa vencedora do certame será sucedida dos seguintes atos:

- a)** o TRE/RO fará a solicitação de abertura de conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação- no nome da empresa contratada;
- b)** assinatura, pela empresa contratada, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da notificação do Tribunal, dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – e de termos específico da instituição financeira oficial que permita ao Tribunal ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Tribunal.

VII – Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

escolhido no termo de cooperação técnica firmado entre o TRE/RO e o Banco, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

VIII – Os valores referentes às rubricas mencionadas no inciso IV serão retidos do pagamento mensal à empresa contratada, desde que a prestação dos serviços ocorra nas dependências de órgão jurisdicionado ao CNJ, independentemente da unidade de medida contratada, ou seja, posto de trabalho, homem/hora/produtividade, entrega de produto específico, ordem de serviço etc.

IX – A empresa contratada poderá solicitar autorização do Tribunal para:

1. resgatar da contra-corrente vinculada – bloqueada para movimentação -, os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias que estejam contempladas nas rubricas do inciso I, desde que comprovado tratar-se dos empregados alocados pela empresa contratada para prestação dos serviços contratados.
2. movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação-, diretamente para a conta-corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no inciso IV.

X – Para resgatar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – conforme previstos no inciso anterior, letra “a”, a empresa contratada, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar à unidade competente do Tribunal os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no inciso IV.

XI – O Tribunal, por meio do setor competente, expedirá, após a confirmação do pagamento das verbas trabalhistas retidas, autorização para o resgate de valores, encaminhando a referida autorização ao banco, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela contratada.

XII – Eventuais despesas para abertura e manutenção da conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação - serão suportadas na taxa de administração/custo indiretos constante na proposta comercial da empresa, caso haja cobrança de tarifas bancárias.

10. DO PAGAMENTO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Os pagamentos serão efetuados mensalmente, após apresentação de Nota Fiscal/Fatura mensal pela contratada, mediante Ordem Bancária, em moeda corrente nacional, através do Banco do Brasil S/A, até o 10º (décimo) dia útil contado da data em que for devidamente atestada pelo fiscal do contrato a Nota Fiscal/Fatura discriminando os serviços executados.

São regras aplicáveis aos pagamentos:

I – Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93;

II – Desobriga-se o Contratante a efetuar o pagamento sem atestação e emissão de Nota Técnica pelo fiscal designado pela CONTRATANTE para acompanhamento e fiscalização dos serviços e manifestação do gestor de contratos do TRE-RO ou apresentada em desacordo com os valores constantes de sua proposta de preços, ou que contenham rasuras ou erros materiais;

III - A Contratada deverá apresentar junto com a Nota Fiscal dos serviços, os seguintes comprovantes:

1. Do pagamento da remuneração, das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), do benefício de vale alimentação e de quaisquer obrigações trabalhistas, correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, quando se tratar de mão de obra diretamente envolvida na execução dos serviços na contratação de serviços continuados;
2. Do pagamento antecipado do vale-transporte pelos funcionários OPTANTES, de acordo com o art. 1º da Lei n. 7.418/85 e a vigente Convenção coletiva SINTELPES/RO X SEAC/RO, bem como cópia dos comprovantes de pagamento;
3. Da regularidade fiscal, constatada através de consulta "*on-line*" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93;
4. Do pagamento de eventuais tributos relativos à contratação, cuja obrigação de retenção não seja do contratante.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - O CONTRATANTE fará as retenções tributárias legais cabíveis, relativas à prestação dos serviços.

V - O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejarão a retenção do pagamento até sua regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

VI - Havendo pendência de liquidação de obrigações financeiras imposta à contratada em virtude de penalidade ou inadimplência, o valor de tal obrigação será retido no ato do pagamento da Nota Fiscal/Fatura mensal. i

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

A compensação financeira acima prevista será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que decidirá acerca da eventual



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

11 – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

11.1 - O CONTRATANTE, além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e anexos e na Minuta de Contrato, obriga-se:

1. Autorizar a contratada, após a assinatura do contrato, o início da prestação dos serviços abrangidos pelo objeto do contrato;
2. Exigir o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
3. Orientar a contratada acerca da correta execução dos serviços contratados e autorizar o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho;
4. Dar conhecimento à contratada acerca das normas estabelecidas para carga e descarga de materiais, horário de trabalho e demais condições exigidas;
5. Disponibilizar instalações sanitárias, vestiários com armários/guarda-roupas;
6. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
7. Rejeitar, caso inadequados ou irregulares, os serviços prestados pela contratada;
8. Notificar a contratada, na ocorrência da situação prevista no inciso anterior, para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as regras deste contrato;
9. Notificar a contratada em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10. Notificar a contratada acerca de eventual conduta inconveniente de seus empregados quando da execução dos serviços ou na ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
 11. Manter atualizados os documentos próprios dos registros de serviços que tenham sido realizados pela contratada;
 12. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada;
 13. Efetuar o pagamento à contratada, após verificada a regularidade da nota fiscal/fatura de acordo com as condições, documentações, preços, prazos estabelecidos neste contrato e nas demais regras a ele aplicadas;
 14. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, conforme legislação vigente;
 15. Avaliar a Contratada por critérios objetivos, sempre que necessário. As avaliações serão encaminhadas à Contratada para análise e adequações necessárias quanto à prestação dos serviços;
 16. Fiscalizar mensalmente o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, podendo tal fiscalização ser por amostragem;
 17. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública;
- 11.2. Constituem obrigações da CONTRATADA, além de outras decorrentes da especificação do objeto deste Termo de Referência:
- I – Nomear um representante legal (preposto) para, durante o período de vigência contratual, representá-lo na execução do contrato no município de Porto Velho, local da gestão do contrato, ou no município indicado para a execução dos serviços;
1. O prazo para apresentação do Representante Legal ao Gestor do contrato é de, no máximo, 2 (dois) dias, contados da assinatura do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. O representante nomeado, quando da apresentação ao Gestor do Contrato, deve apresentar documentos idôneos comprobatórios do poder de representação.

II – Manter-se, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do Pregão, comprometendo-se a comunicar ao contratante qualquer alteração superveniente impeditiva de manutenção dessas condições e a apresentar os comprovantes de regularidade junto ao FGTS, ao INSS, à Fazenda Pública Federal e à Justiça do Trabalho, sempre que solicitado;

III - Utilizar, sob sua inteira responsabilidade, toda a competente e indispensável mão de obra, devidamente habilitada e treinada, para execução dos serviços contratados, da qual assumirá o cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e todas as outras previstas nas normas legais pertinentes. A inadimplência da Contratada com relação a estes encargos não transfere à Administração a responsabilidade por seus pagamentos nem poderá onerar o objeto do contrato.

IV - Proceder ao atendimento emergencial do CONTRATANTE (horas extras), em caso de necessidade, respeitada a legislação trabalhista. Na ocorrência de greve da categoria, a CONTRATADA obriga-se à prestação dos serviços, por meio de esquema de emergência;

V - Ressarcir e/ou repor, de imediato, o bem físico eventualmente danificado, destruído ou desaparecido no processo de prestação de serviços, ou valores decorrentes de utilização indevida ou particular de serviços/equipamentos disponíveis nesta Justiça Eleitoral, responsabilizando-se pelos prejuízos à CONTRATANTE, bem como de Terceiros prejudicados, independente da comprovação de ação ou omissão por parte da Contratada;

VI - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os defeitos ou incorreções resultantes da má qualidade da execução dos serviços e/ou dos materiais empregados. A correção de eventuais irregularidades não impedirá a aplicação das sanções previstas na legislação vigente;

VII - Responder por todos os ônus decorrentes da execução dos serviços como taxas, impostos e seguros;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VIII - Responder por quaisquer prejuízos eventuais causados por seus empregados e prepostos, quando em missão de serviços por força das obrigações assumidas ou, mesmo que indevidamente, em razão do contrato;

IX – respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do CONTRATANTE;

X – comunicar à Administração do CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

XI – apresentar, mensalmente e sempre que solicitada pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamento de salários e benefícios dos empregados e o recolhimento de encargos;

XII – permitir ao CONTRATANTE o acesso ao controle diário de frequência e às carteiras profissionais dos empregados alocados à execução do serviço contratado;

XIII – fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço para verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;

XIV – arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do objeto do contrato;

XV – selecionar e treinar adequadamente os empregado alocados na prestação dos serviços, observando a comprovação dos atestados de boa conduta e de idoneidade moral;

XVI – manter seus empregados sob as normas disciplinares do CONTRATANTE, substituindo, no prazo máxima de 24 (vinte e quatro) horas, após notificação, qualquer deles considerados inconvenientes pelo CONTRATANTE; No caso de falta ao serviço, a contratada deverá substituir os funcionários faltosos até o limite de 1 (uma) hora, a contar do início do expediente do posto ou do início da ausência, independentemente de notificação da contratante.

XVII – responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XVIII – responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependências do CONTRATANTE;

XIX – responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

XX – responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;

XXI – manter preposto no município de Porto Velho, local da Gestão do contrato, ou no local de execução dos serviços, investido por meio de procuração devidamente registrada em cartório, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários;

XXII – creditar os salários em conta bancária dos empregados, em agências localizadas no município de execução dos serviços ou, na impossibilidade, em agências bancárias do município mais próximo;

XXIII – Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho;

XXIV – Fornecer os uniformes nas condições e qualidades exigidas pelo edital da licitação;

XXV – Não subcontratar, subempreitar, ceder ou transferir total ou parcialmente os serviços objeto desta licitação;

XXVI - Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência – após a assinatura deste contrato - de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

XXVII - Cumprir, no prazo estipulado na notificação expedida pelo fiscal ou gestor do contrato todas as determinações do contratante, especialmente,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

quando se tratarem de adimplemento de obrigação prevista neste instrumento, sob pena de aplicação de penalidades;

11.3. É expressamente vedado à CONTRATADA:

I – a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;

II – a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, durante a vigência deste contrato.

III - apresentar, para ocupar postos de trabalhos, inclusive em caso de substituições eventuais, pessoas sem o vínculo empregatício formal determinado pela legislação trabalhista.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 SANÇÕES MORATÓRIAS: Além das demais sanções decorrentes do certame licitatório, o descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura do contrato, sujeita a contratada à multa moratória, consoante o art. 86 da Lei n. 8666/93, na forma seguinte:

I - Quanto à interrupção na prestação dos serviços:

a) Primeira interrupção injustificada de até 6 (seis) horas na execução dos serviços contratados, multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) sobre o valor do contrato;

b) Segunda interrupção injustificada de até 06 (seis) horas na execução dos serviços contratados, multa de 0,6% (zero vírgula seis por cento) sobre o valor do contrato;

c) Terceira interrupção injustificada na execução dos serviços contratados, multa de 0,9% (zero vírgula nove por cento) sobre o valor do contrato;

d) Interrupção superior a seis (seis) horas ou quarta interrupção injustificada na execução dos serviços contratados caracterizará a inexecução do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - Quanto ao cumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato:

- a) Primeiro descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 1% (um por cento) sobre o valor mensal do contrato no momento da determinação;
- b) Segundo descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 2,0% (dois por cento) sobre o valor mensal do contrato no momento da determinação;
- c) Terceiro descumprimento injustificado será considerada inexecução da obrigação, caracterizando-se inexecução parcial do contrato.

12.2 SANÇÕES PUNITIVAS: Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à contratada:

I - advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor das obrigações inadimplidas, tendo como teto o valor total estimado do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela contratada;

III - suspensão temporária para participação em licitações com a administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

V - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei n. 10.520/02).

12.2.1 A Administração contratante poderá deixar de declarar a inexecução do contrato, quando:

- a) A infração tenha sido provocada por lapso do contratado e não gerar nenhum benefício, nem prejuízo ao contratante;
- b) O contratado tenha incorrido em equívoco na compreensão das regras do contrato claramente demonstrada em processo administrativo;
- c) O contratado tenha adotado voluntariamente providências suficientes para reparar a tempo os efeitos danosos da infração.

12.2.2 A Administração contratante declarará a inexecução total do contrato quando:

- a) A prática infracional tenha criado risco ou consequência danosa à saúde das pessoas submetidas aos serviços;
- b) O contratado tenha deixado, tendo conhecimento do ato lesivo, de tomar providências para atenuar ou evitar suas consequências danosas;
- c) O contratado seja reincidente, definida esta como a reiteração de conduta faltosa, num lapso de 60 dias após regular notificação.

12.3 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.4 As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12.5 Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n 8666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12.6 O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).

12.7 A multa eventualmente imposta à contratada será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).

12.8 Quando o valor do pagamento a que fizer jus o contratado não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6830/80**).

12.9 As multas não eximem a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

12.10 O procedimento para aplicação de sanções à contratada observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A contratada será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

13 – DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS – Resolução TSE 23.234/2010

1. Definição: Acordo de Nível de Serviços – ANS é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço, o cumprimento das obrigações contratuais, e respectivas adequações de pagamento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Objetivo a atingir: prestação do serviço em elevados níveis de qualidade, considerando a execução do objeto bem como o cumprimento das obrigações contratuais por parte da contratada.

3. Forma de avaliação: definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de penalidades. A cada situação será obtido um índice de desconto, a ser multiplicado pelo valor mensal correspondente (da atividade ou do contrato), obtendo-se assim o valor a ser faturado para o período de referência.

4. Apuração: a apuração será feita mensalmente, tanto por meio de registros de ocorrências quanto por conferência de documentos relacionados às questões trabalhistas. Ao final de cada período de apuração, o fiscal do contrato informará à contratada as ocorrências, recomendando, se for o caso, adoção de medidas saneadoras.

5. Sanções: Desconto, no valor mensal da fatura, de acordo com o índice de desempenho atingindo

6 – Infrações: situações a cuja ocorrência é atribuída um Grau para apuração do Índice de Desempenho.

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO	
INDICADOR DE QUALIDADE	
GARANTIR SERVIÇOS ADEQUADOS EM RELAÇÃO À ROTINA DE EXECUÇÃO ESTABELECIDADA E CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS	
ITEM	DESCRIÇÃO DO INDICADOR
Instrumento de medição	Cálculo do Índice de Desempenho Mensal: 1 – INSUFICIENTE – Acima de: - 03 (três) ocorrências Grau 03 no mês OU - 06 (seis) ocorrências Grau 02 no mês



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>OU</p> <p>- 08 (oito) ocorrências de Grau 01 no mês</p> <p>2 – REGULAR – Entre:</p> <p>- 01 (uma) e 03 (duas) ocorrências Grau 03 no mês OU</p> <p>- 03 (três) e 06 (seis) ocorrências Grau 02 no mês OU</p> <p>- 04 (quatro) e 08 (oito) ocorrências Grau 01 no mês</p> <p>3 – BOM – Até:</p> <p>- 02 (duas) ocorrências Grau 02 no mês OU</p> <p>- 04 (quatro) ocorrências Grau 01 no mês.</p>
Forma de acompanhamento	<p>Registro das Ocorrências e constatações de descumprimentos contratuais</p> <p>Grau de medição:</p> <p>- Grau 03 – grave</p> <p>- Grau 02 – média</p> <p>- Grau 01 - leve</p>
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo	<p>Apuração mensal da quantidade de ocorrências por grau para determinação do Índice de Desempenho.</p> <p>Cálculo de Fator de Conversão conforme índice de desempenho:</p>

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>Se índice de desempenho for “Bom”, Fator de Conversão = 1</p> <p>Se índice de desempenho for “Regular”, Fator de Conversão = 0,98</p> <p>Se índice de desempenho for “Insuficiente”, Fator de Conversão = 0,96</p> <p>O valor mensal a ser pago será o resultado da multiplicação do valor mensal do contrato pelo fator de conversão:</p> <p>Valor a ser pago (R\$) = Valor da nota fiscal X Fator de Conversão</p> <p>Limites: $0,96 \leq \text{Fator de Conversão} \leq 1$</p>
Início de Vigência	Data de início da prestação dos serviços.
Faixas de ajuste no pagamento	Valor a ser pago (R\$) = Valor da nota fiscal X Fator de Conversão
Sanções	Glosa da fatura, sem prejuízo do correspondente desconto na fatura mensal dos valores correspondentes a cada infração quando se tratar de custos informados na planilha de formação de preços e das demais sanções estabelecidas no contrato para o descumprimento da obrigação.
OBSERVAÇÕES	
<p>- As ocorrências verificadas, passíveis de solução, serão notificadas à Contratada, com prazo estipulado para solução das falhas, quando for o caso;</p> <p>- As ocorrências poderão ser verificadas e constatadas quando da análise da documentação apresentada como anexo da Nota Fiscal de Prestação de Serviços (folha de ponto, contra-cheques, comprovantes de pagamento de salários, etc).</p> <p>- Cada ocorrência será classificada por grau de acordo com a tabela abaixo.</p>	

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- Para apuração do Índice de Desempenho Mensal, será considerado um período de 30 (trinta) dias consecutivos. Ao final de cada período de 30 (trinta) dias, iniciará novo período para apuração do Índice de Desempenho daquele mês.

TABELA DE INFRAÇÕES:

ITEM	Infração	GRAU	Incidência
01	Retirar empregados ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE.	2	Por ocorrência
02	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá, salvo em casos excepcionais, autorizado pela CONTRATANTE.	1	Por empregado e por ocorrência
03	Permitir a presença de funcionário que não tenha sido previamente apresentado à CONTRATANTE.	1	Por empregado e por ocorrência
04	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados.	1	Por empregado e por dia
05	Fornecer informação falsa de serviço ou substituir material/equipamento licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
06	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	3	Por dia
07	Recusar-se a executar serviço determinado pela CONTRATANTE, sem motivo justificado ou determinação formal.	2	Por ocorrência
08	Utilizar as dependência da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	3	Por ocorrência
09	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	2	Por ocorrência
10	Utilizar as dependência da	2	Por ocorrência

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato		
11	Permitir situações que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequência letais	3	Por ocorrência
12	Retirar das dependências da CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do fiscal do contrato.	1	Por item e por ocorrência
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
13	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	2	Por empregado e por dia
14	Cumprir determinação da CONTRATANTE para controle de acesso de seus funcionários.	2	Por empregado e por dia
15	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições	2	Por empregado e por dia
16	Entregar conjunto completo de uniforme aos empregados nos prazos definidos em contrato ou não submetê-lo à aprovação do Fiscal do contrato ou não documentar a entrega	1	Por empregado e por dia de atraso
17	Fornecer Equipamentos de Proteção Individual – EPI aos seus funcionários e de exigir sua utilização na forma da legislação vigente	3	Por empregado e por dia de indisponibilidade
18	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO	2	Por ocorrência
19	Reparar, corrigir e substituir, às suas expensas, no total ou em partes, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, danos, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução;	2	Por ocorrência
20	Substituir empregados faltosos até o limite de 2 (duas) hora após o início do expediente definido	1	Por ocorrência e por empregado
21	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, auxílio alimentação, seguros,		Por mês de ocorrência do não



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer encargos trabalhistas diretos e/ou indiretos relacionados à execução do contrato nas datas legais.	3	pagamento de qualquer obrigação
22	Efetuar o pagamento de diárias e o fornecimento de bilhetes de passagens para os deslocamentos que se fizerem necessários e devidamente solicitados pela Contratante com a antecedência mínima de 1 (um) dia da data do deslocamento.	3	Por ocorrência
22	Manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade local de prestação de serviços.	2	Por ocorrência e por dia
23	Entregar, ou entregar com atraso, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e demais documentos ou quaisquer esclarecimentos indispensáveis à fiscalização do Contrato.	2	Por ocorrência e por dia
24	Apresentar as notas fiscais mensais, dentro do prazo definido em contrato, sem justificativa aceita pelo gestor do contrato.	1	Por ocorrência
25	Atender normas do Ministério do Trabalho sobre saúde, higiene e segurança do trabalho	3	Por ocorrência apontada
26	Cumprir quaisquer obrigações constantes no edital e seus anexos, não previstas nesta tabela.	2	Por ocorrência

Como a contratação objeto deste Termo de Referência não requer emissão de Ordem de Serviços para a execução das atividades, este Acordo de Nível de Serviços não refletirá necessariamente a qualidade da **execução do objeto do contrato**, mas demonstrará o desempenho da contratada no que se refere ao cumprimento das obrigações contratuais.

14 - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I – A gestão e a fiscalização administrativa do contrato objeto deste Termo de Referência será exercida pelo Chefe de Seção de Administração Predial – SEAP do TRE/RO, auxiliada por servidores lotados na referida Seção.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II – A fiscalização técnica e setorial do contrato (execução do objeto) deste Termo de Referência será exercida por cada chefia de cartório onde será alocado cada posto de serviço, com responsabilidades relacionadas aos seus respectivos postos, sob os seguintes aspectos:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços “in loco”;
- b) apontar as faltas cometidas pela contratada, informando à gestão do contrato, para providências de correção;
- c) acompanhar a assiduidade, a pontualidade, a utilização de uniformes, crachás e equipamentos de segurança por parte do profissional colocado a disposição pela contratada;
- d) informar de imediato ao gestor do contrato a ocorrência de ausência/falta do ocupante do posto de trabalho;
- e) avaliar o desempenho do posto de trabalho, relatando formalmente à gestão do contrato eventual necessidade de substituição;
- f) emitir relatórios mensais informando sobre a prestação dos serviços e todas as ocorrências do período, bem como qualquer outro documento de fiscalização, para serem enviados ao gestor do contrato, para análise, providências e juntada ao processo.
- g) impedir a ocorrência de desvio de funções dos trabalhadores da contratada, não permitindo a utilização destes em atividades não relacionadas com as previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual foi colocado à disposição pela contratada.
- h) Impedir a utilização da mão de obra para executar favores pessoais por parte de qualquer servidor.
- i) cuidar para que a jornada de trabalho dos ocupantes dos postos de trabalhos seja cumprida conforme estipulado em contrato, não permitindo sobrejornadas não previstas.
- j) apontar com antecedência a necessidade de trabalho extraordinário, nas situações permitidas, informando ao gestor, os quantitativos.
- k) acompanhar o controlar o quantitativo de horas extras nas situações previstas na letra “i”.
- l) nas necessidades de deslocamentos da mão de obra contratada, solicitar com antecedência mínima de 3 dias úteis à gestão contratual, para as providências devidas junto à empresa contratada.

III – Nos afastamentos dos titulares, as funções de gestão e fiscalização serão exercidas pelos substitutos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV – A fiscalização do Contrato obedecerá, no que não for incompatível, ao Guia de Fiscalização (Anexo VIII-B da IN 05), constante do Anexo VII deste Termo de Referência.

15 – DAS DEMAIS REGRAS CONTRATUAIS

15.1. Todas as regras aplicáveis à contratação estarão detalhadas na Minuta de Contrato a ser elaborada pelo setor competente.

16 – DOS ANEXOS

Anexo I – Modelo de Proposta

Anexo II – CCT 2022/2022

Anexo III – Resolução TSE 23.234/2010 - atualizada

Anexo IV - Resolução CNJ 169/2013

Anexo V – Modelo Declaração Contratos Firmados

Anexo VI – Guia de Fiscalização Técnica e Administrativa

Anexo VII – Modelo Planilha de Custo e Formação de Preços

Anexo VIII - Relatório Cotação Preços Insumos

Anexo IX - IN 05/2017 - atualizada



Documento assinado eletronicamente por **JAIDÊ RABELO BENTO, Chefe de Seção**, em 11/05/2022, às 16:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0827687** e o código CRC **B8D657FB**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002845-11.2021.6.22.8000

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA - TRE-RO

ASSUNTO: Formação de Registro de Preços – Eventual contratação de empresa especializada - Prestação de serviços de apoio administrativo para atuação nos cartórios eleitorais do Estado de Rondônia - Suporte às Eleições de 2022 - Análise da minuta de edital e contrato.

PARECER JURÍDICO Nº 61 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I - DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Administração Predial (SEAP) com objetivo de abrigar a tramitação dos atos da contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de apoio administrativo com atuação nos cartórios eleitorais do Estado de Rondônia para suporte às Eleições de 2022 ([0731945](#)).

02. O pleito foi objeto de análise preambular desta Assessoria no Parecer Jurídico n. 38 ([0835183](#)), oportunidade na qual esta unidade opinou pela formação de registro de preços, com fundamento no art. 15, II, da Lei n. 8.666/93, regulamentado pelo Decreto n. 7.892/2013, para a eventual contratação dos serviços indicados, por meio de procedimento licitatório, na modalidade pregão, na forma eletrônica, com fundamento na Lei n. 10.520/02 e no art. § 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/2019.

03. Sobreveio manifestação da SAOFC ([0836289](#)) e autorização da Diretora-Geral para abertura do certame ([0837159](#)) nos moldes sugeridos por esta unidade jurídica, oportunidade em que, dentre



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

outros comandos, **afastou-se** o regime de exclusividade às microempresas e empresas de pequeno porte e determinou-se a divulgação dos valores estimados para da contratação com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa (art. 15 do Decreto n. 10.024/2019).

04. Redigido o instrumento convocatório, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para a análise da minuta do **Edital do Pregão Eletrônico nº XXX/2022** e seus anexos ([0845834](#)) e da minuta do Contrato ([0839399](#)). É o necessário relato.

II - DA ANÁLISE JURÍDICA

05. Como de praxe, esta unidade registra que sua análise se limita aos aspectos legais envolvidos no procedimento em exame, não lhe competindo adentrar em aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida.

2.1. Preliminarmente: Da revogação da Resolução TSE n. 22.324, de 25 de março de 2010

06. A execução indireta, mediante contratação, de serviços na administração pública federal, prevista no **Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967** e na **Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993**, encontra-se atualmente disciplinada pelo **Decreto n. 9.507 de 21 de setembro de 2018**. De acordo com a literatura especializada, verifica-se que a normatização tem procurado impor limites e vedações à prática da chamada terceirização de serviços pela Administração Pública. Assim:

4 Os limites da terceirização dos serviços públicos - Com passar do tempo, o Estado veio cada vez mais aumentando a gama de serviços públicos, e com o advento da Constituição Federal de 1988 de forma vultosa, as obrigações do Estado e os direitos do povo se sobrepuseram à capacidade estrutural e financeira dos órgãos públicos de modo geral. (...) Com efeito, no exercício da discricionariedade, o Estado pode conferir a titularidade de algumas das suas tarefas a particulares que deverão prestar o serviço de acordo com as regras e períodos impostos. Todavia, a questão de grande debate envolve o limite dessas terceirizações, podendo ser fixados limites de competência e legitimidade de atuação e ainda a questão dos princípios da Administração Pública que podem (e devem) ser seguidos por aqueles que assumem uma tarefa que até então era precípua do Estado. (grifou-se. disponível



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-administrativo/a-terceirizacao-no-servico-publico-aspectos-gerais-limites-e-vedacoes/>, acesso em: 20 jun. 2022)

07. Nessa linha, o referido Decreto Federal lista expressamente o rol dos serviços excluídos da execução indireta ao tempo em que também a permite para as atividades auxiliares, instrumentais e acessórias, veja-se:

Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado. (negritou-se)

08. Assim como em outros órgãos do Poder Judiciário, na Justiça Eleitoral também se encontra regulamentação específica acerca da contratação de serviços pela execução indireta ou terceirizados. Esse papel coube à **Resolução TSE n. 23.234, de 25 de março de 2010**, que na esteira dos comandos das normas de hierarquia superior e dentro de suas especificidades, também estabeleceu os contornos da terceirização de serviços nesta Justiça especializada.

09. Tanto é assim que o termo de referência da contratação autorizada neste processo ([0827687](#)) corretamente reproduz dispositivos extraídos do referido normativo do TSE e com aplicabilidade em toda a Justiça Eleitoral nacional, notadamente para demonstrar a licitude da terceirização pretendida. Veja-se os excertos adiante:

2. JUSTIFICATIVA

I – DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O TRE-RO conta com um quadro de servidores bastante enxuto e muitas vezes insuficiente para atender a todas as demandas e operações ordinárias decorrentes de um pleito eleitoral. E não há viabilidade de atender a todos os Cartórios Eleitorais somente com os servidores disponíveis. Restou, então, a alternativa de contratação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dos serviços de apoio administrativo, com perspectiva de ativação de 29 (vinte e nove) postos de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, para prestar apoio às intensas atividades de preparação, organização e realização de eleições, inerentes às Zonas e Cartórios Eleitorais. Além dos 29 postos citados, haverá também a ativação de 01 (um) posto de SUPERVISOR ADMINISTRATIVO, que supervisionará administrativamente todos os postos de trabalho.

Tal solução encontra-se amparada na Resolução TSE 23.234/2010, de 25 de março de 2010, atualizada pela Resolução 23.518/2017 TSE, conforme transcrito abaixo, com grifos nossos:

Art. 4º-A. Também poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do tribunal eleitoral, especialmente:

I - atividades de apoio administrativo ao alistamento eleitoral e à revisão eleitoral;

II - em ano eleitoral, as atividades de apoio administrativo à organização dos pleitos.

10. Como visto, a pretensão da contratação por período certo e determinado de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo para atuação nos cartórios eleitorais no Estado de Rondônia para o suporte às Eleições de 2022 encontra abrigo expresso na regra permissa do art. 4º A do citado normativo, posto que se referem a serviços ou atividades de apoio administrativo na organização do pleito eleitoral de 2022. Tanto é assim que esta unidade, se manifestou pela possibilidade jurídica da contratação, assim autorizada, ainda no mês de maio do corrente, pela Diretoria-Geral deste Tribunal ([0837159](#)).

11. Contudo, entre a aprovação da contratação pela autoridade administrativa competente e este momento em que se analisam os atos que irão desencadear a fase externa do certame competitivo, ocorreu a revogação da **Resolução TSE n. 23.234, de 25 de março de 2010 pelo art. 33 da Resolução TSE n. 23.702, de 9 de junho de 2022**. Nota-se ainda que o novel regulamento não tratou especificamente de toda a matéria revogada e ampliou o objeto de suas disposições à Política de Governança das contratações na Justiça Eleitoral.

12. Diante desse fato, esta unidade jurídica, de plano, cuidou de verificar se a hodierna regulamentação trouxe alguma alteração no sentido de vedar a contratação terceirizada para as atividades demandadas nesta pretensão em análise. **Tal não ocorreu.** Há disposição expressa na nova norma que praticamente reproduz a norma revogada e, de igual forma, também prevê a possibilidade de terceirização para essa atividade. Veja-se o texto de seu art. 12:

Art. 12. É vedada a contratação de atividades que:

....



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

§ 1º Poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do Tribunal Eleitoral, especialmente as seguintes atividades de apoio administrativo:

I - ao alistamento eleitoral e à revisão eleitoral; e

II - à organização dos pleitos.

§ 2º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

§ 3º O objeto da contratação será definido de forma expressa no edital de licitação e no contrato, exclusivamente como prestação de serviços, sendo vedada a contratação de mão de obra.

§ 4º O Tribunal Eleitoral deverá realizar avaliação periódica das necessidades que motivaram a terceirização da atividade, com vista a identificar novas alternativas que garantam maior economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. (destacou-se).

13. Vencida essa questão que, no sentir desta unidade poderia fulminar a pretensão da unidade demandante, entende-se que se deve ainda observar a ocorrência de alguma regra contida no termo de referência - com aplicação no certame e no contrato – em oposição direta com a nova **Resolução TSE n. 23.702, de 9 de junho de 2022.**

14. Seguindo esse raciocínio lista-se adiante em quadro esquemático com as referências relevantes do TR às normas da Resolução TSE n. 23.234/2010, as regras do novo regulamento e os eventuais conflitos ou incompatibilidades com a Resolução TSE n. 23.702/2022:

Dispositivo do TR – Referência à Resolução TSE n. 23.234/2010	Regulação da matéria pela Resolução TSE n. 23.702/2022	Conclusão
Capítulo 2 do TR Art. 4º A: Justificativa, possibilidade normativa da terceirização dos serviços.	Art. 12, §§ 1º e 2º,	Não há conflito ou incompatibilidades, como já registrado no item 12 deste parecer.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>Capítulo 3 do TR - 3.8. Da opção pela contratação de postos de serviços para o adequado atendimento da demanda:</p> <p>Art. 8º com redação já mitigada no TR pelas disposições da IN SG/MPDG n. 005/2017 e entendimentos do TCU.</p>	<p>Art. 12, § 4º. Traz dispositivo similar quando se refere à economicidade de recursos financeiros.</p>	<p>Não há conflito ou incompatibilidades entre as regras.</p>
<p>Capítulo 13 do TR: Do acordo de nível de serviços</p>	<p>Não regulada.</p>	<p>Não há conflito ou vedação para o estabelecimento de ANS no sentido de prever os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço, o cumprimento das obrigações contratuais, e respectivas adequações de pagamento.</p> <p>Registre-se que regra similar é encontrada no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), Anexo V-B da IN SG/MPDG n. 005/2017, expressamente aplicada à contratação</p>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		(Cláusula Vigésima Quarta da minuta do contrato).
Demais citações no TR	-	Apenas dizem respeito à aplicação da Resolução TSE n. 23.234/2020 à futura contratação e, como visto neste quadro, no que relevante, encontram amparo nas outras normas citadas. Tem-se, portanto, mera irregularidade formal.
Edital do certame		Reproduzem as regras do TR, motivo pelo qual, segue-se a conclusão acima: no que relevante, encontram amparo nas outras normas citadas neste quadro.
Minuta do contrato		Reproduzem as regras do TR, motivo pelo qual, segue-se a conclusão acima: no que relevante, encontram amparo nas outras normas citadas neste quadro.

15. Como visto, não há incompatibilidades das regras contidas no TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5/2022 – SEAP ([0827687](#)), já



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aprovado pela autoridade administrativa na data de 31/05/2022 ([0837159](#)), em razão da revogação da Resolução TSE n. 23.234/2010 pelo art. 33 da Resolução TSE n. 23.702, de 08 de junho de 2022, embora aquele documento faça referências expressa ao regulamento revogado.

16. Nessa mesma linha, verifica-se que também não há incompatibilidades na redação da minuta do futuro contrato que regulará a execução dos serviços ([0839399](#)) e do edital do certame ([0845834](#)), uma vez que as referências ao regulamento revogado não afetarão o desenrolar do certame ou execução do futuro contrato.

17. Deve-se ainda registrar que é extremamente comum que as novas normas administrativas respeitem os atos praticados sob vigência de normas válidas anteriores. Cita-se, de forma meramente exemplificativa, alguns exemplos recentes:

I – A instrução normativa SEDG/ME n. 73, de 5 de agosto de 2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal, que estabelece:

Art. 12. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. Permanecem regidos pela Instrução Normativa nº 5, de 2014, todos os procedimentos administrativos autuados ou registrados até a data de entrada em vigor desta norma, incluindo contratações e eventuais renovações ou prorrogações de vigências respectivas.

II – A Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, sobre o mesmo tema e com regra idêntica de aplicação temporal no Parágrafo único de seu art. 11.

18. De fato, a preocupação com a segurança jurídica dos atos e decisões da esfera administrativa foi objeto de recente alteração legislativa introduzida na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB – Decreto-Lei n. 4.567, de 4 de setembro de 1942), que por meio da Lei n. 13.655, de 25 de abril de 2018, estabeleceu:

Art. 24. A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018) (Regulamento)

Parágrafo único. Consideram-se orientações gerais as interpretações e especificações contidas em atos públicos de caráter geral ou em jurisprudência judicial ou administrativa majoritária, e ainda as adotadas por prática administrativa reiterada e de amplo conhecimento público. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

19. Por fim, deve ser registrado, ainda que a revogação desse regulamento foi objeto de recente debate no grupo de discussão do **WhatsApp** das assessorias jurídicas administrativas dos tribunais eleitorais. Ali foi exposto pela representante do TSE que a referida norma estava bastante desatualizada, motivo pelo qual no TSE já utilizava a IN MPDG 5/2017 - atualizada em relação ao Acórdão TCU 1.214/2013. De notar-se que a referida Instrução Normativa do Poder Executivo tem aplicação expressa às regras do TR (capítulo I), do edital (item 15.4) e do contrato (Cláusula Vigésima Quarta).

20. Dessa forma, na esteira do que registrado neste parecer, a saber:

I – Inexistência de incompatibilidades entre as regras contidas no termo da referência aprovado pela autoridade administrativa em 31/05/2022 e que tiveram como fonte alguns artigos da Resolução TSE n. 23.234/2010, com as disposições da hodierna Resolução TSE n. 23.702, que revogou o primeiro regulamento em 09/06/2022, conforme constatado e registrado no quadro que integra o item 14 deste parecer;

II – A aplicação na esfera administrativa do Princípio de aplicação da lei denominado de "*tempus regit actum*", que pode ser compreendido, de forma simplificada, pela ideia de que qualquer situação jurídica será avaliada e julgada não pela lei em vigor atualmente, mas sim, pela legislação aplicada no tempo de sua constituição, o qual, ao largo de qualquer debate, encontra-se assegurado pelo art. 24 da LINDB.

Esta assessoria jurídica entende que as disposições citadas da resolução revogada, embora formalmente inadequadas, não maculam o termo de referência já aprovado pela autoridade administrativa e as minutas do instrumento do futuro contrato e do edital do certame, os quais poderão produzir integralmente os efeitos jurídicos pretendidos.

2.2. Das minutas do edital do certame e do instrumento do futuro contrato.

21. Vencida a questão da revogação da Resolução TSE n. 23.234/2010, ocorrida em 09 de junho de 2022, observa-se que a minuta do edital juntada ao processo contemplou as regras gerais e específicas aplicáveis à contratação. Ademais, verificam-se satisfeitos os requisitos da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Lei n. 8.666/93, notadamente seu art. 40, e da Lei n. 10.520/02, esta última regulamentada pelo Decreto Federal n. 10.024/2019, bem como a inserção das demais regras gerais e específicas aplicáveis à contratação de serviços terceirizados, atualmente disciplinadas pela Resolução TSE n. 23.702/2022, no âmbito da Justiça Eleitoral e pela **Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 05/2017**.

22. Há destaque quanto à comprovação de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, (itens 9.1 a 9.5), bem como ao cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal, constante no item 9.6 “d” (contração de menores de 18 anos) via declaração firmada pela licitante, a qual deverá ser enviada por meio do próprio Sistema Eletrônico do COMPRASNET.

23. Assinala-se que na elaboração do instrumento, especificamente no item 10.3, registrou-se o prazo razoável de 02 (duas) horas, a partir da solicitação pelo Pregoeiro, para o envio de toda e qualquer documentação referente à habilitação jurídica e regularidade fiscal, nos termos do art. 38, § 2º do Decreto n. 10.024/2019.

24. Por fim, verifica-se que a minuta do futuro contrato que regulará a relação das partes na execução dos serviços, juntada ao processo no evento [0839399](#), sob o aspecto formal, encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

III - DA CONCLUSÃO

25. Pelo exposto, esta Assessoria Jurídica:

I – Preliminarmente, entende que as disposições da Resolução TSE n. 23.234/2010, revogada em 09/06/2022 pela Resolução TSE n. 23.702/2022, embora formalmente inadequadas, não maculam o termo de referência já aprovado pela autoridade administrativa na data de 31/05/2022 e as minutas do instrumento do futuro contrato e do edital do certame, os quais poderão produzir integralmente os efeitos jurídicos pretendidos, na forma das razões e fundamentos apontados neste parecer;

II – Em função do registrado no inciso I acima e para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, aprova os termos da **minuta do Contrato ([0839399](#)) e do Edital e seus**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Anexos (0845834), estando os instrumentos aptos para desencadear a fase externa do certame competitivo.

26. Não obstante tais conclusões, considerando que a decisão final sempre competirá às autoridades administrativas, sendo que essas se manifestaram ou decidiram pela aprovação do termo de referência n. 5/2022 (0845834) previamente à revogação da Resolução TSE. n. 23.234/2020, entende-se necessário a elas submeter as conclusões deste parecer para conhecimento e deliberação, na qual serão integrados ainda elementos de conveniência e oportunidade na prática dos atos, até porque o referido TR noticia a pretensão de ativação dos postos no dia 17/08/2022.

27. Caso a autoridade administrativa acolha as conclusões deste parecer poderá enviar o processo diretamente ao Pregoeiro deste Tribunal para continuidade do certame; caso contrário poderá enviar à SEAP, unidade demandante, para os ajustes nos documentos da contratação, principalmente do TR, seguindo-se após seu regular curso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 21/06/2022, às 17:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0847064** e o código CRC **40BAA31E**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002845-11.2021.6.22.8000

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA - TRE-RO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Definição da modalidade de licitação – Formação de Registro de Preços – análise do Termo de Referência – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo, para atuação nos cartórios eleitorais do estado de Rondônia, para suporte às Eleições de 2022.

PARECER JURÍDICO Nº 38 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Administração Predial (SEAP) com objetivo de abrigar a tramitação da contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de apoio administrativo, para atuação nos cartórios eleitorais do estado de Rondônia, para suporte às Eleições de 2022, consoante Termo de Abertura ([0731945](#)).

02. No Documento de Formalização da Demanda ([0677467](#)), a unidade demandante informou que não há viabilidade de atender a todos os Cartórios Eleitorais somente com os servidores disponíveis. Então, resta a alternativa de contratação dos serviços de apoio administrativo às atividades inerentes às Zonas Eleitorais, na realização de atividades administrativas acessórias, com disponibilização de mão de obra, por meio de postos de trabalho de Auxiliar Administrativo, para auxiliar as zonas eleitorais nos preparativos e realização das Eleições Gerais do ano de 2022, a exemplo da contratação para as eleições municipais de 2020.

03. A Coordenadoria da Corregedoria (COORCRE), mediante Manifestação n. 25/2021 ([0737821](#)), após consulta aos chefes de cartório, indicou os servidores Cássio Ramos Félix e Narciso de Oliveira Freire Filho para compor a equipe de planejamento da contratação de empresa terceirizada para prestar apoio administrativo aos cartórios eleitorais nas Eleições Gerais de 2022.

04. A Diretoria-Geral, por meio do Despacho n. 1215/2021 – PRES/DG/GABDG ([0738472](#)), acatou a sugestão da SEAP quanto à composição da equipe de planejamento da contratação, autorizou a expedição de portaria. Em seguida, foi expedida a Portaria nº 164/2021 – PRES/DG/GABDG ([0738486](#)), instituindo a equipe de planejamento e designando os membros para definição de aspectos da contratação citada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

05. Com a elaboração do Estudo Técnico Preliminar ([0818245](#)), Análise de Risco ([0818255](#)), Termo de Referência nº 4/2022 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP ([0818348](#)) com os respectivos anexos e Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([0818632](#)), a SEAP remeteu os autos ao gabinete da Secretária de Administração, Orçamento, Finança e Contabilidade (GABSAOFC) para autorização e continuidade de tramitação da contratação em comento, consoante Remessa 118/2022 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP ([0818696](#)).

06. Em seguida, mediante Despacho nº 784/2022 - PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0818806](#)), o titular da SAOFC deu continuidade ao procedimento, determinando a análise do ETP ([0818245](#)), Informações conclusivas valor estimado ([0818632](#)), do Termo de Referência/Projeto Básico e seus anexos ([0818348](#)) pela Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP); elaboração da minuta do instrumento contratual pela Seção de Contratos (SECONT); e, após, análise e emissão de parecer jurídico pela Assessoria Jurídica (AJDG).

07. Em análise preliminar, a COMAP detectou a necessidade de adequações, conforme registrado na Solicitação de Diligência COMAP ([0826955](#)). Em atendimento à Solicitação de Diligência citada, a equipe de planejamento elaborou o Termo de Referência nº 5/2022-PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP ([0827687](#)) e anexos ([0828059](#), [0828115](#), [0828126](#), [0828170](#), [0828176](#), [0828185](#), [0828188](#), [0828189](#) e [0828267](#)), no qual descreve o objeto pretendido, a justificativa da contratação, o valor estimado, aderência ao plano orçamentário, critérios de aceitação da proposta e específicos de habilitação, as regras do contrato, obrigações das partes, pagamento, penalidades e fiscalização e gestão.

08. Na Informação n. 90/2022 ([0828339](#)), a SEAP noticia que a emissão do novo TR contempla as observações pontuadas nos itens 01, 04, 05 e 07 da solicitação de diligência da COMAP ([0826955](#)) e apresenta as justificativas para a não alteração dos itens 02, 03 e 06.

09. Registra-se que os contornos gerais da aquisição pretendida, **estimada em R\$ 1.311.576,39** (um milhão, trezentos e onze mil, quinhentos e setenta e seis reais e trinta e nove centavos), foram definidos no TR mencionado, do qual se destacam os seguintes registros levados a termo pela unidade solicitante:

- Justificativa para a contratação, centrada no quadro de pessoal insuficiente para atender a todas as



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

demandas e operações ordinárias decorrentes de um pleito eleitoral;

- Critérios de sustentabilidade ambiental disciplinados pela Resolução CNJ nº 400/2021 e Decreto Federal n. 10.024/2019 – tópico III do TR;

- Da formação de registro de preços – tópico 7.2 do TR:

- a) da necessidade de formação do registro de preços, em virtude de ser independente de indicação da dotação orçamentária (art. 7º, § 2º, do Decreto 7892/2013);

- b) manifesta favorável à divulgação da IRP, por entender ser iniciativa salutar, que pode contribuir para o ganho em escala, caso haja interesse por outros órgãos integrantes do sistema SIASG;

- c) utilização da ata de registro de preços por órgãos não participantes do certame.

- Critérios de aceitação de proposta – tópico 6 do TR.

10. A COMAP, unidade responsável pela avaliação de Projeto Básico e Termo de Referência neste órgão, nos termos do inciso XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE/RO n. 004/2008, em análise formal, verificou que o TR, complementado pela pesquisa de preços e demais elementos juntados ao processo, encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002 e art. 3º, inciso XI, do Decreto Federal n. 10.024/2019 e, ainda, às disposições da Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 (Análise de Termo de Referência/ Projeto Básico nº 66/2022 - [0828724](#)).

11. Por fim, remeteu-se os autos a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico, conforme Remessa nº 148/2022 – PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0828938](#)). **É o breve e necessário relato.**

II – DA DEFINIÇÃO DA MODALIDADE LICITATÓRIA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12. Inicialmente, vale esclarecer que, embora tenha sido recentemente publicada a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo), o presente procedimento de contratação foi formatado pelas regras da Lei nº 8.666/93, pois esta ainda pode ser utilizada até o decurso do prazo de dois anos após a publicação do novo regime, ou seja, a Lei nº 8.666/93 está em vigor até 1/4/2023, nos termos do artigo 191 c/c 193 ambos da Lei nº 14.133/2021.

13. Pois bem, no que respeita à definição da modalidade de licitação, o Tribunal de Contas da União – TCU, considerando o uso de Pregão Eletrônico, prescreve:

Acórdão 2172/2008-Plenário (Sumário) - A utilização da modalidade pregão é possível, nos termos da Lei nº 10.520/2002, sempre que o objeto da contratação for padronizável e disponível no mercado, independentemente de sua complexidade.

Acórdão 265/2010 Plenário - Utilize obrigatoriamente a modalidade pregão para aquisição e/ou contratação de **bens e serviços comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado**, conforme regra ínsita no art. 1º, parágrafo único, da Lei no 10.520/2002, incluindo nessas características os bens e serviços de TI. (sem grifo no original)

14. O Manual de Licitações & Contratos do Tribunal de Contas da União – 4ª edição assim estabelece:

Bens e serviços comuns são produtos cuja escolha deve ser feita com base somente nos preços ofertados, por serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa (pag. 62)

15. No caso ventilado, o TR ([0827687](#)) em seu item 2, subitem I – Da Necessidade da Contratação, fundamenta a terceirização pretendida no art. 4º-A da Resolução TSE n. 23.234/2010. Este dispositivo legal traz a viabilidade de contratação de atividades auxiliares na prestação dos serviços desta Justiça Especializada, *ipsi litteris*:

Art. 4º-A. Também poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do tribunal eleitoral, especialmente: (Incluído pela Resolução nº 23.518/2017)

I - atividades de apoio administrativo ao alistamento eleitoral e à revisão eleitoral; (Incluído pela Resolução nº 23.518/2017)

II - em ano eleitoral, as atividades de apoio administrativo à organização dos pleitos. (Incluído pela Resolução nº 23.518/2017) - (sem grifos no original)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16. Além disso, ressalta, também, que o objeto atende às condições necessárias para contratação desse tipo de atividade, enquadrando-se nas hipóteses estabelecidas no art. 5º, incs. I, alíneas “a” e “b”, e II, todos da Resolução 23.234/2010-TSE:

Art. 5º É vedada a contratação de atividades que:

I - sejam inerentes às especialidades constantes do Quadro de Pessoal do respectivo Tribunal, salvo expressa disposição legal em contrário, nas seguintes situações:

- a) quando se tratar de cargo extinto ou em extinção no âmbito do quadro de pessoal;
- b) quando se tratar de serviço de natureza temporária, devidamente justificado, com indicação dos prazos de início, de etapas de execução, de conclusão, de entrega do objeto, de observação e de recebimento definitivo.

II - constitutam a missão institucional do Tribunal, ressalvados os serviços de natureza temporária nos termos do inciso I, alínea b, deste artigo. (Redação dada pela Resolução nº 23.518/2017) - (sem grifos no original)

17. Portanto, verifica-se que o objeto da contratação descrito, no item 3 do TR em comento, se amolda com os dispositivos citados, tendo em vista que se trata de atividades elencadas no seu texto normativo. Ademais, não está presente, no caso concreto, o enquadramento na vedação de contratação de atividades que sejam inerentes às especialidades constantes do quadro de pessoal do TRE, prevista no art. 5º da mesma Resolução.

18. Dessa forma, mediante a definição do objeto estabelecido no Termo de Referência ([0827687](#)) e seus anexos, constata-se que os padrões de desempenho e qualidade dos serviços pretendidos podem ser definidos no edital, não necessitando de uma avaliação minuciosa.

19. Assim, constatado que o valor da contratação, estimado em R\$ 1.311.576,39 (um milhão, trezentos e onze mil, quinhentos e setenta e seis reais e trinta e nove centavos) para 2 (dois) meses e 18 (dezoito) dias excede, em muito, os limites fixados para a dispensa competitiva prevista no art. 24, II da Lei nº 8.666/93 e, tratando-se de **serviços definidos como comuns**, nos termos do que dispõe o Manual de Licitações & Contratos do Tribunal de Contas da União – 4ª edição, tem-se como imperiosa a adoção da **modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica**, em cumprimento ao **art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/19**, procedimento que, à margem de qualquer dúvida, foi incorporado neste Tribunal através da Portaria 143/2005/TRE, **salvo** comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos (**art. 1º, § 4º, do Decreto nº 10.024/19**).

20. O edital de licitação - caso aprovada a pretensão pela autoridade superior - deve estabelecer o tipo de licitação, em conformidade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

com o que determina o **art. 4º, X, da Lei n. 10.520/2002** para a contratação dos serviços pretendidos, o qual deverá ser dar pelo **menor preço global** oferecido para o **lote único em disputa no certame**, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global, conforme os critérios de aceitação da proposta registrados no **subitem 6.1 do TR (0827687)**.

III – DA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

21. Quanto à opção pela formação de registro de preços apontada pela unidade solicitante, destaca-se as regras sobre o tema disciplinadas pelo **Decreto Federal nº 7.892/2013**, que regulamenta o referido sistema. Veja-se:

Art. 3º. O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. **(sem negrito no original)**.

22. Como visto, as justificativas registradas pela unidade solicitante no subitem 7.2 do TR em comento encontra correspondência com as hipóteses permissivas do Decreto Federal mencionado (incisos II, III e IV), que atualmente disciplina o art. 15, II, da Lei nº 8.666/93. Por tal motivo, a formação de registro de preços é mesmo procedimento adequado para a aquisição pretendida, posto que melhor atende ao interesse da Administração.

23. Tem-se em relevo, ainda, que poderá a Administração utilizar-se da futura Ata de Registro de Preços por um período de até 12 meses de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU, desde que dentro dos limites quantitativos regulamentares, como também permite desencadeá-lo **independentemente da existência de recursos financeiros para a realização das contratações**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

24. Nesse aspecto, a ausência de programação orçamentária e financeira para o custeio da despesa não configura qualquer irregularidade na medida em que os valores serão empenhados de acordo com as necessidades da Administração. Nesse sentido, veja a regra expressa contida no **§ 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013**: “Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil”.

25. Ademais, a **Orientação Normativa/AGU nº 20, de 01/04/2009**, assim direciona: “Na licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato” (REFERÊNCIA: arts. 15 e 38, *caput*, da Lei no 8.666, de 1993; art. 3º, do Decreto no 3.931, de 2001; Acórdãos TCU 3.146/2004-Primeira Câmara e 1.279/2008-Plenário).

IV – DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

26. A unidade solicitante manifestou-se pela **divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP)** disciplinada pelo § 1º-A do **art. 4º do Decreto Federal nº 7.892/2013**, por entender que a iniciativa é salutar, podendo contribuir para o ganho em escala, caso haja interesse por outros órgãos integrantes do sistema SIASG, conforme subitem 7.3 do TR em comento.

27. Tal instituto encontra-se assim disciplinado:

Art. 4º Fica instituído o procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP, a ser operacionalizado por módulo do Sistema de Administração e Serviços Gerais - SIASG, que deverá ser utilizado pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, para registro e divulgação dos itens a serem licitados e para a realização dos atos previstos nos incisos II e V do caput do art. 5º e dos atos previstos no inciso II e caput do art. 6º.

§ 1º-A O prazo para que outros órgãos e entidades manifestem interesse em participar de IRP será de oito dias úteis, no mínimo, contado da data de divulgação da IRP no Portal de Compras do Governo federal. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.488, de 2018\) \(Vigência\)](#)

(...)

§ 3º Caberá ao órgão gerenciador da Intenção de Registro de Preços - IRP: [\(Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2014\)](#)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - estabelecer, quando for o caso, o número máximo de participantes na IRP em conformidade com sua capacidade de gerenciamento; ([Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2014](#))

II - aceitar ou recusar, justificadamente, os quantitativos considerados ínfimos ou a inclusão de novos itens; e ([Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2014](#))

III - deliberar quanto à inclusão posterior de participantes que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da IRP. ([Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2014](#))

§ 4º Os procedimentos constantes dos incisos II e III do § 3º serão efetivados antes da elaboração do edital e de seus anexos. ([Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2014](#))

§ 5º Para receber informações a respeito das IRPs disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal, os órgãos e entidades integrantes do SISG se cadastrarão no módulo IRP e inserirão a linha de fornecimento e de serviços de seu interesse. ([Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2014](#))

§ 6º É facultado aos órgãos e entidades integrantes do SISG, antes de iniciar um processo licitatório, consultar as IRPs em andamento e deliberar a respeito da conveniência de sua participação. ([Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2014](#))

28. Verifica-se, portanto, que a manifestação acima descrita está em consonância com o dispositivo legal supramencionado. No âmbito deste Tribunal, fixou-se o seguinte procedimento para a operacionalização da IRP:

- a) manifestação da unidade solicitante quanto sua adoção ou não, no próprio TR;
- b) manifestação do titular da SAOFC;
- c) deliberação da autoridade administrativa na oportunidade da análise da despesa.

29. Destaca-se que a autorização de participação dos órgãos interessados na licitação de Registro de Preços é competência do Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade, conforme art. 3º da Portaria TRE/RO nº 66/2018, ainda vigente.

V – DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

30. Acerca do valor estimado, é necessário fazer alguns apontamentos. O Tribunal de Contas da União (TCU) orienta sobre o procedimento de aferição do valor a ser utilizado no certame como parâmetro para mensurar o preço aceitável de determinado objeto. Veja-se:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

AC 0265/2010 ATA 05 - PLENÁRIO- Relator: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

[Auditoria. Tecnologia da Informação. Estimativa de preços.]
[ACÓRDÃO]

9.1. determinar à Caixa Econômica Federal - CEF que:
[...]

9.1.12. realize uma detalhada estimativa de preços com base em pesquisa fundamentada em informações de diversas fontes propriamente avaliadas, como, por exemplo, cotações específicas com fornecedores, contratos anteriores do próprio órgão, contratos de outros órgãos e, em especial, os valores registrados no Sistema de Preços Praticados do SIASG e nas atas de registro de preços da Administração Pública Federal, de forma a possibilitar a estimativa mais real possível, em conformidade com os arts. 6º, inciso IX, alínea "f", e 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/97;

31. Requisito também exigido pelo **art. 15 do Decreto n. 10.024/2019**, a apuração do valor estimado tem regras próprias definidas por este órgão no documento padronizado denominado **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO**, que no caso em análise, foi juntado ao processo no evento [0818632](#).

32. Nesse documento consta que foram considerados, na formação dos **preços de mão-de-obra**, estimativa a partir dos componentes estabelecidos na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, dos valores de salários base e benefícios constantes da Convenção Coletiva de 2022 do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Terceirização em Geral e Prestação de Serviços do Estado de Rondônia – SINTELPES/RO e do Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Pública e Locação de mão-de-obra do Estado de Rondônia – SEAC-RO, neste ato denominada CCT 2022. As rubricas de valores variáveis foram estimadas tomando como base o contrato de Apoio Administrativo atualmente em vigor, firmado com a empresa Limpar Limpeza e Conservação Ltda, Proc. SEI n. [0000751-95.2018.6.22.8000](#).

VI – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

33. No âmbito do Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ editou a **Resolução nº 400, de 16 de junho de 2021**, que institui a atual política de sustentabilidade.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

34. Sobre contratações, esta norma reforça a promoção de prática de gestão sustentável, racionalização e consumo consciente nesta seara é competência dos núcleos socioambientais e orienta as etapas de sua efetivação (art. 20). Ademais, menciona que as aquisições e contratações feitas pelos órgãos do Poder Judiciário deverão observar os critérios de sustentabilidade quanto aos bens, serviços e obras, enumerando algumas opções (art. 21 e seus incisos), bem como deverá ser instituído no órgão guia de contratações sustentáveis, com o intuito de orientar a inclusão de critérios e práticas de sustentabilidade a serem observados na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços (art. 22).

35. No item III do TR nº 4/2022-SEAP, a unidade solicitante elencou os critérios de sustentabilidade ambiental que deverão ser atendidos pela contratada. O que atende, portanto, a legislação acima citada.

36. Cabe, ainda, o registro de que, no âmbito deste Tribunal, existe a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável e, recentemente, foi criada a Seção de Sustentabilidade e Acessibilidade (SESUA).

VII – DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

37. Cumpre acentuar que a Administração deverá observar, em razão do valor estimado da contratação, a **INAPLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME**, conquanto o valor total estimado da contratação pretendida excede o limite legal de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) estabelecidos pelo art. 49, I, da LC 123/2006 e pelo art. 6º, do Decreto nº 8.538/2015, patamar que afasta a exclusividade de participação no certame de microempresas e empresas de pequeno porte. Todavia, desde que ausentes causas justificadoras que conduzam a desfecho contrário, estará garantida a participação dessa categoria econômica de empresas, com todas as regras de preferência a elas aplicáveis.

38. Outrora, esta unidade jurídica enfrentou algumas análises a respeito de empresas que mudam seu regime tributário durante a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

vigência da contratação. Salutar no Edital de Pregão Eletrônico o registro trazido no item 4.5 do TR - ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS, subitem 4.5.14, vejamos:

4.5.14. Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, **o licitante Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional**, que, por ventura venha a ser contratado, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, **em decorrência de sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação** em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, art. 30, inciso II e art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações. Assim:

- O licitante optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratado, após a assinatura do contrato, no prazo de 60 (sessenta) dias, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação a opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do art. 430 da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;
- Caso o licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, o próprio Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.
- A vedação de realizar cessão ou locação de mão de obra de que trata a observação 3 não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, conforme dispõe o art. 18, § 5º-H da mesma Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

4.5.15. O licitante deve preencher a rubrica RAT/FAP da planilha de custo com o valor do RAT de sua atividade preponderante e de seu FAP, a serem comprovados no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação de GFIP ou outro documento apto a fazê-lo.

39. No caso em tela, o valor estimado de R\$ 1.311.576,39 (um milhão, trezentos e onze mil, quinhentos e setenta e seis reais e trinta e nove centavos), é bastante superior ao teto que possibilita a aplicação do referido regime de exclusividade previsto pelo artigo 48, inciso I, da LC n. 123/2006.

40. Por seu turno, constata-se que, dada a **unicidade do objeto**, amplamente justificada no subitem 3.10 do TR, torna-se impossível aplicar o regime de cotas destinadas às ME/EPP's posto que os serviços foram descritos como indivisíveis para fins da contratação de uma única



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

empresa especializada, motivo pelo qual também não terá lugar a regra do **inciso III do art. 48 da LC n. 123/2006**.

VIII – OUTRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O TERMO DE REFERÊNCIA

41. Observa esta AJDG que “diárias” para viagens não compõe os itens de remuneração, faz parte de benefícios, ainda que habituais, nos termos dos artigos 457 e 458 da CLT.

42. Nenhum reparo ao **agrupamento dos postos de serviços em lote único, à luz da justificação contida no subitem 3.10 do TR.** Tal procedimento se encontra amparado em reiteradas decisões do TCU, *vg*, nos **Acórdão nº 5.260/2011 - 1ª Câmara e 861/2013 – Plenário**, os quais, sem afastar a aplicação da **Súmula 247 do TCU**, definem a licitude dos agrupamentos em lotes de itens a serem adquiridos por meio de pregão, **desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si.**

43. Nesse caso a unidade solicitante SEAP, justifica o agrupamento dos postos nessa medida:

3.10.1. A distribuição dos postos de trabalhos foi dimensionada em relação aos locais de prestação de serviço, ou seja, por municípios. No entanto, verifica-se a unicidade dos serviços a serem prestados, sendo necessária a mesma gestão por uma única prestadora de serviço. Além disso, as quantidades estimadas de postos por cada localidade são reduzidas, podendo levar ao desinteresse dos licitantes se considerados os itens de forma individual (postos por municípios). Diante desse quadro, a formação de lote único proporcionará a Administração um ganho de escala, uma vez que essa alternativa certamente será atrativa aos licitantes, que poderão ofertar melhores preços na garantia de que os postos de serviços que compõem o lote serão fornecidos por uma única contratada. Tal diretiva vai ao encontro de entendimentos do TCU, ao proferir o Acórdão TCU nº 861/2013 – Plenário. Nesse julgado, a Relatora Ministra Ana Arraes sustentou os seguintes argumentos para o agrupamento de itens em lotes:

“(…) lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação: fornecimento, vida útil do móvel e garantias dos produtos”. E mais: “O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública.”

3.10.2. Como visto, o próprio TCU reconhece que o agrupamento de itens que possuem idêntica natureza é perfeitamente justificável quando se busca promover a eficiência da gestão dos contratos administrativos no setor público, hipótese perfeitamente aplicável na contratação pretendida por este Regional. De fato, o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

agrupamento em lote único aumentará a eficiência administrativa do órgão contratante, pois reduzirá o número de contratados e, consequentemente, racionaliza e reduz o custo administrativo para o gerenciamento dos contratos.

3.10.3. Observa-se também que o agrupamento dos itens não prejudicará a ampla concorrência do certame. Isso porque os serviços que integram o lote não são distintos, na verdade, são idênticos. Dessa forma, uma empresa da Capital ou do interior – ou mesmo de outro Estado – que pode ofertar propostas para um item, também pode ofertar para o lote que possui idênticos serviços.

3.10.4. Esse quadro fornece, em resumo, as seguintes justificativas para o agrupamento proposto:

1. idêntica natureza dos serviços;
2. o agrupamento trará competitividade potencial ao certame, na medida que torna a competição atrativa em relação ao pequeno número de postos previstos para cada município que receberá os profissionais;
3. racionalidade na gestão pela possibilidade de reduzir o número de empresas contratadas, sem prejuízo à competitividade do certame. Nesse sentido, verifica-se que o agrupamento encontra-se de acordo com as diretrizes definidas pelo Acórdão TCU nº 861/2013-Plenário.

44. Cuidou com esmero o Termo de Referência, das regras contratuais em geral, elaborando as normas para os procedimentos prévios à assinatura do contrato; ao período de execução e vigência; a garantia contratual; a conta - depósito vinculada bloqueada para movimentação; do pagamento; do ANS; das obrigações das partes; penalidades; e da gestão e fiscalização do contrato.

45. Para cumprimento das inúmeras diretrizes emanadas da **Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 5, de 25 de maio de 2017**, verifica-se que o termo de referência se empenhou para atender todas essas orientações, bem como em harmonia com o planejamento estratégico do TRE/RO, traz em seu bojo, através de uma extensa e meticulosa redação, elementos necessários.

46. Destaque em seu bojo para o item 13 - Acordo de Nível de Serviço (ANS), ferramenta que possibilita maior eficiência às contratações públicas, um importante aliado para o gestor e fiscal de contrato no sentido de dispor de um mecanismo no qual lhe permite ter um parâmetro de referência, quando do ateste da prestação de serviço, além de dar suporte para a fiscalização, atendendo as necessidades do desempenho operacional, os quais passam a ter maior controle, dispondo de um serviço de qualidade, com um custo adequado e o que é mais importante, garantindo que todos os preceitos legais sejam seguidos a contento.

47. Por fim, esta Assessoria Jurídica verifica que o Termo de Referência em questão cuidou de inserir em sua forma todas as diretrizes disciplinadas pela IN MPDG Nº 05/17, como, por exemplo, os valores



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estimados com base na CCT 2022 da categoria e, também, não deixou de se atentar as normas da CLT ao incluir jornada de trabalho de 08 (oito) horas de segunda-feira a sexta-feira, com intervalo mínimo de 01 (uma) e máximo de 02 (duas) horas para alimentação e descanso, com a possibilidade de compensação das 04 (quatro) horas do sábado não trabalhados, observando a sua previsão em acordo individual entre empregador e empregado ou previsão de compensação em convenção coletiva de trabalho.

IX – DA CONCLUSÃO

48. Por todo o exposto, considerando a elaboração do **Termo de Referência nº 2/2021** ([0765745](#)), nos moldes dos artigos 8º e 10º da IN nº 04/08, verifica-se que o instrumento contém em sua forma os elementos essenciais definidos no **inciso XI do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19**, motivo pelo qual pode ser apresentado à autoridade competente para atendimento ao **inciso II do art. 14** do mesmo regulamento.

49. Nesse compasso, esta Assessoria Jurídica **opina pela formação de registro de preços**, com fundamento no art. 15, II, da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Federal nº 7.892/2013 e adotado no âmbito deste Tribunal pela Resolução TRE nº 01/2006, para realização da contratação pretendida, por meio da modalidade licitatória **pregão, na sua forma eletrônica, tipo menor preço por lote**, com fundamento na Lei nº 10.520/02 e art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/19, **sem observância do regime de exclusividade destinado às ME/EPP's**, haja vista que o valor estimado para lote ultrapassa o limite balizado pelo art. 6º do Decreto Federal nº 8.538/2015, que regulamentou a LC nº 123/06, salvo comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos (art. 1º, § 4º, do Decreto nº 10.024/19).

50. O edital de licitação, caso aprovada a pretensão pela autoridade superior, deve estabelecer o tipo de licitação, em conformidade com o que determina o § 1º do art. 45 da Lei nº 8.666/1993, para a contratação dos serviços pretendidos, o qual deverá ser o de **menor preço global** oferecido para o **lote único do certame**, conforme os critérios de aceitação de proposta apresentados no **item 6** do TR.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

51. Na busca da proposta mais vantajosa e não se tratando de critério de julgamento pelo maior desconto, geralmente nas licitações desta Administração há a **restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação**, conforme disciplinado no **art. 15 do Decreto nº 10.024/2019**. Porém, esta Assessoria Jurídica entende que, nesse caso especificamente, deve ser divulgado o valor estimado dos serviços, pois restringir sua divulgação poderá vir a resultar em licitação frustrada, vejamos os motivos:

- existe a necessidade de composição dos preços unitários que deverão ser informados nas planilhas a serem encaminhadas durante o certame pelos licitantes; e
- os valores referenciais que compõe as planilhas em sua maioria são fixados por normas estipuladas na CLT e em ACT da categoria, o que não permite variações, ficando apenas uma parte dos valores variáveis definidos por cada licitante;
- a divulgação dos preços estimados valeria para ampliar a competitividade e despertar o interesse das empresas do mercado local e,
- dar publicidade e celeridade ao certame.

52. Em outro giro, o próprio TCU já adotou posição diversa sobre o assunto abaixo exemplificada:

1. Na licitação na modalidade pregão, o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários não constitui um dos elementos obrigatórios do edital, devendo estar inserido obrigatoriamente no bojo do processo relativo ao certame. Ficará a critério do gestor, no caso concreto, a avaliação da oportunidade e conveniência de incluir esse orçamento no edital ou de informar, no ato convocatório, a sua disponibilidade aos interessados e os meios para obtê-lo. **Acórdão nº 114/2007, Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler.**

9. Assim, ressalvada a necessidade de que as estimativas estejam presentes no processo, acredito que deve ficar a critério do gestor a decisão de publicá-las também no edital, possibilitando desse modo que adote a estratégia que considere mais eficiente na busca pela economicidade da contratação. **Acórdão nº 1405/2006, Plenário, rel. Min. Marcos Vinício Vilaça**

53. Registra-se que não há minuta do contrato juntada aos autos. Este documento deve sistematizar as regras aplicáveis ao futuro ajuste, conforme as normas da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam as contratações públicas, e assim produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Nesse compasso, a minuta do instrumento contratual deve constar como anexo do instrumento convocatório para, em cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93, receber a análise desta Assessoria Jurídica.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

54. Por fim, registra-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que inabilitada regimentalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto e das planilhas e cálculos existentes nos autos.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **TAHIS SILVANA**

IOCCA, Assessor Jurídico, em 26/05/2022, às 18:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0835183** e o código CRC **106DBEE4**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002845-11.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Formação de registro de preços - Contratação de empresa especializada em prestação de serviços terceirizados de apoio administrativo para suporte às eleições de 2022.

DESPACHO Nº 651 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Administração Predial - SEAP, visando à formação de registro de preços para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de apoio administrativo, para atuação nos cartórios eleitorais do estado de Rondônia, no período de 17/08/2022 a 04/11/2022, para suporte às Eleições de 2022 ([0731945](#)).

Carreou-se aos autos o documento de formalização da demanda ([0731951](#)); estudos técnicos preliminares ([0818245](#)); análise de risco ([0818255](#)); informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([0818632](#)); e o termo de referência ([0827687](#)), contendo detalhada



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

especificação do objeto, justificativa, planejamento estratégico, critérios de sustentabilidade ambiental, estimativa de preços, critérios de aceitação do objeto, obrigações das partes, pagamento, sanções administrativas e gestão e fiscalização do contrato.

A contratação foi estimada no valor de R\$ 1.311.576,39 (um milhão, trezentos e onze mil quinhentos e setenta e seis reais e trinta e nove centavos), nos termos do item 4.7 do TR ([0827687](#)).

Após as diligências cabíveis, a COMAP concluiu que o TR, complementado pela pesquisa de preços e demais elementos ao processo, encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002, art. 3º, XI do Decreto Federal n. 10.024/2019, regras do Decreto Federal n. 7.892/2013 e, ainda, às disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008 ([0828724](#))

Por se tratar de Registro de Preços, dispensada a programação orçamentária.

Instada, a AJSAOFC opinou pela possibilidade de aprovação do TR; pela formação de registro de preços, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, tipo menor preço por lote, com fundamento na Lei nº 10.520/02 e art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/19, sem observância do regime de exclusividade destinado às ME/EPP's; e pela divulgação do valor estimado dos serviços. Ademais, tendo em vista que a minuta do contrato não foi juntada aos autos, ressaltou que a minuta do instrumento contratual deve constar como anexo do instrumento convocatório para, em cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93, receber a análise daquela assessoria jurídica ([0835183](#)).

Por sua vez, a SAOFC se manifestou pela aprovação do ETP e do TR; pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado; pela autorização de licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, por "menor preço por lote", adotando-se o sistema de registro de preços, com registro de intenção de registro de preços; pela inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPPs; pela aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental; e pela restrição na divulgação dos valores estimados para a contratação ([0836289](#)).

Inicialmente, necessário esclarecer que, embora tenha sido publicada a Lei nº 14.133, em 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo), seu artigo 191 combinados com o artigo 193 permite a utilização da lei nº 8.666/93 por dois anos após a publicação da referida lei, momento este que ocorrerá a revogação daquela (1º/04/2023).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Analisando os autos, verifica-se a viabilidade de contratação de atividades auxiliares na prestação dos serviços desta justiça especializada, fundamentada a terceirização pretendida no art. 4º-A da Resolução TSE n. 23.234/2010. Além disso, o objeto atende às condições necessárias para contratação desse tipo de atividade, enquadrando-se nas hipóteses estabelecidas no art. 5º, incs. I, alíneas “a” e “b”, e II, todos da Resolução 23.234/2010-TSE. Ademais, não está presente, no caso concreto, o enquadramento na vedação de contratação de atividades que sejam inerentes às especialidades constantes do quadro de pessoal do TRE, prevista no art. 5º da mesma Resolução.

Cabe ainda observar que, em virtude de os padrões de desempenho e qualidade dos serviços pretendidos poderem ser definidos no edital, não necessitando de uma avaliação minuciosa, definindo-se como comuns, tem-se como imperiosa a adoção da modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, em cumprimento ao art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/19.

Quanto à formação de registro de preços, as justificativas registradas pela unidade solicitante no subitem 7.2 do TR encontram-se de acordo com a hipótese permissiva do Decreto Federal nº 7.892/2013, que regulamenta o art. 15, inciso II, da Lei nº 8.666/93. Por tal motivo, a formação de registro de preços é mesmo o procedimento adequado para a aquisição pretendida, posto que melhor atenda ao interesse da Administração.

No tocante à intenção de registro de preços, a unidade solicitante se manifestou pela divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP), por entender que a iniciativa é salutar, podendo contribuir para o ganho em escala, caso haja interesse por outros órgãos integrantes do sistema SIASG, conforme subitem 7.3 do TR em comento. Consoante o item 28 do Parecer Jurídico AJSAOFC [0835183](#), a manifestação está em consonância com § 1º-A do art. 4º do Decreto Federal nº 7.892/2013, que disciplina o instituto de IRP. Outrossim, consta nos autos manifestação favorável da SAOFC ao registro de intenção de registro de preços, nos termos da Manifestação 218 ([0836289](#)).

Sobre o valor estimado da contratação que se pretende efetivar, extrai-se que, na formação dos preços de mão-de-obra, a unidade solicitante lastreou sua pesquisa em estimativa a partir dos componentes estabelecidos na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, dos valores de salários base e benefícios constantes da Convenção Coletiva de 2022 do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Terceirização em Geral e Prestação de Serviços do Estado de Rondônia – SINTELPES/RO e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Pública e Locação de mão-de-obra do Estado de Rondônia – SEAC-RO, neste ato denominada CCT 2022. A SEAP sistematizou sua pesquisa no tópico 4.7 do TR, com base na Informação Conclusiva do Valor Estimado ([0818632](#)), procedimento este que atende às orientações da Corte de Contas Nacional.

Com relação à sustentabilidade, descrita no item III do TR nº 4/2022-SEAP, a unidade solicitante elencou os critérios de sustentabilidade ambiental que deverão ser atendidos pela contratada, para efeitos de cumprimento da Resolução CNJ nº 400/2021.

No que tange ao tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte, entende-se como inaplicável ao certame o regime de exclusividade na participação de MEs e EPPs, porquanto seus valores estimados excedem ao limite legal de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) estabelecido pelo art. 49, I, da LC 123/2006 e pelo art. 6º, do Decreto nº 8.538/2015. Há ainda que se considerar que, dada a unicidade do objeto, amplamente justificada no subitem 3.10 do TR, torna-se impossível aplicar o regime de cotas destinadas às ME/EPP's, posto que os serviços foram descritos como indivisíveis para fins da contratação de uma única empresa especializada, motivo pelo qual também não terá lugar a regra do inciso III do art. 48 da LC n. 123/2006.

Destarte, diante do exposto e dos documentos e informações carreados aos autos, somados à necessidade da aquisição do objeto para atender as demandas deste Tribunal, com base nas atribuições conferidas pela Portaria nº 66/2018:

1 - aprovo o ETP ([0818245](#)) e o Termo de Referência nº 5/2022 ([0827687](#)), porquanto possuem os elementos essenciais definidos no art. 3º, IV e XI, do Decreto Federal n. 10.024/2019;

2 - aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento nº [0818632](#), em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Portaria 101/2021/CNJ e ao Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário;

3 – autorizo a licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, por lote, com fundamento na Lei nº 10.520/02 e no art. 1º, § 1º do Decreto nº 10.024/2019;

4 - determino a utilização do Sistema de Registro de Preços e a divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP), por entender que tal medida pode contribuir para o ganho em escala, caso haja interesse por outros órgãos integrantes do sistema SIASG;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

5 – determino a inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's, com fulcro no art. 6º do Decreto n. 8.538/2015 c/c Lei Complementar n. 123/2006;

6 - determino a aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, consoante tópico III do TR, com fulcro na Resolução CNJ nº 400/2021; e

7 - determino a divulgação dos valores estimados para a contratação, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa, nos termos do art. 15 do Decreto nº 10.024/2019;

À SAOFC para a continuidade, com vistas à contratação pretendida, devendo providenciar a elaboração de minuta do instrumento contratual, consoante orientado no item 53 do Parecer Jurídico 38 ([0835183](#)).



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 31/05/2022, às 16:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0837159** e o código CRC **ED776EFE**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002845-11.2021.6.22.8000.

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL - SEAP

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Formação de Registro de Preços – Eventual contratação de empresa especializada - Prestação de serviços de apoio administrativo para atuação nos cartórios eleitorais do Estado de Rondônia - Suporte às Eleições de 2022. Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 88 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Administração Predial - SEAP com objetivo de abrigar a tramitação da contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de apoio administrativo, para atuação nos cartórios eleitorais do estado de Rondônia, para suporte às Eleições de 2022, consoante Termo de Abertura ([0731945](#)).

02. Após regular instrução e aprovação do certame licitatório pela autoridade administrativa ([0837159](#)), a minuta de contrato ([0839399](#)) e do edital de pregão eletrônico ([0845834](#)) foram objetos de análise e aprovação desta Assessoria no Parecer Jurídico n. 61/2022 ([0847064](#)) para cumprimento da exigência contida no Parágrafo único do artigo 38 da Lei Geral de Licitações e Contratos, embora submetida a conclusão de regularidade dos instrumentos à decisão final da autoridade administrativa, efetivamente ocorrida por meio do Despacho n. 773/2022 ([0847643](#)).

03. Em seguida, publicou-se o Edital de Pregão Eletrônico n. 19/2022 ([0848619](#)) nos meios de divulgação oficial no dia 24/06/2022, consoante documentos comprobatórios de divulgação ([0848630](#)). Constatam-se os seguintes pedidos de esclarecimentos:

I - PE n. 1: Acerca do possível ressarcimento do valor mensal de R\$ 112,00 a cada trabalhador, com despesas de transporte alternativo nos municípios do interior, na forma da CCT/22/23 ([0850208](#)), o qual, após manifestação da unidade demandante ([0850317](#)), foi respondida e afastada pelo Pregoeiro, mantida a regra do edital pelo Princípio da Isonomia Salarial ([0851834](#));

II - PE n. 2: Traz dez quesitos na busca de informações sobre dados que já constam do edital do certame e seus anexos ([0851117](#)), os quais, após manifestação da unidade demandante ([0851133](#)), foram respondidos pelo Pregoeiro - exceto dois deles que não foram claramente formulados - e mantidas as regras editalícias ([0852040](#)).

04. Para instrução do processo, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do PE em análise:

a) Relatórios de propostas do sistema COMPARASNET ([0854851](#));

b) Proposta da licitante **GOLDEN CONSTRUCOES CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA LTDA** - CNPJ n. 10.565.121/0001-34 ([0854921](#) e [0854922](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) E-mail da licitante **LOCTEMP LOCACAO DE SERVICOS E CONSTRUcoes EIRELI** ([0855417](#)), registrando que a empresa **GOLDEN CONSTRUcoes, CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA LTDA** devia ser desclassificada e penalizada por usar de um benefício que não possuía que foi de declarar-se com ME/EPP quando não possuía essa condições.

Em função desse fato e seus desdobramentos, o Pregoeiro solicitou à unidade demandante ([0855425](#) que desconsiderasse o pedido de análise da proposta da GOLDEN.

d) Proposta da empresa **E. R. P. DE OLIVEIRA COMERCIO DE INFORMATICA E SERVICO DE APOIO ADMINISTRATIVO** - CNPJ n. 10.927.661/0001-10 ([0855420](#) e [0855419](#));

e) Manifestações da SEAP acerca da necessidade de ajustes na proposta e, depois de apresentada com as alterações, pelo cumprimento das regras editalícias da proposta e dos documentos de habilitação da empresa **E. R. P. DE OLIVEIRA** ([0855452](#) e [0855958](#));

f) Ata do Pregão Eletrônico ([0856277](#));

j) Resultado por fornecedor ([0856278](#));

k) Termo de adjudicação ([0856279](#));

l) Comprovantes de envio do resultado do certame para publicação ([0856281](#)).

05. Por fim, o Pregoeiro relata as principais ocorrências do certame em seu Relatório n. 41/2022 ([0856282](#)). Assim instruídos, os autos foram remetidos pela SLC a esta AJDG para análise dos atos praticados na licitação ([0856282](#)). **É o relatório.**

II – DA ANÁLISE JURÍDICA DO PE N. 19/2022



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

06. Desencadeadas a fase externa da competição, nota-se o cumprimento da exigência contida no art. 25 do Decreto Federal n. 10.024/2019, dando-se as devidas divulgações dos avisos de licitação ([0848630](#)), com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis das publicações até o recebimento das propostas. Nas publicações dos avisos constam a definição precisa, suficiente e clara do objeto; a indicação dos locais, das datas e dos horários em que poderá ser lido ou obtido o edital e o endereço eletrônico no qual ocorrerá a sessão pública com a data e o horário de sua realização, requisitos listados pelo art. 3º do mesmo Decreto.

07. Passa-se às análises dos procedimentos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos, senão vejamos:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnações ao edital:

Conforme consta do relato, foram recebidos dois pedidos de esclarecimento ao edital, ambos, após as manifestações da unidade demandante do objeto ([0852040](#) e [0851242](#)), respondidos e divulgadas pelo pregoeiro ([0851834](#) e [0852040](#), na forma do art. 23 do Decreto Federal n. 10.024/2019.

A análise dos elementos que constam dos referidos incidentes revela que o Pregoeiro deu a eles o desfecho adequado, prestando as respostas solicitadas de acordo com a redação do edital e mesmo aos princípios jurídicos a que as normas editalícias estão submetidas. Assim, visto que os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro não importaram em alterações nas regras do edital, corretamente o certame foi mantido para a data prevista para a Sessão Pública, nos termos da parte final da redação do § 4º do artigo 21 da Lei n. 8.666/93.

0856277or tal motivo, Não houve impugnações ao edital.

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve.

c) Lances: Os lances estão registrados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico n. 19/2022 ([0856277](#)). Não houve recusa de lances.

d) Item deserto: Não houve.

e) Cancelados na aceitação: Não houve.

f) Aceitação/negociação: Nesta fase o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico – *chat* -, a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de obter preço ainda melhor,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

observado o critério de julgamento. As ocorrências estão registradas nos itens 5.3 do Relatório do Pregoeiro ([0856282](#)).

Referido relato registra incidente pouco comum no âmbito das licitações promovidas por este órgão que diz respeito à licitante **GOLDEN CONSTRUCOES, CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA LTDA**. Segundo informa o Pregoeiro, por meio de mensagem eletrônica apresentada pela também licitante **LOCTEMP LOCAÇÃO DE SERVICOS E CONSTRUCOES EIRELI** ([0855417](#)), tomou conhecimento de uma possível irregularidade na declaração de ME/EPP, cujos textos, para fins de análise neste parecer, decidiu-se reproduzir adiante em sua literalidade:

Em qui., 7 de jul. de 2022 às 10:14, LOCTEMP - LOCAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS LTDA ME LOCTEMP escreveu:

Solicitamos especial gentileza de de observa o desempate entre as empresas em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, para a cobertura do valor de R\$ 225.000,00 da empresa GOLDEN CONSTRUCOES, CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA LTDA, tendo em vista que a mesma não poderia ter se DECLARADO com EPP no sistema COMPRASNET pois teve uma um Faturamento de R\$ 4.980.277,23, conforme DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2021, do seu BALANÇO DE 2021. Conforme a Lei Complementar 123 de 14/12/2006 Microempresa (ME): faturamento de até R\$ 360 mil por ano; Empresa de Pequeno Porte (EPP): o limite de faturamento EPP é de até R\$ 4,8 milhões por ano, Empresa de médio porte: receita bruta anual acima de R\$ 4,8 milhões, sem limite para o faturamento. Solicitamos ainda, abertura de processo administrativo para apurar a declaração falsa da GOLDEN CONSTRUCOES, CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA LTDA BALANÇO EM ANEXO Gentileza proceder com o desempate,

Atenciosamente,

Eladio Milhome

Diretor

=====

De: LOCTEMP - LOCAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS LTDA- ME LOCTEMP Enviada em: quinta-feira, 7 de julho de 2022 14:39 Para: Andercledson Reis Cc: Hermenson Pereira da Silva ; Jaidê Rabelo Bento Assunto: Re: PREGÃO Nº 019/2022 - DESEMPATE ENTRE LICITAÇÃO - DIREITO DE PREFERENCIA ME/EPP

Prezado Senhor Pregoeiro, Justificamos que a empresa GOLDEN CONSTRUCOES, CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA LTDA, devia ser desclassificada e penalizada por usar de um benefício que não possuía que foi de declara com ME/EPP quando não possuía essa condições. Atenciosamente, Eladio Milhome Diretor



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Ainda de acordo com o relato do Pregoeiro, com base nos itens 4.2.2 e 19.6 do edital e considerando seu dever de diligência, questionou a licitante GOLDEN CONSTRUÇÕES, via *chat*, sobre os fatos narrados na denúncia. Em resposta, a licitante admitiu que teve no exercício de 2021 faturamento superior ao teto de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões oitocentos mil reais), declaração registrada na ata do certame ([0856277](#), *chat 07/07/2011, às 15h22m*). A licitante informou, ainda, que já solicitara seu desenquadramento como ME/EPP, mas afirmou que seu balanço patrimonial saiu somente em maio/2022 e que seu desenquadramento pode levar até 6 (seis) meses nos órgãos competentes.

Registra o Pregoeiro que a licitante declarou conhecer as regras do edital ([0856275](#)) e declarou, sob as penas da Lei, que **não ultrapassou o limite de faturamento**, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006 ([0856276](#)), situação que torna apta para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida norma.

Assim, registra o Pregoeiro, tratando-se de teto legal para fruição de benefícios em processos licitatórios (art. 3º da Lei Complementar 123/06), a licitante não poderia ignorar a regra.

A declaração em discordância com a realidade fática impediu que o sistema operasse automaticamente o desempate ficto previsto no § 2º do art. 44 da Lei Complementar 123/06. Não sendo possível desfazer a declaração no sistema e não sendo possível o retorno à fase de lances, restou ao Pregoeiro a **recusa da proposta da empresa**, com base no item 4.5, "c", do edital. Informa, ainda, que vez recusada a proposta, o sistema operou automaticamente o desempate ficto previsto no § 2º do art. 44 da Lei Complementar 123/06, retornando o procedimento à normalidade.

Por fim, o Pregoeiro entende que **poderá a autoridade superior**, caso queira, **determinar a apuração de responsabilidade da licitante** e, caso assim entenda, ao seu sentir, pela justificativa apresenda pela licitante GOLDEN CONSTRUÇÕES, que não houve má-fé da empresa. Segundo registra, teria havido uma equivocada conclusão da empresa de que o mero cadastro no órgão de comércio seria justificativa suficiente para usufruir os benefícios de EPP em licitações, ignorando que o critério legal não é esse, mas o faturamento no exercício anterior.

Acerca do inusitado incidente, verifica-se que o **Tribunal de Contas da União** tem diversos precedentes no sentido de que



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a participação em licitação reservada a microempresas (ME) e a empresas de pequeno porte (EPP), por sociedade que não se enquadre na definição legal dessas categorias, **configura fraude ao certame**, conforme acórdãos listados adiante com uma síntese dos comportamentos analisados em cada caso:

ACÓRDÃO N.º 2846/2010-PLENÁRIO, TC-008.552/2010-0, REL. MIN. WALTON ALENCAR RODRIGUES, 27.10.2010:

(...)

22. *Contudo, a Interessada, além de omitir-se do dever de atualizar sua condição, de forma a atender ao disposto no § 9º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, mediante o pedido de desenquadramento da situação de EPP previsto na alínea c.2 do inciso II do parágrafo único do art. 1º da IN-DNRC nº 103/2007, nos anos de 2007 e 2008, sagrou-se vencedora de licitações restritas à participação de ME e EPP, conforme restou demonstrado no levantamento que deu origem ao presente processo.*

(...)

ACÓRDÃO N.º 1782/2012-PLENÁRIO, TC-012.545/2011-2, REL. MIN. AUGUSTO NARDES, 11.07.2012:

(...)

3. *Conforme a documentação apresentada, formada por cópias de notas fiscais emitidas pela RLP e consultas realizadas em sistemas oficiais, a empresa teria auferido faturamento, em 2009, superior ao limite de R\$ 2.400.000,00, previsto na Lei Complementar 123/2006, para caracterizá-la como EPP. Com isso, em 2010, a recorrente, segundo a representação, deveria ter alterado seu enquadramento na junta comercial, na forma do art. 1º da Instrução Normativa/DNRC 103/2007; e do art. 3º, §9º, da Lei do Simples Nacional.*

4. *Além dos documentos citados, a representante juntou cópias de pregões restritos às microempresas – ME e empresas de pequeno porte – EPP, de órgãos federais, realizados em 2010, nos quais a empresa declarou-se EPP e venceu as competições.*

(...)

ACÓRDÃO N.º 2066/2013-PLENÁRIO, TC-008. 552/2010-0, REL. MIN. RAIMUNDO CARREIRO, 20.02.2013:

(...)

28. (...) *aplica-se, ao presente caso, o entendimento constante no relatório que fundamenta o [Acórdão 1782/2012-TCU-Plenário](#) (proferido no processo de representação TC [Processo 012.545/2011-2](#) quando da apreciação de pedido de reexame interposto contra o [Acórdão 3074/2011-TCU-Plenário](#)), no sentido de que “a apresentação de declarações divergentes da realidade e a participação deliberada e vitória em certames exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte demonstram conduta passível de apenação com a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração por curto período”. (grifei)*

(...)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Muito embora os acórdãos acima listados dizgam respeito a certames destinados exclusivamente a ME/EPSS, tem-se que a situação jurídica por eles relatadas é idêntica à ocorrida no caso em exame. A leitura dos excertos reproduzidos acima revela que o TCU tem sancionado com rigor esse tipo de conduta perpetrada por licitantes que declaram falsamente o seu enquadramento econômico, insistem na falsidade e culminam por produzir um **resultado concreto viciado pela distorção da realidade fática**. Para o TCU, além de afrontar as regras da LC n. 123/2006, esses comportamentos atentam contra os princípios de lisura e isonomia que regem a disputa e que, por conta disso, os agentes terminam vencendo o certame em disputa e contratando com a Administração de forma fraudulenta.

Contudo, O TCU tem reconhecido a atipicidade da conduta quando originária de erro justificável e que não tenha gerado prejuízo às demais competidoras e, sobretudo, ao Erário. Nesse sentido são as conclusões do acórdão adiante reproduzido em parte, que ainda cita como precedentes os **Acórdãos 2924/2010 e 1353/2013, ambos do Plenário**:

Acórdão nº 2392/2014 - TCU- PLENÁRIO, TC-028.788/2012-5, Relator: Ministro Reimundo Carreiro. Data de Julgamento: 10/09/2014

Voto:

(...)

3.

(...)

*No Tribunal de Contas da União, bem como em outras Cortes de Contas estaduais e municipais, nas localidades em que estas ainda existem, em casos semelhantes ao que ora se examina, considerados de **baixa materialidade**, a postura adotada tem sido a de **ALERTAR, RECOMENDAR ou SUGERIR** que os responsáveis se abstenham da prática das condutas consideradas reprováveis no futuro.*

4. De fato, assiste razão à embargante. Em que pese a gravidade da falha, há de se considerar que a irregularidade ocorreu em um certame, cuja o valor bruto arrecadado atingiu R\$ 16.240,00, o que foi reconhecido na instrução da unidade técnica (peça 23, p. 9). Contudo, tal fato não foi levado em conta quando da prolação do [Acórdão 1535/2013-TCU-Plenário](#). **Em caso similar esta Corte decidiu que, dada a baixa materialidade envolvida, seria suficiente emitir alerta à empresa, conforme excerto, a seguir transcrito, do Voto condutor que fundamentou o [Acórdão 2924/2010-TCU-Plenário](#):**

“Embora considere falha grave a omissão da empresa, julgo que, dada a baixa materialidade dos procedimentos licitatórios exclusivos para ME ou EPP em que participou e ganhou, total de R\$ 25.105,00 relativos a seis procedimentos ocorridos em 2008, representando percentual inferior a 0,5% dos valores auferido pela firma



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

em licitações com órgãos públicos, é suficiente alertar a empresa de que a repetição da infração ensejará a declaração de sua inidoneidade, impossibilitando que contrate com o Poder Público por até 5 anos.”

5. No mesmo sentido, decidiu o TCU ao proferir Acórdãos nº 2.924/2010 e nº 125/2014, ambos do Plenário.

6. Há de se considerar, ainda, dois pontos. Primeiro, que após a identificação do erro a empresa embargante solicitou o seu desenquadramento para os fins da LC 123/2006. Segundo, que apesar da falha, o órgão efetuou a aquisição pelo menor preço, não havendo, portanto, prejuízo ao Erário ou para as demais concorrentes das licitações analisadas.

7. Assim, tendo em vista a similaridade dos casos, julgo que para a presente Representação deva ser dado o mesmo encaminhamento dos [Acórdão 2924/2010-TCU-Plenário](#) e nº 125/2014 – Plenário. Para tanto, constatada a omissão no âmbito do [Acórdão 1535/2013-TCU-Plenário](#), devem os presentes Embargos de Declaração ser acolhidos, com efeitos infringentes, alterando a Decisão guerreada para que a empresa seja alertada de que a repetição da infração ensejará a declaração de sua inidoneidade, impossibilitando que contrate com o Poder Público por até 5 anos.

(...)

No caso em análise, tem-se os seguintes comportamentos e desdobramentos. A empresa declarou expressamente que detinha a condição de ME/EPP. Esse fato está materializado na declaração do sistema do Pregão Eletrônico juntado ao processo no evento [0856276](#). Contudo, quando questionada sobre o referido enquadramento, de acordo com o registro na ata do certame ([0856277](#)), assim se manifestou:

07/07/2022 15:12:07: Boa tarde, prezados, afirmamos que nosso balanço patrimonial de 2021, saiu no final do mês do maio de 2022, a **empresa está em processo de desenquadramento do mesmo, temos até 06 meses para fazer o lô**. A empresa está no lucro presumido, e vale salientar que não usufruimos em momento algum do critério da Lei para empresas EPP!

07/07/2022 15:12:47: Ficamos em primeiro lugar, e mantivemos nossa proposta. A empresa será desenquadrada e os custos serão feitos o cálculo com a receita e seu devido repasse.

07/07/2022 15:12:55: Em pagamento da DARF. (sem destaques no original)

Depois, quando indagada pelo Pregoeiro se teve receita bruta superior a R\$ 4.800.000,00 no ano de 2021, por fim respondeu:

07/07/2022 15:22:59: sim, tivemos. conforme balanço.

07/07/2022 15:23:19: **Com isso a empresa será desenquadrada, mas ainda está registrada na Junta Comercial de GO, como EPP.** (sem destaques no original)

Em consequência, na forma registrada pelo Pregoeiro, como não há a funcionalidade de desfazer a declaração no próprio sistema e também não sendo possível o retorno à fase de lances, restou ao Pregoeiro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a **recusa da proposta da empresa**, com base no item 4.5, "c", do edital. Uma vez que recusada a proposta, o sistema operou automaticamente o desempate ficto previsto no § 2º do art. 44 da Lei Complementar 123/06, retornando o procedimento à normalidade.

Esses registros levam às seguintes conclusões:

Primeiro, a empresa não negou que obteve, no exercício de 2021, faturamento superior ao limite do enquadramento de ME/EPP, registrou que o balanço só foi publicado em maio de 2022 e que já entrou com o pedido de desenquadramento no órgão competente do comércio de seu estado, o que leva a crer, como já registrado pelo Pregoeiro, que tinha a impressão equivocada que, enquanto não estivesse desenquadrada dessa categoria econômica na Junta Comercial poderia continuar agindo como ME/EPP;

Segundo, embora irregular na sua essência, a conduta não produziu qualquer prejuízo material ao certame, posto que após a recusa da proposta o sistema operou automaticamente o desempate ficto previsto no §2º do art. 44 da Lei Complementar 123/06, retornando o procedimento à normalidade;

Terceiro, também não houve prejuízo ao Erário. A proposta vencedora do certame no valor de R\$ 1.233.811,72, situou-se em patamar inferior ao valor estimado para a contratação de R\$ 1.311.576,39.

Assim, verifica-se que as alegações da licitante **GOLDEN CONSTRUÇÕES, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA URBANA LTDA.**, afasta a certeza de que essa tenha agido deliberadamente má fé dirigida ao falseamento da verdade no certame em que participou. Mais importante ainda é que, com a recusa da sua proposta, foi afastado qualquer prejuízo aos demais competidores da licitação e, sobretudo, ao Erário que logrou a obtenção de uma proposta com valor abaixo daquele estimado pela Administração.

Em casos como tais, pode-se reprisar o que ficou assentado no Acórdão 2392/2014-P antes referido:

No Tribunal de Contas da União, bem como em outras Cortes de Contas estaduais e municipais, nas localidades em que estas ainda existem, em casos semelhantes ao que ora se examina, considerados de baixa materialidade, a postura adotada tem sido a de ALERTAR, RECOMENDAR ou SUGERIR que os responsáveis se abstenham da prática das condutas consideradas reprováveis no futuro. (sem destaques no original)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Ademais, havendo diversos entendimentos firmados pela Corte de Contas Nacional, que inclusive noticia, conforme visto no mesmo acordo, precedentes no âmbito do STJ para comportamentos de baixa materialidade, repita-se, sem prejuízo concreto aos demais competidores e à Administração Pública, entende-se desarrazoada a abertura de procedimento administrativo visando a apuração da conduta descrita no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e do Decreto Federal n. 10.024/2019, para eventual aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciamento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, como reproduzido no item 18.2 do edital do certame, que diz respeito ao tipo *fazer declaração falsa*, procedimento também regido pelos arts. 53 e sgs. da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008, aplicada ao caso pela disposição expressa do item 15.4 do edital do certame.

Importante registrar, ainda, os princípios e critérios que regem o **Processo Administrativo Federal**, arrolados pela **Lei n. 9.784 de 29 de janeiro de 1999** e que, pode-se dizer, estabelece comandos de razoabilidade e proporcionalidade, além de uma relação efetiva do **binômio necessidade x utilidade** na ação dos agentes da Administração. Assim, *in verbis*:

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

I - atuação conforme a lei e o Direito;

....

VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

...

Por fim, deve-se ter em mente, além dos robustos precedentes citados e os princípios legais aplicáveis ao caso, os altos custos de procedimento dessa natureza em razão dos recursos humanos e materiais que teriam que empregados para essa atividade extremamente formalista e longa para a garantia do devido processo legal e que, ao final, teria que se dobrar aos precedentes já referidos nesta análise.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por todo exposto, entende esta Assessoria Jurídica que a Administração poderá deixar de instaurar o procedimento administrativo investigativo aqui relatado, adotando de outra via a expedição de **ALERTA** ao representante legal da empresa denunciada, como indicado no **Acórdão TCU n. 2392/2014-Plenário** sobre as possíveis consequências de conduta como a que foi praticada no certame do Pregão Eletrônico n. 19/2022 e **que os responsáveis se abstenham da prática das condutas consideradas reprováveis no futuro.**

g) Fase de Habilitação: A empresa **E. R. P. DE OLIVEIRA COMERCIO DE INFORMATICA E SERVICO DE APOIO ADMINISTRATIVO** - CNPJ n. 10.927.661/0001-10 ([0855420](#) e [0855419](#)) atendeu os requisitos de habilitação com a apresentação dos documentos necessários ([0855711](#), [0855714](#), [0855716](#), [0855719](#), [0855722](#), [0855724](#), [0855726](#) e [0855727](#)), Dessa forma, a licitante foi habilitada com base na manifestação da unidade técnica de ([0855452](#) e [0855958](#)).

h) Do Recurso: Não houve.

08. Registra-se que o prazo recursal se acha vencido pela preclusão temporal e lógica, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei n. 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado à vencedora.

09. O procedimento licitatório em comento foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, fato que foi alcançado, pois em relação ao valor inicialmente estimado obtiveram uma economia.

10. O procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0856277](#)).

11. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei n. 8.666/93 e da Legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – CONCLUSÃO

12. Ante o exposto e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação (0856279)**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei n. 10.520/02, nos moldes já especificados.

13. Pelo que analisado no item 7, "f" deste parecer, entende esta Assessoria Jurídica que a Administração poderá deixar de instaurar o procedimento administrativo investigativo aqui relatado em face da licitante **GOLDEN CONSTRUÇÕES CONSERVAÇÃO E LIMPEZA URBANA LTDA** - CNPJ n. 10.565.121/0001-34, adotando de outra via a expedição de **ALERTA** ao representante legal da empresa denunciada, como indicado no **Acórdão TCU n. 2392/2014-Plenário**, sobre as possíveis consequências de conduta como a que foi constatada no certame do Pregão Eletrônico n. 19/2022 e **que os responsáveis se abstenham da pratica das condutas consideradas reprováveis no futuro.**

14. Registra-se ainda que, após a decisão da autoridade superior, os autos devem retornar ao Pregoeiro para juntada dos documentos comprobatórios da publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral.

15. Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca de documentos técnicos juntados ao processo associados à aceitação do objeto.

Á consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 11/07/2022, às 11:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0856384** e o código CRC **E4941B7D**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002845-11.2021.6.22.8000

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA - TRE-RO

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico n. 19/2022 – Formação de Registro de Preços – Eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo para atuação nos cartórios eleitorais do Estado de Rondônia (suporte às Eleições de 2022).

DESPACHO Nº 877 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Administração Predial (SEAP) deste Tribunal, no qual se busca a formação de registro de preços com vistas à eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de apoio administrativo, para atuação nos cartórios eleitorais do estado de Rondônia, para suporte às Eleições de 2022, conforme Termo de Abertura ([0731945](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico SRP nº 19/2022 ([0848619](#)).

Houve 2 (dois) pedidos de esclarecimento ao edital, devidamente respondidos ([0851834](#) e [0852040](#)) com o apoio da unidade demandante ([0851133](#) e [0851242](#)). Não houve impugnação ao edital.

O pregoeiro trouxe aos autos relatório de propostas ([0854851](#)), a Ata do Certame ([0856277](#)), resultado por fornecedor ([0856278](#)), termo de adjudicação ([0856279](#)) e a comprovação de envio do resultado para publicação no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral ([0856281](#)). Por fim juntou o Relatório nº 41/2022 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0856282](#)), expondo as principais ocorrências do certame e encaminhou os autos à Assessoria Jurídica da SAOFC para análise ([0856299](#)).

No dia e horário agendados, o Pregoeiro iniciou a operação da Sessão Pública deste Pregão Eletrônico. Cumpridas as fases de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou habilitada a licitante E. R. P. DE OLIVEIRA COMERCIO DE INFORMATICA E SERVICO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA., sagrando-se vencedora do certame.

Não houve registro de intenção de recurso.

A Assessoria Jurídica da SAOFC opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0856279](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02. Com relação ao incidente envolvendo a licitante **GOLDEN CONSTRUÇÕES CONSERVAÇÃO E LIMPEZA URBANA LTDA** - CNPJ n. 10.565.121/0001-34, entende que a Administração poderá deixar de instaurar o procedimento administrativo investigativo (consoante relatado no item 7, "f", do parecer) adotando, de outra via, a expedição de **ALERTA** ao representante legal da empresa denunciada, como indicado no **Acórdão TCU n. 2392/2014-Plenário**, sobre as possíveis consequências de conduta como a que foi constatada no certame do Pregão Eletrônico SRP n. 19/2022 e **que os responsáveis se abstenham da prática das condutas consideradas reprováveis no futuro** (Parecer Jurídico n. 88/2022 - evento [0856384](#)).

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Observa-se que o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0856277](#)).

Sobre a ocorrência/incidente envolvendo a licitante **GOLDEN CONSTRUÇÕES CONSERVAÇÃO E LIMPEZA URBANA LTDA** - CNPJ n. 10.565.121/0001-34, oportuno mencionar as informações prestadas pelo Pregoeiro no Relatório n. 41/2022 ([0856282](#)), *in verbis*:

No que se refere à licitante GOLDEN CONSTRUÇOES, CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA LTDA, temos a informar:

I - Por meio de mensagem eletrônica apresentada pela licitante LOCTEMP LOCACAO DE SERVICOS E CONSTRUÇOES EIRELI ([0855417](#)), este Pregoeiro tomou conhecimento de uma possível irregularidade em declaração de ME/EPP;

II - Com base nos itens 4.2.2 e 19.6 do edital e considerando o dever de diligência, este Pregoeiro questionou a licitante GOLDEN CONSTRUÇOES via chat;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - Em resposta, a licitante admitiu que houve faturamento superior ao teto de R\$ 4.8000,00 ([0856277](#), chat 07/07/2011, às 15h22m). A licitante informa, ainda, que já solicitou seu desenquadramento como ME/EPP, mas afirma que seu balanço patrimonial saiu somente em maio/2022 e que seu desenquadramento pode levar até 6 (seis) meses nos órgãos competentes.

IV - A licitante declarou conhecer as regras do edital ([0856275](#)) e declarou, sob as penas da Lei, que **não ultrapassou o limite de faturamento** e cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar ([0856276](#)).

V - Ora, tratando-se de teto legal para fruição de benefícios em processos licitatórios (art. 3º da Lei Complementar 123/06), não pode o Pregoeiro ignorar a regra.

VII - A declaração em discordância com a realidade fática impediu que a sistema operasse automaticamente o desempate ficto previsto no §2º do art. 44 da Lei Complementar 123/06.

VIII - Não sendo possível desfazer a declaração no sistema e não sendo possível o retorno à fase de lances, restou a este Pregoeiro a recusa da proposta da empresa, com base no item 4.5, "c", do edital.

IX - Uma vez recusada a proposta, o sistema operou automaticamente o desempate ficto previsto no §2º do art. 44 da Lei Complementar 123/06, retornando o procedimento à normalidade.

XI - Poderá a autoridade superior, caso queira, determinar a apuração de responsabilidade da licitante. Caso assim entenda, parece-nos, pela justificativa apresada pela licitante GOLDEN CONSTRUÇÕES, que não houve má-fé da empresa. A nosso sentir, houve uma equivocada conclusão da empresa de que o mero cadastro no órgão de comércio seria justificativa suficiente para usufruir os benefícios de EPP em licitações, ignorando que o critério legal não é esse, mas o faturamento no exercício anterior.

Todavia, conforme bem ponderou a AJSAOFC ([0856384](#)), as alegações apresentadas pela licitante **GOLDEN CONSTRUÇÕES, CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA LTDA.**, afastam a certeza de que essa tenha agido deliberadamente de má-fé dirigida ao falseamento da verdade no certame em que participou. Mais importante ainda é que, com a recusa da sua proposta pelo Pregoeiro, foi afastado qualquer prejuízo aos demais competidores da licitação e, sobretudo, ao Erário, que logrou a obtenção de uma proposta com valor abaixo daquele estimado pela Administração.

Em razão disso, será razoável deixar de instaurar o procedimento administrativo investigativo aqui relatado, sendo mais conveniente a adoção de outra via, a saber expedição de **ALERTA** ao representante legal da empresa denunciada, como indicado no **Acórdão TCU n. 2392/2014-Plenário** sobre as possíveis consequências de conduta como a que foi praticada no certame do Pregão Eletrônico SRP n. 19/2022, a fim de que **os responsáveis se abstenham da prática das condutas, consideradas reprováveis, no futuro.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO SRP n. 19/2022**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([0856279](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação, bem como expedição de **ALERTA** ao representante legal da empresa **GOLDEN CONSTRUÇÕES CONSERVAÇÃO E LIMPEZA URBANA LTDA** - CNPJ n. 10.565.121/0001-34, como indicado no **Acórdão TCU n. 2392/2014-Plenário**, sobre as possíveis consequências de conduta como a que foi praticada no certame do Pregão Eletrônico SRP n. 19/2022, a fim de que os responsáveis se abstenham da prática das condutas como essa, futuramente.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 11/07/2022, às 18:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0856976** e o código CRC **AD37F9CD**.